

# INTERESSE NACIONAL

ANO 11 • NÚMERO 44 • JANEIRO – MARÇO 2019 • R\$ 30,00

www.interessenacional.com.br e www.interessenacional.com

## **A Primavera Liberal**

Gustavo H. B. Franco

## **Conservadores e Liberais**

Denis Lerrer Rosenfield

## **Evolução do Marxismo e Involução da Democracia**

Luiz Philippe de Orleans e Bragança

## **Desafios Internos e Externos Para o Novo Governo**

Rubens Barbosa

## **Condições, Salvo Engano, Para Uma Frente Democrática**

André Singer

Fernando Rugitsky

## **O Brasil Depois da Eleição de 2018**

Renato Janine Ribeiro

## **O Que Fazer?**

## **(Balanço e Perspectivas da Esquerda Brasileira)**

Lincoln Secco

## **O Brasil da Transição Civilizada (2003) à Eleição Polarizada (2018). Papel das Instituições**

Sergio Abreu e Lima Florencio

ISSN 1982-8497



# INTERESSE NACIONAL



A **Revista Interesse Nacional** oferece o seu conteúdo impresso na plataforma tablet. Essa inovação digital beneficia o leitor, pois permite o acesso aos artigos com total mobilidade e interatividade.

A atualização no formato é necessária para acompanhar nossos leitores onde eles estiverem. Para nós, o importante é a qualidade do conteúdo, sem descuidar dos recursos visuais inovadores.

# INTERESSE NACIONAL

Ano 11 • Número 44 • Janeiro–Março de 2019

Editora

Maria Helena Tachinardi

Editor Responsável

Rubens Antonio Barbosa

CONSELHO EDITORIAL

André Singer	José Luis Fiori
Carlos Eduardo Lins da Silva	Leda Paulani
Cláudio Lembo	Luiz Fernando Figueiredo
Claudio de Moura Castro	Luiz Bernardo Pericás
Cláudio R. Barbosa	Luiz Carlos Bresser-Pereira
Daniel Feffer	Miguel Lago
Demétrio Magnoli	Raymundo Magliano
Eugênio Bucci	Renato Janine Ribeiro
Fernão Bracher	Ricardo Carneiro
Gabriel Cohn	Ricardo Santiago
João Geraldo Piquet Carneiro	Ronaldo Bianchi
Joaquim Falcão	Roberto Pompeu de Toledo
José Gregori	Sergio Fausto

INTERESSE NACIONAL é uma revista trimestral de debates  
focalizada em assuntos de natureza política, econômica e social.  
Copyright © dos trabalhos publicados pertence a seus autores.

Direitos reservados à

ASSOCIAÇÃO INTERESSE NACIONAL

Av. Brigadeiro Faria Lima, 2413, sobreloja, cj. B  
01452-000 • São Paulo • SP • Brasil  
Tel. (11) 3039-6330 • fax (11) 3039-6334

CIRCULAÇÃO

DPA Cons. Editorial Ltda.  
dpacon@uol.com.br • Tel. (11) 3935-5524

ASSINATURAS

Brand Member Marketing Direto  
editorial@interessenacional.com • Tel. (11) 3971-4372

ARTE E PRODUÇÃO GRÁFICA

Via Corporativa Comunicação • viacorporativa@viacorporativa.com.br • Tel. (11) 4327-1000

DISTRIBUIÇÃO NACIONAL

Fernando Chinaglia Comercial e Distribuidora

PUBLICIDADE



atendimento@lemidia.com • (11) 3078-5840

Printed in Brazil 2018

www.interessenacional.com • ISSN 1982-8497

Imagem da capa: www.sxc.hu

# Sumário

ANO 11 • NÚMERO 44 • JANEIRO–MARÇO DE 2019

## 6 Apresentação

### ARTIGOS

## 9 A Primavera Liberal

GUSTAVO H. B. FRANCO

*Em tempos recentes, o liberalismo era insistentemente dado como morto, especialmente durante o apogeu da era petista, mas, nesta eleição, alguma coisa mudou. Siglas como MBL, VPR, RAPS e Renova, cuja origem tinha que ver com as mobilizações associadas ao impeachment e o anseio por uma “nova política”, adquiriram musculatura ao eleger filiados seus para o Legislativo, através de diversas agremiações partidárias, incluindo o Novo, Rede, Democratas, PPS, entre outros. Muitos dos eleitos são assumidamente comprometidos com pautas liberais na economia, coisa que não se via desde que Roberto Campos deixou o parlamento no começo de 1994.*

## 23 Conservadores e Liberais

DENIS LERRER ROSENFELD

*O terreno da política é o do choque, do conflito e da luta, muitas vezes caracterizado por embates entre direitos divergentes ou opostos proclamados pelas partes*

*contendoras, exigindo, por isto mesmo, um profundo conhecimento das circunstâncias. O Brasil enfrenta, hoje, esse desafio, com posições conservadoras e liberais surgindo enquanto condutoras das ações públicas e de seus processos decisórios, em um novo governo que apresenta uma outra natureza política. De seu sucesso ou fracasso, depende que o país recaia ou não na velha oposição entre direita e esquerda, cujos termos seriam ditados por essa última. Houve, do ponto de vista político e, particularmente, das ideias uma mudança de paradigma.*

## 35 Evolução do Marxismo e Involução da Democracia

LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA

*O debate esquerda versus direita no Brasil, no século 21, será diferente. No lado da esquerda, veremos os partidos adeptos ao marxismo cultural, ao marxismo global sobrepostos num contexto de democracia de massa que sempre alimentou ambos. A direita que surge carrega consigo os novos discursos dos conservadores e liberais, que são opostos integralmente à realidade progressista existente. Ambos prezam uma economia de mercado como força motriz*

*do desenvolvimento, pouca intervenção de Estado em aspectos sociais e um governo local, não global, descentralizado e próximo à realidade das famílias e das comunidades. Não há nada na organização política do Brasil de hoje em linha com essa propositura.*

43 Desafios Internos e Externos Para o Novo Governo

RUBENS BARBOSA

*Na frente interna, a primeira prioridade seria tomar medidas para criar condições para a volta do crescimento e da geração de emprego. É urgente aumentar a produtividade, sanear as finanças públicas e estimular o investimento privado por meio de um ambiente de negócios que propicie a eficiência, o empreendedorismo e o crescimento. Na frente externa, espera-se que o governo procure tomar medidas para que o Brasil, uma das dez maiores economias do mundo, recupere um lugar adequado no cenário internacional.*

51 Condições, Salvo Engano, Para Uma Frente Democrática

ANDRÉ SINGER

FERNANDO RUGITSKY

*Diante do sucesso da extrema-direita na eleição de 2018, a necessidade de pensar os meios de resistir à maré autoritária dobrou. Daí a urgência de refletir a respeito da frente democrática. O argumento deste artigo é que os últi-*

*mos quatro anos trouxeram à tona dois obstáculos à constituição da mesma. O primeiro relaciona-se à dinâmica das organizações partidárias, que dificulta até mesmo a unidade entre setores da esquerda com maior convergência programática. O segundo refere-se a divergências profundas sobre o lugar do Estado na promoção do crescimento econômico, que inviabilizam a ação conjunta de setores “democráticos” vinculados a diferentes posições do espectro político.*

69 O Brasil Depois da Eleição de 2018

RENATO JANINE RIBEIRO

*Quando a evocação do fascismo e do nazismo fica forte, dado o retrocesso nos valores que começa com o Brexit e a eleição de Trump, quando no Brasil pela primeira vez na história se elege um presidente cujo plano de governo apresenta a educação não como promessa, mas como ameaça, não como algo em que ter esperança, mas como algo de quem ele tem medo, torna-se importante lembrar que, nos tempos em que o fascismo se aprestava a triunfar, não havia nada dessa atividade otimista, promissora de um mundo melhor; que hoje enxergamos entre os jovens, entre os educadores, os sanitaristas, os defensores da inclusão social, empenhados em promover uma sociedade melhor. É nisso que a esquerda deve, mesmo sem ter o monopólio destas pautas, apostar.*

77 O Que Fazer?  
(Balanço e Perspectivas  
da Esquerda Brasileira)

LINCOLN SECCO

*A questão que permanece é: se o próprio terreno da administração das coisas desmanchou, como pode a esquerda voltar ao poder sem emular a força militante que a extrema direita construiu nas ruas desde 2013? E sem um programa para o caos instituído? Sem ter alternativa à insegurança das pessoas comuns? Sem resolver o drama de uma economia que expulsa a classe trabalhadora para serviços precários ou o para o desemprego estrutural? Os vencedores de hoje ofertaram uma rota e um timoneiro. Por pior que ele seja, é preferível do que ficar à deriva. Traçar cenários diante de tanta incerteza é muito difícil. Até um acontecimento inesperado pode mudar tudo. Mas, independentemente disso, caberá à esquerda construir políticas que apontem para rumos seguros em meio à tormenta. Reagrupar-se em torno de questões capazes de produzir amplos consensos.*

69 O Brasil da Transição Civilizada  
(2003) à Eleição Polarizada (2018).  
O Papel das Instituições nos Avanços  
e Retrocessos

SERGIO ÁBREU E LIMA FLORENCIO

*Os personagens de ontem e os de hoje se assemelham. Um olhar sobre o Brasil de 2002 e de 2018 permite visualizar muitas*

*semelhanças, não só de personagens, mas também de situações – o enigma Lula no início dos anos 1990, a esfinge Bolsonaro nos dias de hoje. O país vive um quadro de fragmentação dos partidos políticos, de rejeição popular à classe política, de louvável – não obstante também desestabilizadora – cruzada ética contra a corrupção (Mensalão, Petrolão, Lava Jato). Esses movimentos se dão num contexto de visível guinada conservadora que abre caminho para a recuperação e o crescimento na economia, mas levanta suspeitas de potencial retrocesso na política. Embora nossas instituições tenham tido um perfil inclusivo quando de sua criação – Ministério do Trabalho, Justiça Trabalhista, sindicatos, institutos de previdência social e empresas estatais – ou de sua consolidação como força política – Forças Armadas – muitas delas se transformaram em extrativas.*

# Apresentação



Os artigos desta edição versam sobre as perspectivas para a esquerda e a direita, no País, após as eleições de 2018. Pela primeira vez, os brasileiros passam a conviver com um governo declaradamente de direita, com todas as implicações dessa tendência nos campos econômico, social, político, educacional e cultural, nas áreas de política externa e de meio ambiente, entre outras.

Ainda é cedo para se detectar os resultados internos e externos da aplicação do novo pensamento, liberal na economia e conservador nos costumes. Por enquanto, restamos entender essa nova matriz ideológica.

O recém-eleito deputado federal pelo PSL, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, diz: “A direita que surge carrega consigo os novos discursos dos conservadores e liberais, que são opostos integralmente à realidade progressista existente. Ambos prezam uma economia de mercado como força motriz do desenvolvimento, pouca intervenção do Estado em aspectos sociais e um governo local, não global, descentralizado, e próximo à realidade das famílias e das comunidades. Não há nada na organização política do Brasil de hoje em linha com essa propositura”.

O economista Gustavo Franco, um dos criadores do Plano Real e filiado ao partido Novo, explica o que chama de “Primavera Liberal”, título do artigo que abre a edição. “Em tempos recentes, o liberalismo era insistentemente dado como morto, especialmente durante o apogeu da era petista, mas, nesta eleição, alguma coisa mudou. Siglas como MBL, VPR, RAPS e Renova, cuja origem tinha que ver com as mobilizações associadas ao *impeachment* e o anseio por uma ‘nova política’, adquiriram musculatura ao eleger filiados seus para o Legislativo, através de diversas agremiações partidárias, incluindo o Novo, Rede, Democratas, PPS, entre outros. Muitos dos eleitos são assumidamente comprometidos com pautas liberais na economia, coisa que não se via desde que Roberto Campos deixou o parlamento no começo de 1994”, escreve Franco.

O cientista político Denis Lerrer Rosenfield destaca que “valores conservadores e liberais passaram a ser representados eleitoralmente, expondo um cenário diante do qual tanto os tucanos quanto os petistas ficaram desorientados. A novidade, segundo o autor do artigo “Conservadores e Liberais”, é que “a direita mostrou uma diversidade própria, seja em relação aos costumes

e aos valores morais e religiosos, seja em relação à economia”. Ao lutar contra a criminalidade generalizada e pelo direito à autodefesa e à segurança pública, Bolsonaro resgatou valores e princípios que fazem parte, conforme ensinava Hobbes, da própria constituição do Estado, diz o articulista.

O embaixador Rubens Barbosa, editor responsável desta Revista, faz uma análise dos desafios internos (econômicos, políticos e sociais) e externos (como buscar um lugar adequado para o Brasil, uma das dez maiores economias do mundo). “O governo que se iniciou em 1º de janeiro enfrentará desafios internos e externos e não terá muito tempo para tomar medidas que permitam ao Brasil voltar a crescer, aumentar a geração de emprego e reduzir as desigualdades regionais e individuais. Não terá muito tempo igualmente para, na política externa, reinserir o Brasil nos fluxos dinâmicos da economia e do comércio exterior e para fortalecer a voz do Brasil no cenário internacional”.

Artigos de André Singer, Fernando Rugitsky, Lincoln Secco e Renato Janine Ribeiro refletem sobre as perspectivas da esquerda e da formação de uma frente democrática, como resposta à eleição do direitista Jair Bolsonaro.

Para Singer e Rugitsky, respectivamente professores de Ciência Política e de Economia da USP, apesar da urgência da constituição de uma frente democrática, há dois obstáculos a serem enfrentados: “o primeiro relaciona-se à dinâmica das organizações partidárias, que dificulta até mesmo a unidade entre setores da esquerda com maior convergência programática. O se-

gundo refere-se a divergências profundas sobre o lugar do Estado na promoção do crescimento econômico, que inviabilizam a ação conjunta de setores ‘democráticos’ vinculados a diferentes posições do espectro político”.

Os autores concluem: “a extrema-direita neoliberal brasileira, em contraste com o populismo de direita que está em alta no mundo, abre um espaço para a resistência democrática aliar defesa da democracia com recusa do neoliberalismo. Uma junção, aliás, que parece ser a condição para formação da ampla frente social, construída desde baixo”.

Renato Janine Ribeiro, professor de filosofia na USP e ex-ministro da Educação na gestão de Dilma Rousseff, diz: “quando no Brasil, pela primeira vez na história, elege-se um presidente cujo plano de governo apresenta a educação não como promessa, mas como ameaça, não como algo em que ter esperança, mas como algo de quem ele tem medo, torna-se importante lembrar que, nos tempos em que o fascismo se aprestava a triunfar, não havia nada dessa atividade otimista, promissora de um mundo melhor, que hoje enxergamos entre os jovens, entre os educadores, os sanitaristas, os defensores da inclusão social, empenhados em promover uma sociedade melhor. É nisso que a esquerda deve, mesmo sem ter o monopólio destas pautas, apostar”.

Para Lincoln Secco, professor livre docente de História Contemporânea na USP, “traçar cenários diante de tanta incerteza é muito difícil. Até um acontecimento inesperado pode mudar tudo. Mas, independentemente disso, caberá à esquerda construir políticas que apontem para rumos seguros

em meio à tormenta. Reagrupar-se em torno de questões capazes de produzir amplos consensos. Parte dos dirigentes está surpreendentemente convencida dessa necessidade e realisticamente atada à diversidade de interesses que atravessam os partidos. Não haverá unidade, mas pode haver união em torno de lutas concretas”.

O diplomata de carreira Sergio Abreu e Lima Florencio é autor do artigo “O Brasil da Transição Civilizada (2003) à Eleição Polarizada (2018). O Papel das Instituições nos Avanços e Retrocessos”. Ele analisa o papel das instituições brasileiras no processo político e econômico durante os últimos 15 anos. “As instituições contribuíram para

profundas transformações no país – de perfil inclusivo e extrativo – a partir da década de 1930. Durante a segunda metade da década de 1990 e os primeiros anos 2000, com o saneamento da economia e a modernização do Estado, ganharam força as instituições inclusivas. Entretanto, a partir de 2008 e, mais claramente na década de 2010, com o governo Dilma, o extrativismo prevalece em nossas instituições. O corolário dessa involução é que, hoje, o país volta a viver uma conjuntura política, econômica e social que, embora guardando semelhanças com seu início (2002), se apresenta visivelmente mais sombria”.

OS EDITORES

# A Primavera Liberal

.....

GUSTAVO H. B. FRANCO

Os resultados das eleições de 2018 trouxeram muitas surpresas, gratas e ingratas, juntamente com imensos desafios de interpretação. Os especialistas debaterão ainda por muitos anos o que se passou nesse pleito que o cientista político Jairo Nicolau definiu como um exemplo de “eleição crítica: uma disputa que desestrutura o padrão de competição partidária vigente”<sup>1</sup>, e que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso classificou como “um tsunami que varreu o sistema político brasileiro” e que “terminou o ciclo político-eleitoral iniciado depois da Constituição de 1988”<sup>2</sup>.

Uma dessas inúmeras novidades, o assunto deste artigo, tem a ver com a letra “L”: que aparece meio malversada ou extraviada em algumas siglas partidárias, às vezes mesmo junto com a letra “S”, sem que os

.....  
<sup>1</sup> “O triunfo do bolsonarismo”, *Piauí* 146, novembro de 2018, p. 30.

<sup>2</sup> “Um novo caminho”, *O Globo*, 02.12.2018.

.....  
GUSTAVO H. B. FRANCO é bacharel (1979) e mestre (1982) em economia pela PUC do Rio de Janeiro e PhD (1986) pela Universidade de Harvard. É professor da PUC desde 1986. No setor público, entre 1993 e 1999, foi secretário adjunto de Política Econômica do Ministério da Fazenda, diretor da Área Internacional e presidente do Banco Central do Brasil. É sócio fundador da Rio Bravo Investimentos desde 2000. É autor de diversos livros e escreve regularmente para jornais e revistas de grande circulação desde 1988.

membros da agremiação saibam bem o que significam, isoladamente ou combinadas. É completamente acidental que o partido que surge do nada para se tornar a segunda maior bancada na Câmara dos Deputados na esteira do sucesso eleitoral de Jair Bolsonaro, o PSL, tenha exatamente esta combinação de letras. É menos acidental que o PSL estivesse prestes a sofrer uma espécie de *take-over* consentido para trocar de nome para “Livres” e dedicar-se a uma pauta liberal, inclusive nos costumes, quando a filiação de Bolsonaro destruiu o projeto e resultou na desfiliação em massa daqueles ligados ao projeto do Livres, boa parte deles migrando para o Novo.

Apenas dois outros partidos trabalham com a letra “L”, o desconhecido PPL (Partido da Pátria Livre) e o PSOL (Partido do Socialismo e Liberdade), nenhum dos dois comprometidos com o liberalismo. Até mesmo o antigo PFL (Partido da Frente Liberal) mudou de nome para Democratas, com vistas a livrar-se do peso da letra amaldiçoada.

Em tempos recentes, o liberalismo era insistentemente dado como morto, especialmente durante o apogeu da era petista, mas, nesta eleição, alguma coisa mudou. Siglas como MBL, VPR, RAPS e Renova, cuja origem tinha que ver com as mobilizações associadas ao *impeachment* e o anseio por

uma “nova política” adquiriram musculatura ao eleger filiados seus para o Legislativo, através de diversas agremiações partidárias, incluindo o Novo, Rede, Democratas, PPS, entre outros. Muitos dos eleitos são assumidamente comprometidos com pautas liberais na economia, coisa que não se via desde que Roberto Campos deixou o parlamento no começo de 1994.

A nova legislatura terá, portanto, uma novidade, uma bancada de índole autenticamente liberal na economia, ainda que pequena, boa parte dela abrigada no Novo, a inovação mais relevante no interior do sistema partidário propriamente dito, uma espécie de *start-up* “disruptiva” em um mercado encharcado de velhas práticas. Poucos especialistas davam importância a temas como processo seletivo e treinamento para a escolha de candidatos, governança interna, disciplina partidária e, sobretudo, a recusa em usar o fundo partidário, procedimentos novos que caíram no gosto de uma população atenta a novas práticas políticas. O compromisso estrito com as pautas liberais na economia potencializou uma “oferta eleitoral” que adquiriu um inusitado aspecto “basista” e multiplicou as filiações pelo país. O Novo enraizou-se de forma profunda e inesperada já em sua primeira eleição nacional, lembrando a dinâmica do surgimento e desenvolvimento do próprio PT, embora, obviamente, em outros extratos sociais, como se verá adiante.

O Novo elegeu nove parlamentares para a Câmara Federal, entre os quais o deputado mais votado no Rio Grande do Sul, e venceu as eleições para o governo de Minas Gerais com Romeu Zema, derrotando Fernando Pimentel (PT) e Antônio Anastasia (PSDB) e, como “bônus”, ajudou a afastar Dilma Rousseff do Senado, com isso corrigindo a “canelada” constitucional que permitiu que

a ex-presidente concorresse e ajudando a sepultar a narrativa de “golpe”.

É claro que havia bem mais do que os ventos liberais em jogo em Minas Gerais, como no Rio de Janeiro, onde o governador eleito também foi um *outsider*, e no resto do país. O anseio por uma “nova política”, a liderança pessoal de Bolsonaro e o antipetismo se apresentaram em toda parte em combinações variadas, mas parece indiscutível que o liberalismo, numa forma muito singular e aclimatada, entranhou-se profundamente nesse pacote.

Durante a campanha, o liberalismo se tornou uma espécie de bolsa de grife entre os candidatos fora do campo da esquerda: todas as candidaturas portavam com destaque um economista de credenciais liberais, como se fora uma apólice de seguro, quando o economista não era o próprio candidato. Não há dúvida que Paulo Guedes teve muita importância para consolidar a candidatura vencedora de Jair Bolsonaro, o que parece demonstrado pela sua estatura política no âmbito do novo governo.

O que aconteceu para explicar tamanho deslocamento? Seria mesmo um ressurgimento político do liberalismo? E de que espécie de liberalismo estamos falando? Já não estava assentado?

## **1. O liberalismo já estava na Constituição, mas não vinha sendo praticado**

**A** Constituição de 1988, em seu primeiro e mais básico dispositivo, estabeleceu que a República tem como um de seus fundamentos “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” (art. 1, IV). É de se reparar que não se trata do trabalho *em oposição* à livre iniciativa, ou um contra a outra. Trata-se de *um e outra*, inclusive e princi-

palmente porque funcionam conjuntamente, ou mesmo porque são compostos da mesma matéria.

É verdade que, mais adiante, a Carta Magna fala no “primado do trabalho” (art. 193), mas isso não quer dizer que a livre iniciativa, e mais precisamente o ofício do empreendedor não seja também trabalho, amiúde muito trabalhoso. Talvez fosse mais próprio, inclusive, afirmar expressamente o contrário, ou seja, que o “trabalho” que cria trabalho, ou seja, o de empreender, possui imenso valor e deveria receber um tratamento benigno do Estado em termos gerais, o que, como se sabe, não é bem o caso.

A Constituição traz pouca coisa sobre a empresa, essa instituição que cria empregos e riqueza. Há muita atenção dedicada à empresa estatal e destaque para “o tratamento favorecido” à pequena empresa (art. 170, IX), parecendo indicar que a pequena empresa precisa de muletas e a grande, de maus-tratos. O incentivo passa a ser, curiosamente, para as empresas permanecerem pequenas, conforme se observa de forma recorrente, por exemplo, no debate sobre as fronteiras para o enquadramento das empresas no Simples, em oposição ao “complicado”, o sistema tributário geral.

O fato é que, talvez pela omissão em se exaltar a iniciativa privada, as leis trabalhistas e tributárias tratam o “trabalho empresarial” como se pertencesse a uma categoria inferior, ou fosse uma tentativa de explorar ou enganar consumidores, trabalhadores e o fisco, e permanentemente em falta com a sociedade.

Em nenhum outro tema esse anticapitalismo brasileiro se mostra mais elaborado e prejudicial que na regulação do trabalho, em que a pouca relevância do contrato e a hipertrofia do Estado atingiram níveis pa-

tológicos. Tudo começa com a idealização de uma sociedade dividida (patrão/empregado), na qual a “parte menos favorecida” é incapaz de decidir sua própria vida, portanto, “hipossuficiente”, e precisa ser tutelada. Para exercer essa magna função, o Estado cria uma gigantesca estrutura que se organiza não como política social, mas como um ramo do Poder Judiciário. Nesse regime, as combinações particulares são sempre precárias, pois sempre poderão ser desfeitas e refeitas, sob o patrocínio da Justiça do Trabalho. Há uma espécie de sofisma quanto aos direitos do trabalhador, pois são definidos como indisponíveis, portanto não podem ser negociados livremente, como se de fato pertencessem ao trabalhador. Com isso, aumenta a incerteza jurídica e o custo do trabalho, assim prejudicando a empresa e o emprego.

Ainda por cima, a Justiça do Trabalho custou R\$ 17 bilhões em 2016 (incríveis 0,27% do PIB), o que é mais do que toda a justiça do Reino Unido. E pior: o que está em jogo é bem menos do que custa o mecanismo. No ano de 2008, tínhamos 16 milhões de ações trabalhistas, cujo valor médio era cerca de R\$ 15 mil. O custo total da própria Justiça do Trabalho, nesse ano, foi de R\$ 9,1 bilhões, ou seja, cerca de R\$ 57 mil por processo.

O absurdo desses números – para não falar no malsinado imposto sindical e do já extinto ministério do Trabalho –, ajuda a explicar a popularidade da ideia de “menos Estado”, quando se trata de regulação do trabalho, e também ajuda a entender por que a oposição à reforma trabalhista vem das corporações e sindicatos, e não propriamente dos “clientes” mais importantes, os trabalhadores e, sobretudo, das empresas, as responsáveis pela criação de empregos.

A hostilidade à empresa parece se repetir

no âmbito da legislação tributária, o que dá a impressão que o Estado age como potência estrangeira, jamais interessado no desenvolvimento da livre iniciativa e no ambiente de negócios, mas na extração de impostos de entidades empenhadas em esconder-se do fisco. A dura rotina de quem empreende parece repetir um enredo muito antigo, assemelhado àquele descrito pelo historiador Jorge Caldeira para o Brasil Colônia, no qual o empreendedor já existia em grandes quantidades, oculto na “economia de subsistência”, e sua sina inescapável era fazer-se invisível a uma metrópole coletora de impostos, a mãe de todos os rentistas<sup>3</sup>.

Não há acidente nas péssimas colocações do Brasil nos *rankings* de ambiente de negócios, competitividade e liberdade econômica. No “*Doing Business*” para 2019, o Brasil aparece na posição 109 de 190 países, mas na posição 184 no quesito relativo ao cumprimento de obrigações tributárias, principais e acessórias. Em Liberdade Econômica, o Brasil está na posição 154 em 180 países, conforme a Heritage Foundation, e em competitividade, na posição 61 de 63 países, segundo o índice calculado pelo Instituto IMD, e na posição 80 em 137 países, conforme o World Economic Forum.

As legislações tributária e trabalhista parecem guiadas por um contrato social equivocado, fundado na desconfiança mútua, e que leva a um equilíbrio ruim, pelo qual os incentivos estão errados (a desconfiança produz transgressão, ambas se reforçando) e tudo isso parece inconsistente com o enunciado básico do princípio da livre iniciativa. A única lógica discernível nesses desvios é a que leva ao crescimento do tamanho do Estado, que passa a ser um fim em si mesmo,

3 Jorge Caldeira *História do Brasil com empreendedores* São Paulo, Editora Mameluco, 2009

segundo o figurino corporativista que nos oprime desde a colônia, pelo qual, para usar a imagem de Jorge Caldeira<sup>4</sup>, a cabeça vai ficando cada vez maior que o corpo, como um parasita buscando ser maior que seu hospedeiro.

A esse respeito, a campanha eleitoral de 2018 produziu uma síntese lapidar da hipertrofia estatal, através do frio diagnóstico do governador Romeu Zema: *o carrapato ficou maior do que a vaca*.

## 2. A maioria invisível: o liberalismo já era bem conhecido, sem esse nome

O liberalismo deveria ser mais popular, a julgar pela demografia: conforme a PNAD, de 92,1 milhões de pessoas trabalhando no país em dezembro de 2017, 33,3 milhões (36%) possuíam carteira assinada, enquanto 27,6 milhões (30%) pertenciam ao “grupo empreendedor” ou “sem patrão”: profissionais liberais, trabalhadores por conta própria e empregadores de todos os tamanhos. São números parecidos, ou seja, há quase tanta gente empreendendo, ou “correndo atrás” – incluídos os pequenos, médios e grandes empresários – do que assalariados formais. Muitos desses estão nessa condição por conta do desemprego, mas uma proporção importante dos empregados com carteira é aspirante a empresário, buscando ser dono do seu negócio e do seu tempo.

Ainda de acordo com a PNAD, em dezembro de 2017, tínhamos 11,5 milhões de servidores públicos, um número muito parecido com o de “sem carteira” (11,1 milhões) e com o de desempregados (12,3 milhões). São números impressionantes e correlacionados, três vértices de uma sociedade fun-

4 Jorge Caldeira *A história da riqueza do Brasil*, Rio de Janeiro, Estação Brasil, 2017, p. 588.

cionalmente desigual: o excessivamente formal e o informal, ou excluído, voluntariamente ou involuntariamente, e o desempregado. São as vítimas e os apadrinhados de uma regulação do trabalho inadequada.

O emprego público é uma aspiração antiga e um ideal intensamente explorado politicamente nos últimos governos petistas que promoveram uma farra de concursos públicos com sérias implicações fiscais. Segundo um relatório recente do Banco Mundial, a massa salarial dos funcionários públicos nas três esferas foi de 11,6% do PIB em 2006 para 13,1% do PIB em 2015. O relatório reporta que 49% dos servidores são municipais, 26% são estaduais e 15% são federais<sup>5</sup>, mas o achado mais acachapante do relatório tem a ver com salários: o setor público paga muito para padrões internacionais e paga mais que o setor privado, controlando por variáveis como experiência e escolaridade, e esse prêmio é de incríveis 67% no serviço público federal, 31% no funcionalismo estadual e inexistente no nível do município<sup>6</sup>.

À luz desses números é certamente paradoxal que os partidos políticos sistematicamente ignorem os 27 milhões de empreendedores, inclusive por serem os empregadores dos 33 milhões de assalariados, e levem o “primado do trabalho” ao extremo de fazê-lo em aberto detrimento de quem empreende e cria emprego, contrariando, inclusive, os achados de uma pesquisa que se tornou famosa feita pela Fundação Perseu Abramo sobre os valores políticos da periferia de São Paulo<sup>7</sup>.

.....  
5 A partir de números para 2003, que não se sabe se mudaram relevantemente.

6 Banco Mundial “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, 2017, pp. 42, 47 *passim*.

7 Fundação Perseu Abramo – Partido dos Trabalhadores  
“Percepções e valores políticos nas periferias de São Paulo”

A pesquisa traz conclusões inesperadas para muitos observadores: “a cisão entre classe trabalhadora e burguesia não perpassa o imaginário dos entrevistados”, sendo percebido que “o principal confronto existente na sociedade não é entre ricos e pobres, entre capital e trabalho, entre corporações e trabalhadores. O grande conflito se dá entre Estado e cidadãos, entre a sociedade e seus governantes. Todos são vítimas do Estado que cobra impostos excessivos, impõe entraves burocráticos, gerencia mal o crescimento econômico e acaba por limitar ou “sufocar” a atividade das empresas”.

Ainda segundo a pesquisa: “a ascensão social está relacionada à coragem, ousadia e disciplina e é tratada como um resultado individual derivado da força de vontade. Muitas vezes, isso significa estabelecer um sentimento de solidariedade mais estreito com os próprios empregadores do que com aqueles que partilham a mesma condição de classe”. Adicionalmente, a pesquisa advertia: “atenção para o discurso que nega o ‘mérito’; ele é importante na construção da identidade. A dimensão da vida privada é central para a constituição da subjetividade do indivíduo. O campo democrático-popular precisa produzir narrativas contra-hegemônicas (*sic*) mais consistentes e menos maniqueístas ou pejorativas sobre as noções de indivíduo, família, religião e segurança”.

Com o benefício do conhecimento do que se passou nas eleições de 2018 é de uma clareza meridiana a observação da pesquisa segundo a qual “há menos a presença de um neoliberalismo enraizado ... e mais de um liberalismo particular das classes populares que precisa ser melhor compreendido”.

O fato é que era totalmente falsa a observação segundo a qual era difícil explicar para as classes populares o que era o liberalismo,

ou que esta era uma ideia fora do lugar, estrangeira em seu próprio país. Na verdade, já parecia bem constituído esse “liberalismo raiz” na periferia de São Paulo, já bem adaptado aos abusos particularmente brasileiros praticados pelo Estado contra o cidadão, em seus múltiplos formatos, da inflação ao superfaturamento de obras, passando pelos “gatos” e pelos campeões nacionais.

A popularidade das pautas liberais não deveria surpreender.

### **3. Imperativos econômicos estabeleceram firmemente bandeiras liberais**

Nos últimos anos, houve um movimento tectônico no pensamento econômico brasileiro em razão de alguns imperativos e de experiências catárticas ou paradigmáticas que alteraram certezas do passado.

Há, ao menos, quatro eixos a partir dos quais pode-se identificar temas e eventos que produziram revelações e evoluções invariavelmente na direção do que poderia ser designado como o campo liberal: (i) o declínio do inflacionismo e novo primado da responsabilidade fiscal; (ii) a obsolescência da substituição de importações e do isolacionismo; (iii) a descoberta da defesa da concorrência e das agendas “pró-mercado”; e (iv) o desafio ao seletivismo e à cultura dos “gatos”.

Cada um desses enredos parece levar ao “neoliberalismo”, ao menos na forma pela qual o petismo enxerga tal coisa.

#### **3.1. A convergência macroeconômica e o colapso das heterodoxias**

Crônica dos embates entre abordagens ortodoxas e heterodoxas em matéria monetária e fiscal se estende por décadas e

teve um de seus momentos mais decisivos durante os anos do Plano Real, quando o país resolveu impasses que vinham desde quando se estabeleceu em definitivo a moeda fiduciária. O valor social da estabilidade foi uma descoberta fascinante para o país, e representou a aposentadoria de muitas ideias heterodoxas longamente estabelecidas.

Vale o registro que a ideia de responsabilidade fiscal aparece pela primeira vez com esse formato, quando a hiperinflação já havia sido vencida e uma nova lei complementar de finanças públicas começa a tramitar em 1999. Essa linguagem era uma pequena novidade revolucionária no debate sobre moeda e finanças públicas, eis que era impossível, ao menos no plano retórico, postar-se de forma contrária, pois ninguém quer se apresentar *a priori* como defensor da “irresponsabilidade”. É verdade que o momento histórico era singular, a adesão à heterodoxia havia se transformado em algo como o consumo de drogas, porém tendo ultrapassado a fase festiva e inofensiva, definida pelo uso recreativo e moderado, e penetrado profundamente no terreno da patologia.

Curiosamente, quem ideologizou o tema da sustentabilidade fiscal e o colocou dentro do receituário neoliberal, referenciada ao Consenso de Washington e imposta pelo FMI, foi o próprio PT, mesmo antes de chegar ao poder e ver-se obrigado a adotar o “tripé” (superávit primário, câmbio flutuante e metas de inflação). Podia haver desconforto nesse posicionamento, e mesmo uma inconsistência com a fala segundo a qual havia uma “herança maldita” a cuidar. Mas o “tripé” foi zelosamente seguido até o petismo desafiar esta sabedoria com a Nova Matriz, por volta de 2010, e levar o país à pior recessão de sua história em 2015-16. Em si, esse desempenho já seria um peso para a

candidatura Haddad em 2018, a qual, ainda por cima, se apresentou na campanha com versões ainda mais radicais dessas propostas econômicas obtusas.

O fato é que se responsabilidade fiscal e zelo pela estabilidade monetária se tornaram valores liberais, conforme definido pelo petismo, do que se segue que todos nos tornamos liberais convictos, ao menos nessa acepção restrita. Todos, incluídos os tribunais de contas, os órgãos de controle, mesmo o Ministério Público; quem haveria de se alinhar com a irresponsabilidade apenas para evitar algum incômodo resultante da rotulação?

### **3.2. O envelhecimento da fé protecionista, transformada em extrativismo**

**A** busca da autossuficiência através da industrialização por substituição de importações, o aumento dos “conteúdos nacionais”, ou do indefectível “adensamento das cadeias produtivas” são temas fundadores da experiência de desenvolvimento econômico brasileiro tanto quanto a heterodoxia monetária e o desenvolvimentismo. A partir dos anos 1980, contudo, esses conceitos vão se tornando tão obsoletos e daninhos quanto o inflacionismo, e sua defesa passa a caber exclusivamente a grupos de interesse.

O isolacionismo foi se tornando uma inconveniência cada vez maior depois de 1980, com o aumento da presença estrangeira no país, com a internet, com a desregulamentação cambial, com os acordos comerciais por todo lugar e, sobretudo, com os imperativos da globalização.

O grau de abertura<sup>8</sup> do Brasil continua

.....  
<sup>8</sup> Importações mais exportações divididas pelo PIB, em dólares de PPP, conforme dados do Banco Mundial disponíveis on-line.

o mesmo dos anos 1960, em torno de 18%. A Coreia do Sul estava em 68,7% em 2017, após sair de 9,5% em 1960 e pular para 31,3% em 1970, quando firmou sua estratégia de “promoção de exportações”. A Coreia tinha uma renda per capita 30% menor que a do Brasil em 1960, mas em 1980 já tinha empatado conosco, num nível perto de 20% da renda per capita dos Estados Unidos. Em 2017, a Coreia chegou a 65% da renda per capita americana enquanto o Brasil chegou a 26%.

A Coreia nos deixou para trás de forma simplesmente acachapante.

Essa opção pela abertura, segundo se dizia, não estava disponível para os países grandes, mas esqueceram de avisar os chineses. Em 1960, eles se pareciam com a Coreia em abertura e em 1970 se aproximaram da autarquia ao chegar a 4,9% de abertura. Mas, o tal “socialismo de mercado” inventado por Deng Xiaoping levou a China para um grau de abertura de 19,9% já em 1980 e daí, na mesma toada, até 48,7% em 2010.

Em retrospecto, a estratégia de substituição de importações levou uma surra da “promoção de exportações” inicialmente proposta na Ásia, mas nada parece diminuir o formidável acervo de impedimentos ao comércio exterior que o Brasil ergueu em torno de si, compreendendo tributos, obstáculos administrativos e regulatórios, requisitos de conteúdo nacional e padrões exóticos, como a indefectível tomada de três pinos. E quando tudo parece falhar, sobrevém o apelo utilitário, trazido pelos diplomatas: é preciso reciprocidade, dizem, não vamos entregar nada de mão beijada. Como se não fosse em nosso benefício.

A diplomacia brasileira é um notável exemplo internacional de profissionalismo e competência, inclusive para defender o

indefensável. Sem falsa modéstia, o mesmo vale para os economistas. Todos os que estiveram no serviço público antes de 1994 passaram por experiências desse tipo, especialmente quando era preciso dizer a investidores estrangeiros que a economia brasileira permanecia em perfeita saúde mesmo tendo taxas de inflação de 30% ao mês. Em retrospecto, é preciso confessar: era ridículo. Dizia-se que a indexação era generalizada, que a inflação tinha pouco efeito nos preços relativos e nas variáveis reais, e outras tantas coisas que são vergonhosas de se repetir.

Parece-me que algo muito semelhante se passa com os responsáveis pelas nossas relações internacionais: nosso grau de abertura é nada menos que indesculpável e defendê-lo nos coloca firmemente no terreno do grotesco. Nosso isolacionismo é não apenas vergonhoso, como reduz as nossas possibilidades de progresso. Exatamente como foi, outrora, o nosso gosto pelo inflacionismo, um vício que conseguimos largar. A liderança chinesa teve imensa coragem e lucidez ao abandonar a ideia de autossuficiência e optar por uma estratégia que lhes conduziu à condição de potência econômica global. Por que não podemos seguir esse exemplo?

A defesa do *status quo* se torna ainda mais deslocada quando se tem em conta o avanço espontâneo da internacionalização da economia depois do Plano Real: conforme revelado pelo Censo do Capital Estrangeiro no Brasil, conduzido regularmente pelo Banco Central, em 1995 as empresas estrangeiras produziram 18% do PIB brasileiro e em 2015 essa proporção subiu a 33%.

Tudo se passa como se esse grupo de empresas fosse um país com um PIB de US\$ 592 bilhões (33% de US\$ 1,8 trilhão, o PIB corrente em dólares de 2015), o 21º do mundo nesse ano, entre Argentina e

Suíça. Esse “país” dentro do Brasil exportou US\$ 66 bilhões em 2015, um número muito pequeno quando comparado ao que fazem as filiais em outros países, indicando com muita clareza a imensa dificuldade das multinacionais no Brasil se conectarem com suas cadeias internacionais de valor. O prejuízo é nosso: essas empresas poderiam estar exportando (e importando) o dobro ou o triplo, e não estaríamos entre os países mais fechados do mundo.

Nesse contexto, está completamente obsoleto associar autarquia com soberania, e mais ainda o argumento da “empresa nascente”, tendo em vista o peso das empresas estrangeiras no PIB brasileiro. Mais estranho ainda é evitar que as multinacionais estabelecidas no país sejam impedidas de fazer parte de suas cadeias internacionais de valor. Os imperativos que daí derivam são todos no sentido da liberalização e adoção de melhores práticas internacionais, agendas que o petismo converteu em causas neoliberais.

### 3.3. Concorrência, campeões e cronismo

A defesa da concorrência, atividade essencial numa economia de mercado, é recente no Brasil, pois historicamente o Estado era o maior transgressor tanto por conta de suas atividades como empresário, normalmente com posições de mercado dominantes, como também em razão de suas condutas, prevalecendo o intervencionismo pesado a favor das empresas que o Estado considerava estratégicas.

A discussão concorrencial era sistematicamente engolida pela ideia que o país deveria ter uma “política industrial ativa”. Conforme observam os historiadores oficiais do Cade, criado em 1962 como o órgão de defesa da concorrência, “entre as décadas

de 1960 até meados dos anos 1980, a atuação daquele órgão foi considerada pelos estudiosos como pouco expressiva. As razões apontadas para isso, por um lado, passam pelo ambiente econômico e pelo modelo de desenvolvimento do país. Havia uma política de controle de preços – algo incompatível com a livre concorrência –, além de estímulo governamental à criação de grandes grupos econômicos nascidos, muitas vezes, de fusões e incorporação”.<sup>9</sup>

As coisas mudaram com a estabilização, inicialmente em razão dos limites fiscais e regulatórios à criação de benesses. O sistema de defesa da concorrência ganhou nova prioridade a partir de 1994 com a Lei 8.884/94, que transformou o Cade em autarquia, assinalou uma nova etapa na efetividade das ações pró-concorrência; desde então, o assunto foi crescendo em importância, culminando com a transferência do Cade para o Ministério da Fazenda e sua integração às ações do Estado orientadas para o aumento da produtividade.

Paralelamente a esta evolução, o Brasil viveu uma experiência marcante e traumática, conforme documentado a partir das descobertas da Operação Lava Jato, ao ver-se envolvido com o que se conhece como “cronismo”.

A referência a um capitalismo *crony* (uma gíria para designar afilhados, capangas, comparsas, apaniguados, membros de uma quadrilha ou irmãos no crime), de ampla utilização na literatura econômica e sociológica cresceu em alusão a regimes onde as formas de organização das trocas econômicas são tais que pouca coisa importante

pode ocorrer sem alguma forma de favoritismo, arbitrariedade ou corrupção. Não há predominância dos mercados, senão na aparência, mas um “controle social” das transações e mercantilização da ação do Estado.

É claro que, como as bruxas, a corrupção sempre existiu, mas o que se mostrou inédito foi o “cronismo” controlar os Estados nacionais, a ponto de estabelecer as agendas de políticas públicas e os andamentos maiores da economia, e pior, a “monetização” da intervenção do Estado. É mais do que simplesmente crime organizado.

O professor Luigi Zingales<sup>10</sup> concebeu uma disjuntiva que procura explicar os modelos econômicos que se organizaram depois da queda do Muro, a partir da natureza do relacionamento entre o público e o privado, em que ele distingue dois regimes ideais, os que designa como “pró-negócio” e os “pró-mercado”.

“Pró-negócio” é o regime do “cronismo”, em que o público e o privado se embaralham, mas em uma mistura que está longe de ser anticapitalista. Talvez se possa dizer o exato oposto: é a privatização do Estado e o capitalismo degenerado.

O regime “pró-mercado” é fundado na competição e na impessoalidade, o velho capitalismo liberal, como a democracia, o melhor de todos os regimes ruins. Não se trata de Estado mínimo, nem de qualquer visão romântica sobre o modo como o capitalismo funciona, mas de trabalhar as virtudes do sistema, que deve enfatizar o bom funcionamento dos mercados, a concorrência e a horizontalidade, enquanto o “cronismo” procura sempre a seletividade e a arbitrariedade. Em vez de competição, meritocracia e

.....  
9 Vinicius Marques de Carvalho e Carlos Emmanuel J. Ragazzo (orgs). “Defesa da Concorrência no Brasil: 50 anos” Brasília: Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, 2013, p. 43.

.....  
10 Luigi Zingales “Um capitalismo para o povo: reencontrando a chave da prosperidade americana” São Paulo, Editora BEI, 2014.

impessoalidade, o regime do “cronismo” estabelece a discricionariedade para escolher seus “campeões” com bases em prioridades *ad hoc* e, às vezes, buscando apoio no nacionalismo ou no politicamente correto.

O “cronismo” desembarcou no Brasil pelas mãos do PT, que, em 2008, passa de uma postura passiva e envergonhada para outra de extroversão, ao atacar cada um dos pressupostos dos consensos internacionais em políticas públicas. Na ocasião, o ministro Guido Mantega proclamou, além da crise do neoliberalismo: “O capitalismo precisa ser sempre reinventado. Onde está dando mais certo? Nos países que adotaram o capitalismo de Estado”.

Seis anos e muitos escândalos depois, passando por prejuízos bilionários, é bastante claro que o fracasso dessa nova matriz resultou imensamente eficaz para popularizar algumas das virtudes mais básicas da economia de mercado, como impessoalidade, concorrência e meritocracia.

### **3.4. Seletivismo, clientelismo e a proliferação de “gatos” e “meias-entradas”**

A prática de políticas não horizontais, para o bem ou para o mal, cria diversos tipos de distorções relacionadas com a violação do princípio da igualdade diante da lei e relacionado com o modo de se tratar os desiguais desigualmente, sobretudo nos assuntos sociais, terrenos normalmente hostis para o liberalismo, áreas restritas às exceções, nas quais as políticas sociais lidam com assuntos para os quais não se faz conta.

Entretanto, a nova realidade de responsabilidade fiscal que se estabelece depois de 1994 trouxe o incômodo desafio de se lidar com a escassez, definir prioridades e fazer

mais com menos. Uma das soluções mais comuns para o problema foi a proliferação de “gatos”, conforme abaixo descrita.

O “gato” é um fenômeno social complexo, uma espécie de jeitinho para se fazer um benefício ou um subsídio sem que se tenha que discutir seus custos no âmbito do orçamento público. O “gato” não está sujeito a contingenciamento e consiste tipicamente numa gratuidade oferecida a um indivíduo ou grupo e cujo custo é “socializado”, geralmente na forma de sobrepreço compensatório.

Na energia elétrica, o assunto está bem organizado: o roubo de energia é tolerado pelas empresas concessionárias, pois são autorizadas a cobrar o custo do “gato” de quem paga as contas. Tudo se passa como se houvesse um subsídio, expressa ou implicitamente determinado pelas autoridades, financiado por um imposto, um “adicional” na conta, que, todavia, jamais aparece com esses nomes e não passam nem perto de entrar na conta da carga tributária e do tamanho do governo.

É muito claro que há gatos no transporte público, no saneamento, nos derivados de petróleo, e mesmo na cultura. Esses gatos mais sofisticados às vezes são descritos como “subsídios cruzados”, como poderiam ser designados como “impostos ocultos”, e geralmente seu propósito é favorecer grupos especiais e criar uma clientela. Tenha-se claro: sempre que há uma “tarifa social” para algum grupo especial, alguém está pagando em dobro.

É fácil ver que a própria inflação tinha essa natureza, pois era um imposto sobre os desprotegidos pela correção monetária, sempre magnanimamente seletiva, tal qual subsídio cruzado provocando transferência de renda. Processo semelhante ainda preva-

lece no mundo do crédito, eis que o crédito “direcionado” é barato enquanto o livre é abusivamente caro, sendo que as diferenças de *spread* estão inversamente correlacionadas, como se o subsídio para os grupos com acesso ao crédito barato fosse financiado por um “imposto” sobre o crédito em geral.

É claro que se poderá argumentar que é justo que os idosos não paguem certas contas, ou as crianças, os índios, os agricultores e os tomadores de crédito habitacional. Mas, o que não parece correto é que essas benesses sejam feitas fora do âmbito do orçamento público, em que todos os direitos devem se apresentar em conjunto, a fim de se submeter às restrições orçamentárias decorrentes da responsabilidade fiscal e às prioridades determinadas pelos representantes do povo.

Não é por acidente que os “gatos” e esquemas seletivos em geral entrem para o imaginário das pessoas como privilégio discricionariamente concedido, frequentemente em esquemas de clientela ou pior. É nesse contexto que programas horizontais como o Bolsa Família parecem muito mais adequados que, por exemplo, os programas sociais implícitos no sistema previdenciário, que produzem mais desigualdade, ao invés de corrigi-la.

A horizontalidade implícita num orçamento universal veio se tornar um imperativo, geralmente entendido como uma pauta liberal, face ao descontrole nos tratamentos desiguais e compensatórios, fartamente apropriados pelo *rent seeking*.

#### **4. O antipetismo redefine o liberalismo no Brasil**

**N**ão parece haver dúvida que o grande eixo unificador da vitória eleitoral de Jair Bolsonaro foi o antipetismo. Todos os

especialistas estão de acordo com isso, mas não se imaginava que a rejeição da sigla se convertesse espontaneamente em algo parecido com um programa e de enorme ressonância eleitoral e claríssima índole ideológica, conforme acima arguido. A negação do petismo, em cada uma de suas disposições econômicas, parecia compor uma plataforma liberal não apenas funcional como perfeitamente lógica e adequada para os desafios econômicos do país.

É curioso observar que os analistas políticos, tendo em vista a polarização entre PSDB e PT em todas as eleições desde 1994, imaginaram que o antipetismo fosse desaguar no PSDB. Muitos previram a repetição desse duelo, de modo a refletir um padrão já amadurecido, e, com isso, perderam de vista uma sutileza absolutamente vital para o momento: o grande inimigo histórico do PT não era o PSDB, mas o liberalismo.

Tanto que, desde sempre, para desancar os tucanos, o PT os magoava além da conta chamando-os de “neoliberais”. Era o supremo insulto, o maior dos constrangimentos, era o que fazia os tucanos “autênticos”, os fundadores, ex-constituintes, baixarem a cabeça e consumirem-se em dúvidas. Essa forma de *bullying* se estabelece na primeira presidência tucana e prossegue nos anos subsequentes de forma a produzir um curioso e paradoxal sentimento de ambiguidade quanto às realizações tucanas no campo das reformas.

Entretanto, o PSDB enfrentou dois problemas que o subtraíram dessa polarização. O primeiro foi a tibieza ao enfrentar escândalos entre seus filiados, o que o colocou em posição semelhante a todos os outros partidos da “política velha”, incluído o PT. O segundo era ideológico e vinha de longe. Em vez de caminhar na direção do libera-

lismo, nesse formato aclimatado – conforme definido pelo próprio PT, inclusive para confrontá-lo –, o PSBD resolveu ser um outro PT, mais ameno e ilustrado, mas sem nunca perder a sensação de que eram partidos irmãos, separados ao nascer. Não é segredo que muitos dos maiores líderes tucanos possuem afinidades confessas com o PT, que tentaram em diversos momentos aproximar as legendas e que repetiram este exercício recentemente em torno da frente democrática contra Bolsonaro proposta por Haddad. O fato é que o antipetismo, ao menos no ângulo econômico, não era mais o PSDB, mas o liberalismo, e todas as outras causas que o PT atacou durante todos esses anos, incluído o conservadorismo nos costumes.

O vazio foi ocupado por Jair Bolsonaro, que se apropriou do antipetismo inclusive por que foi capaz de confrontar o PT várias oitavas, além do que os bons modos permitiriam, penetrando profundamente no terreno do grotesco. A partir dessa posição, e diante de perspectivas eleitorais imensas, Bolsonaro foi buscar o seu economista liberal, a fim de complementar a sua “oferta eleitoral”.

Não há dúvida de que o liberalismo de

Paulo Guedes foi um adorno importantíssimo para a campanha de Bolsonaro e o símbolo do vitorioso casamento de conveniência entre o antipetismo e o liberalismo. No momento em que se desenha o ministério do novo presidente, contudo, o acessório se tornou essencial, um superministério, com poderes que nenhum outro titular da economia jamais desfrutou, e uma filosofia econômica fundamental para o destino da nova presidência.

Ainda que pudéssemos identificar determinações profundas para essa primavera liberal, tudo parece efêmero e acidental, ainda que convicto. Bolsonaro não tinha qualquer ideia sobre economia, terceirizou o assunto e agora parece refém da eficácia desse programa liberal para lhe assegurar bons números para a economia, aos quais está associado o seu sucesso, ao mesmo tempo em que o liberalismo parece também refém desse presidente polêmico e cheio de idiosincrasias. A dependência mútua é um mero incômodo nesse momento de glória para o candidato recém-eleito e para os liberais, experimentando um inesperado chamado do destino. Mas, pode virar um pesadelo para ambos se a economia não responder.

# Conservadores e Liberais

.....

**DENIS LERRER ROSENFELD**

**I**deias orientam ações que tanto podem conduzir ao bem coletivo, por mais variadas que sejam as suas significações, quanto podem conduzir à anomia social e, em casos mais graves, a crises institucionais. Decisões políticas estão baseadas em ideias, por mais variáveis que essas sejam. O quadro de ideias que tínhamos até esta última eleição era amplamente dominado pela esquerda, seja em sua vertente dita social-democrata, seja em sua vertente petista, que remonta à experiência comunista do século XX, de cunho revolucionário, embora o PT tenha oscilado em assumir explicitamente esta tradição. Eram, portanto, essas ideias que norteavam o processo decisório político.

Decisões políticas são tomadas segundo determinados padrões de pensamento que orientam nossas escolhas. Há diagnósticos de situações que seguem determinados critérios e concepções, que selecionam dos fatos aqueles aspectos que ganharão, propriamente, o nome de realidade. Aquilo que consideramos como “realidade” é um recorte que fazemos dos fatos segundo uma abordagem

presidida por certas ideias que orientam, então, a nossa escolha. Faz-se então uma espécie de retrato do que é tido por real. Quanto mais apurado for o recorte que nos dá acesso aos fatos, mais chances se oferecerão a uma decisão exitosa. Ou ainda, quanto mais precisa for a “realidade”, selecionada por assim dizer, mais próxima estará dos fatos retratados. Se um médico não bem fizer o diagnóstico de uma doença, confundindo-se nos sintomas e em certas abordagens, de nenhuma eficácia serão os remédios prescritos.

O quadro eleitoral mudou a face do país. Novos parlamentares, novos governantes. Os padrões que vinham orientando a conduta dos políticos sofreram uma brusca transformação, desde a importância da televisão, que perdeu a sua força em detrimento das redes sociais, até a afirmação do antipetismo como ideia transformadora. A ideologia de esquerda perdeu a sua aderência, abrindo espaço para a emergência de novas forças. Forças essas que começam a preencher o vácuo de ideias deixado pelo PT e por seus partidos e movimentos satélites. Mais particularmente, ainda, não estamos diante de uma mera transição de um governo a outro, mas do surgimento de um outro que expõe uma natureza própria, em muito distinta do anterior. Ou seja, estamos diante não apenas de uma mudança de governo, mas de um

.....  
DENIS LERRER ROSENFELD é professor titular do Departamento de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), autor de diversos livros em português, francês e espanhol, articulista do jornal O Estado de S. Paulo, consultor de empresas e entidades empresariais. Publicou em 2018 o livro “O Estado fraturado: reflexões sobre a autoridade, a democracia e a violência”, TopBooks.

exercício de poder de outro tipo.

Agora, nesta última eleição, é como se a máscara do PT tivesse caído, adotando o partido um alinhamento com o “socialismo do século XXI”, para além de sua histórica afinidade política com Cuba. O desprezo pelas regras democráticas e constitucionais, personificado na narrativa do “golpe” e da “perseguição política” de Lula, condenado em quatro instâncias do Judiciário, bem ilustra o desrespeito ao Estado de Direito. É como se a Constituição e a lei a eles não se aplicassem. Mais concretamente, a novidade do “socialismo do século XXI” consiste em sua manipulação das regras democráticas para a abolição mesma da democracia, ou seja, as regras democráticas só servem enquanto instrumentos para a conquista do poder, passando, depois, a serem desrespeitadas. A implantação da ditadura na Venezuela segue exatamente este percurso, levando sua população à miséria e à violência.

Foi isto, precisamente, que o PT procurou fazer ao tentar levar um condenado preso à presidência da República, como se se tratasse de uma ferramenta da “soberania popular”. Talvez o seja, para empregar uma expressão de Talmon<sup>1</sup>, a saber, a da democracia totalitária, segundo a qual a dita vontade popular seria ilimitada, cabendo-lhe julgar o justo e o injusto, o bem e o mal, ao arrepio de qualquer norma constitucional. Não haveria nenhuma barreira legal a controlar o seu exercício. Seria ilimitada, por definição arbitrária, e o partido revolucionário seria a sua expressão e liderança. Ele “interpretaria” a soberania popular, via emprego da demagogia. Seria o seu veículo e o seu senhor.

As disputas eleitorais, então, articulavam-se em torno da oposição entre PT

.....  
1 Talmon, Jacob L. Les origines de la démocratie totalitaire. Paris, Calman Lévy, 1966,

e PSDB, como se o destino da sociedade brasileira se reduzisse a optar entre uma social-democracia tucana e um partido que, mascaradamente, dizia seguir a democracia, apesar de algumas tendências suas, genuinamente, sinalizarem para uma forma de social-democracia. Entretanto, esses últimos não prevaleceram. Note-se que os tucanos tiveram o objetivo de trazer para o Brasil a experiência do trabalhismo inglês<sup>2</sup> e a da social-democracia alemã, embora não usufríssem de nenhuma base sindical, ao contrário de seus congêneres europeus. Suas referências remontariam a Clement Attle, no Reino Unido, ou a Eduard Bernstein e Willy Brant na Alemanha.

## PT e tradição marxista

Ocorre que o PT permaneceu arraigado, de uma forma ou de outra, à tradição marxista e à sua vertente católica da *Teologia da Libertação*, fortemente criticada e condenada, aliás, pelo Papa Bento XVI<sup>3</sup> e, antes, com o ainda Cardeal Ratzinger<sup>4</sup>. Claramente, seus referenciais teóricos não eram os mesmos, apesar de os tucanos alimentarem a esperança de uma eventual aliança entre supostas almas irmãs, que não gozavam entre si de nenhuma fraternidade. Tanto isto é verdade que os petistas sempre consideraram os tucanos como de direita, dizendo com isto que a social-democracia não era uma corrente de esquerda. Os tucanos foram vítimas de sua própria ilusão, reféns de seu autoengano.

.....  
2 O antigo PTB, muito antes do PSDB, tinha suas referências ideológicas no trabalhismo inglês.

3 Benoit XVI. *Jésus de Nazareth: De l'entrée de Jérusalem à la Ressurrection*. Paris, Editions du Rocher, 2011.

4 *Instructions on Certain Aspects of the "Theology of Liberation"*. Joseph Cardinal Ratzinger. Prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, 1984, aprovada pelo Papa João Paulo II, que ordenou a sua publicação. 1984

Diria que, assim como Willy Brant terminou caindo por um obscuro episódio de espionagem orquestrado e manipulado pela ex-Alemanha Oriental, pelos comunistas, os tucanos foram logrados pelos petistas.

Do ponto de vista eleitoral, os valores de esquerda eram considerados como balizas pelos dois contendores, com a pretensão de que seriam, supostamente, valores nacionais, por todos reconhecidos. Ser de direita era uma espécie de nome feio, algo a ser evitado, inclusive, pelos que se reconheciam nesta corrente de pensamento. No seu interior, operava uma espécie de jogral. Os tucanos faziam uma leve inflexão à direita, para capturar os votos dos descontentes com estes ditos valores “comuns”, enquanto os petistas faziam um movimento equivalente em direção ao centro, como na famosa *Carta aos Brasileiros* de Lula em sua primeira campanha vitoriosa para presidente da República. Assinale-se que este documento não foi jamais reconhecido enquanto documento partidário, não representando, ideologicamente, o partido.

O jogral, durante muitos anos, tornou-se extremamente confortável para os dois atores, como se nenhuma alternativa existisse fora deles. Acomodaram-se nos seus respectivos espectros ideológicos, como se não houvesse qualquer outra forma de vida inteligente. Espelhavam-se um no outro e nada mais viam, recusando-se a ver que a própria sociedade estava mudando, não mais se adequando aos seus padrões mentais. Tão confortáveis se sentiam que passaram a considerar o “politicamente correto”, refúgio de uma esquerda que tinha ficado momentaneamente órfã com a queda do Muro de Berlim, como se fosse algo universal, algo, inclusive, que deveria ser colocado goela abaixo dos que resistiam a

fazê-lo. Desprezaram profundamente sentimentos e concepções conservadoras da sociedade. Enquanto “iluminados”, tentaram impor o seu “esclarecimento”.

Neste meio tempo, valores básicos da sociedade foram literalmente desconsiderados. O Estado passou a não se ocupar da segurança física e patrimonial das pessoas, como se este fosse um assunto social, que seria resolvido “naturalmente” pela melhoria das condições sociais. O resultado foi o crime generalizado, havendo o politicamente correto adotado a posição de defensor dos direitos humanos, aplicados preferencialmente à defesa dos criminosos. No período governamental petista, o direito de propriedade, valor fundamental de uma sociedade livre, foi claramente desrespeitado, principalmente, no campo brasileiro, graças às invasões do MST e congêneres. A esquerda urbana aplaudia. Mais recentemente, o mesmo processo implantou-se nas cidades brasileiras, através de uma outra denominação, MTST, não respeitando tampouco o direito de propriedade nas cidades. Ambos movimentos, de cunho marxista e revolucionário, foram e são fortemente apoiados pelo PT e por outros partidos de esquerda. Apenas para lembrar: o MST é uma criação da Comissão Pastoral da Terra, braço esquerdista da Igreja Católica. Os tucanos, no governo Fernando Henrique, apreciavam estes movimentos de esquerda e criticavam fortemente os “ruralistas”, considerados como “latifundiários”. A afinidade ideológica era explícita.

Cabe aqui um parêntese a propósito da apropriação esquerdista, ideológica, da doutrina dos direitos humanos. Um dos seus pontos históricos mais importantes consiste na luta do célebre físico, Andrei Sakharov, pai da bomba de hidrogênio soviética, pelas liberdades em um regime comunista.

Tornou-se ele um símbolo internacional da luta pelos direitos humanos<sup>5</sup>. Segundo ele, a significação desses direitos provinha do combate ao totalitarismo, em sua opressão das liberdades e dos direitos individuais, dentre os quais destacavam-se a liberdade de imprensa, de expressão e de circulação das pessoas. E esta luta, por ser humana, extrapolava os limites territoriais de um Estado determinado, passando a vigorar enquanto princípio válido para todos os Estados e, neste sentido, humanos em sua acepção de universais. Ou seja, estamos diante dos princípios mesmos do liberalismo político em sua formulação dos valores incondicionais oriundos dos direitos individuais, particularmente importantes na luta contra os regimes totalitários. Logo, pode-se dizer que a defesa dos direitos humanos, neste contexto que lhe confere a sua verdadeira significação, provém dos combates pelas liberdades e contra sua opressão e aniquilação totalitárias. Em outros termos, poder-se-ia igualmente dizer que, em termos “ideológicos”, os direitos humanos seriam valores da “direita”, e não da esquerda.

### **Luta pelos direitos humanos apropriada pela esquerda**

**O**ra, a luta pelos direitos humanos foi apropriada pela esquerda, transferindo-a para uma luta pelas minorias e, mais particularmente, tornou-se um instrumento contra os direitos individuais e a própria democracia, no apoio a “movimentos sociais” de tipo revolucionário, que lutam pelo “socialismo”, forma, hoje, mais palatável para a opinião pública do “comunismo”. Isto é, os defensores dos direitos humanos no

.....  
5 Talmon, Jacob L. *Mission and Testimony*. Brighton, Chicago, Toronto. Sussex Academic Press, 2015.

Brasil, em boa parte, são os que defendem políticas liberticidas em seus apoios à Venezuela chavista e de Maduro e à ditadura castrista em Cuba. São os mesmos que não respeitam o direito de propriedade nem o Estado Democrático de Direito. São, ainda, os que apregoam o “controle social dos meios de comunicação”, que nada mais é do que uma ferramenta para introduzir a censura e cercear a liberdade de imprensa e de expressão. Tal controle deveria ser mais bem denominado “controle partidário – petista – dos meios de comunicação”. Seria, precisamente, o contrário do que era defendido por Sakharov.

Ocorre que o PT, no governo da República, demonstrou a sua clara natureza não democrática, apelando para o crime e a corrupção enquanto instrumentos de manutenção do poder. Abandonaram a antiga bandeira da “ética na política”, entregando-se de corpo e alma à criminalização da política. O corpo foi o aparelhamento do Estado em toda a sua estrutura; a alma foi a renúncia a qualquer valor de moralidade pública e de apreço pela democracia, pelo Estado Democrático de Direito, como de validade universal. O Estado passou a ser tido por uma espécie de “coisa sua”, tratando os seus opositores como inimigos, potencialmente, portanto, a serem eliminados. Não é mera coincidência que seus opositores foram considerados nas últimas eleições “fascistas”, como se este opróbrio os desconsiderasse moralmente e os inviabilizasse politicamente. É o célebre lema petista do “nós” contra “eles”. Na verdade, tal formulação nada mais expressa do que sua difícil convivência com o outro, não o reconhecendo. Não consegue nem conviver com seus semelhantes, como bem demonstraram todas suas jogadas moralmente desprezíveis contra **Ciro Gomes e Marina**

Silva nesta e nas últimas eleições, pois seu único objetivo era hegemônico: impor a sua própria posição.

O cenário muda com a atual eleição. A polarização PSDB/PT desaparece, esse último partido ainda conseguindo chegar ao segundo turno. Note-se, aqui, que tal “feito” se deve à região Nordeste e aos setores de baixa renda e escolaridade; ou seja, os “progressistas” estão enraizados nos setores menos escolarizados e de renda até um salário mínimo. Os “esclarecidos” apoiam-se nos menos “esclarecidos” da população brasileira, os que penam em sua labuta pela sobrevivência e nem conseguem ler adequadamente. Os setores verdadeiramente esclarecidos da sociedade brasileira abandonaram os seus líderes iluminados, com as ressalvas de sempre de artistas que só a eles representam.

No primeiro turno, tivemos a novidade do deputado Jair Bolsonaro, que defendeu ideias conservadoras, e do empresário João Amoedo, que se reivindicou de ideias liberais, embora esse último tenha evitado se comprometer com temas controversos de costumes como o do aborto. Contudo, o que importa aqui ressaltar é que valores conservadores e liberais passaram a ser representados eleitoralmente, expondo um cenário diante do qual tanto os tucanos quanto os petistas ficaram desorientados. Os tucanos afundaram enquanto os petistas sobreviventes apegaram-se a uma narrativa inverossímil, procurando desresponsabilizar-se de seu imenso fracasso na gestão da coisa pública, com enorme desequilíbrio fiscal, PIB de crescimento negativo, inflação fugindo do controle e juros nas alturas. A corrupção tomou conta da política.

A direita mostrou uma diversidade própria, seja em relação aos costumes e aos valores morais e religiosos, seja em relação à

economia. Note-se que estamos utilizando as noções de conservadores e liberais em sua acepção inglesa, a la Hayek, e não americana, em seu significado local de social-democracia. Ora, a campanha finalmente vitoriosa de Jair Bolsonaro ancorou-se no antipetismo, enquanto defendendo “não valores” contrários à vida social e política, como a corrupção e a imoralidade pública, introduzindo os seus próprios valores ancorados nos costumes, na moral e na religião, como os da luta contra o aborto, a defesa da família, o direito à posse de armas, o combate à ideologia de gênero nas escolas, entre outros. Ao lutar contra a criminalidade generalizada e pelo direito à autodefesa e à segurança pública, resgatou valores e princípios que fazem parte, conforme ensinava Hobbes, da própria constituição do Estado. Acrescente-se, ainda, que a montagem do novo governo já mostrou a sua afirmação de princípios liberais, concernentes à economia de mercado, a menor intervenção estatal, a privatizações e ao controle social da moeda via Banco Central independente. Entendeu o novo presidente que sua tarefa consiste na síntese entre valores liberais e conservadores, na acepção própria que lhes está conferindo.

Esta síntese entre valores conservadores e liberais não é estranha ao próprio pensamento conservador, pois o próprio Burke adotava, em economia, as posições de Adam Smith<sup>6</sup>. Conservadores em relação à tradição e às regras institucionais existentes podem perfeitamente conviver com uma economia de mercado livre e concorrencial, baseada no cumprimento dos contratos e na segurança jurídica. Contradições podem surgir entre conservadores e liberais, mais explicitamente, quando esses últimos trazem suas

.....  
6 Kirk, Russel. *The Conservative Mind*. BN Publishing, 2008. P. 19.

posições para os costumes, defendendo, por exemplo, o direito ao aborto, o casamento homossexual e a ideologia de gênero, enquanto manifestações mais amplas da liberdade, porém apenas coincidindo politicamente com as posições de esquerda, que recusam, precisamente, o sentido amplo da liberdade, mormente em suas acepções políticas e econômicas.

O pensamento conservador, por sua vez, pode ser igualmente dito em diferentes acepções.

## A autoridade estatal

A primeira que nos interessa caracterizar diz respeito ao exercício da autoridade estatal, ou seja, à conservação da ordem institucional e constitucional vigente, tal como esta concepção se encontra particularmente presente no estamento militar, avesso que é à desordem, à anomia e ao descontrole da violência. Huntington bem formula este ponto: “O homem da ética militar é por essência o homem de Hobbes”<sup>7</sup>. Ora, tal formulação é particularmente esclarecedora não apenas em relação à ética militar, mas à sua visão de mundo e de orientação na vida pública. Segundo essa, o ser humano é propenso ao egoísmo, ao conflito e à violência, devendo, pois, ser regulado e controlado por um Estado forte. Não se trata apenas do que isto significa no caso específico da guerra, em que tal formulação encontra toda a sua pertinência, mas do modo mediante o qual a vida política é concebida, com destaque sendo dado, então, ao conceito de autoridade política. A forte presença de militares no governo Bolsonaro, em postos chaves, bem mostra a sua preocupação central com o res-

tabelecimento da autoridade estatal no país.

A questão pertinente será, então, não somente a de como a democracia é vista a partir de um determinado conjunto de regras, mas também a de se esse conjunto é de natureza a preservar o Estado e a conservar a sua autoridade. A ordem social e política não nasce de uma suposta “boa” natureza humana, que seria capaz de produzir de uma forma espontânea o “bom” ordenamento social, mas de como um ser humano belicoso, voltado predominantemente para a sua satisfação própria, vem a ser controlado por um conjunto de regras imposto por um Estado, que nasce com a disposição central de assumir o controle da violência, regrando-a em seu emprego. A mentalidade militar, assim como a conservadora, parte de um pessimismo em relação à natureza humana, nada predispondo, conceitualmente, ao otimismo. Dito ainda de outra maneira, a mentalidade militar seria de “direita” ao enfatizar o ordenamento público e o exercício da autoridade, não tolerando a desordem e as irrupções de violência.

Os valores. A segunda acepção do pensamento conservador que nos interessa ressaltar concerne aos valores: valores morais, da tradição, da família e da religião. Cada uma destas acepções veicula significados históricos específicos que dizem respeito às diferentes histórias de cada país. Se tradições, por exemplo, são diferentes, o mesmo se pode dizer dos seus valores correspondentes. Ora, isto igualmente vale para os valores morais, familiares e religiosos, bastando observar a própria diversidade das religiões, cada uma delas com suas histórias particulares, veiculando diferentes normas, regras e liturgias. Neste nosso último processo eleitoral, constatou-se o forte componente político dos valores em geral, com

.....  
<sup>7</sup> Huntington, Samuel P. *O Soldado e o Estado*. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2016, p. 86.

especial predominância aos relativos aos costumes, à moralidade pública e à família. Os evangélicos, em particular, fizeram valer o seu voto, escolhendo um candidato, no caso, Jair Bolsonaro, que correspondesse a esta sua concepção. Insurgiram-se contra a influência da ideologia de gênero nas escolas, contra o aborto em função de sua ideia própria de vida intrauterina e contra a criminalidade indiscriminada, propugnando, ainda, pelo direito à legítima defesa. Quisera aqui frisar que, embora se possa caracterizar esta pauta normativa como antipetista, contra o politicamente correto, ela possui uma significação claramente positiva de afirmação de valores, e não somente negativa em relação à outra posição.

Observe-se que a pauta conservadora se contrapõe aqui à pauta liberal. Liberais, normalmente, pelo menos em uma de suas acepções, propugnam pela relatividade dos valores, não aceitando que lhes seja conferida uma validade absoluta, tanto no nível religioso quanto no nível da tradição. A própria significação liberal nasce do rompimento com poderes arbitrários e/ou absolutistas, o que significa dizer que não admite sua base de sustentação em valores de tipo religioso, por exemplo. Lutou, isto sim, pela mais completa separação entre o Estado e a Igreja, não aceitando, de forma alguma, a ingerência desta última nos assuntos públicos. Sustenta ainda ela, no nível do comportamento individual, em que as pessoas têm o direito de perseguir os seus próprios interesses particulares, segundo regras aceitas por todos, de modo que o desejo de cada um possa adequar-se aos desejos dos outros. Não parte ela, ainda, da concepção de que os homens são pecadores e, portanto, devem abdicar dos desejos materiais, da concupiscência, nem consideram tampouco que o lu-

cro seja algo a ser condenado. Condenação do lucro que, aliás, encontramos tanto em correntes conservadoras quanto de esquerda.

No Brasil, em particular, algo que ficou particularmente claro na escolha dos novos ministros da Educação e das Relações Exteriores, ganha um complicador particular, na medida em que a defesa dos valores vem acoplada a uma concepção conspiratória do mundo, que seria controlado e manipulado pelos agentes do globalismo e do “marxismo cultural”. Uma coisa é a defesa dos valores, outra diferente é submetê-los a um grande esquema conspiratório mundial, que teria centros decisórios. O mundo estaria submetido a uma luta de tipo maniqueísta, com as forças do “mal” procurando controlar as consciências individuais e, em particular, os agentes políticos. Ou seja, o mundo estaria submetido a uma finalidade voluntarista de alguns poucos centros de poder, que expandiria os seus tentáculos sobre todos os Estados. Trata-se de um conservadorismo de tipo religioso, misturado com um embasamento de tipo político, fundado, por sua vez, em uma doutrina conspiratória internacional. Haveria uma manipulação global de instauração do comunismo, com o apoio de forças econômicas capitalistas, liberais nesta acepção. Neste sentido, torna-se também antiliberal ao se posicionar contra a globalização como se fizesse parte de uma conspiração de esquerda, enquanto, para os liberais, o livre comércio é um valor inegociável. Já o grande liberal francês, Benjamin Constant, dizia que o livre comércio e o seu desenvolvimento tornariam a guerra algo desnecessário, inútil em certo sentido.

A questão torna-se ainda mais complexa quando são aplicados estes valores conservadores, os tradicionais e, mais especificamente, os conspiratórios, à educação e às relações

exteriores. Na primeira, torna-se evidente a sua ineficiência, pois não se pode reduzir a educação a uma pauta normativa de valores, por mais que tenham pertinência, dada a introdução do marxismo e do politicamente correto enquanto doutrinas educacionais e, mesmo, universitárias. A falsificação da história brasileira encontrou ainda um terreno particularmente fértil, com a ideologização de textos didáticos ou das provas do Enem. Não foram poucos os estudantes que tiveram de responder errado a perguntas históricas e sociais para acertarem na aprovação dos exames. Na verdade, tinham de acertar segundo a ideologia dos seus professores, ao arrepio da realidade. Contudo, a questão educacional e universitária é muito mais ampla, envolvendo uma educação voltada para o mercado de trabalho, para o sucesso profissional, conforme os interesses particulares de cada um. A política de ensino não pode ficar restrita a uma disputa de valores conservadores contra liberais ou contra a esquerda, pois o país tem urgências científicas, tecnológicas, sociais, de produtividade e de crescimento muito mais prementes. Teorias conspiratórias são aqui, especialmente, de nenhuma utilidade, valor esse, aliás, liberal.

### **Dificuldade maior nas relações exteriores**

No que diz respeito às relações exteriores, a dificuldade aumenta ainda mais. O seu domínio é o dos interesses particulares de cada Estado, segundo as projeções geopolíticas de cada um, seguindo suas próprias concepções de poder no cenário mundial. Hegel<sup>8</sup> já dizia que cada

Estado se encontra em um “estado de natureza” em relação aos demais, afirmando seus interesses específicos e estando, sempre, preparado para o conflito e, no limite, para a guerra, embora privilegie os meios diplomáticos do diálogo e da negociação. Diplomacia de um lado, força militar de outra. O espaço para a afirmação de valores é por demais restrito, sobretudo se se pautar por valores universais e abstratos, mormente ainda se embasados em uma cruzada religiosa pelo mundo. A diplomacia deve estar a serviço dos interesses particulares de cada Estado, posicionando-se, assim, no tabuleiro internacional, e não se submeter à suposta fraternidade de esquerda, nem tampouco a uma mensagem de tipo religioso, que deveria afirmar-se segundo os valores tidos por ocidentais.

Metternich<sup>9</sup>, o célebre chanceler, em seu trabalho de defesa dos interesses do império austro-húngaro, pautava a sua conduta diplomática pela conservação do atual estado de coisas. Isto porque o seu próprio Estado estava na iminência de sofrer abalos ou, mesmo, de ser dissolvido devido, interiormente, ao fato de ser constituído por diferentes nacionalidades que, então, no cenário mundial, procuravam afirmar-se politicamente, com o intuito de se tornarem Estados. Numa fina ourivesaria, procurava conservar o seu *status quo* interno e externo, em um contexto internacional de extrema turbulência. Em particular, a França, portadora dos novos princípios revolucionários, era uma ameaça, o que o fez trabalhar junto a Napoleão através do arranjo de um casamento dinástico, visando conter os ímpetus do novo imperador. Procurou impor a sua

.....  
8 Hegel, G. W. *Princípios da Filosofia do Direito*. Tradução de Paulo Meneses, Agemir Bavaresco, Alfredo Moraes, Danilo Vaz, Greice Ane Barbieri e Paulo Roberto Konzen. Unisinos, Loyola e Unicap, 2010.

.....  
9 Kissinger, Henry. *A World Restored. Metternich, Castlereagh and the Problems of Peace, 1812-1822*. London, Phoenix, 2000.

própria pauta conservadora, sabedor de que não tinha força para impor a sua vontade militarmente. As suas negociações faziam-se tanto com os revolucionários quanto com os profundamente religiosos, como o tzar da Rússia, homem particularmente devoto. Para ele, o fundamental consistia na conservação das instituições austríacas, colocando a sua imensa habilidade diplomática na preservação do *status quo*.

Talmon observa, a propósito de outro chanceler da época, Castlereagh, colega de Metternich, em uma formulação sua relativa à Santa Aliança, que a Inglaterra não deveria dar um cheque em branco às outras potências, o que serviria de cobertura para reprimir qualquer insurreição revolucionária. Embora profundamente conservador, não partiria em uma cruzada contra os revolucionários franceses, pois, para ele, interessava sobretudo o equilíbrio mundial, que favorecia os interesses particulares de seu próprio Estado. De acordo com o pragmatismo inglês, a política exterior deveria sempre pesar as circunstâncias e as condições particulares, cada fato merecendo um cuidado e um tratamento específicos<sup>10</sup>. O terreno da polí-

tica e, mais particularmente, o das relações exteriores, não é o de declarações abstratas, por mais tentadoras que possam ser do ponto de vista moral e, mesmo, religioso. O terreno da política é o do choque, do conflito e da luta, muitas vezes caracterizado por embates entre direitos divergentes ou opostos proclamados pelas partes contendoras, exigindo, por isto mesmo, um profundo conhecimento das circunstâncias, de suas peculiaridades, assim como das especificidades de cada uma destas reivindicações de “direitos”. Neste sentido, ela visa ao compromisso entre os direitos conflitantes.

Eis o desafio hoje enfrentado pelo país, com posições conservadoras e liberais surgindo enquanto condutoras das ações públicas e de seus processos decisórios, em um novo governo que apresenta uma outra natureza política. De seu sucesso ou fracasso, depende que o país recaia ou não na velha oposição entre direita e esquerda, cujos termos seriam ditados por essa última. Houve, do ponto de vista político e, particularmente, das ideias uma mudança de paradigma. Quem não atentar para esta profunda transformação corre o risco da desorientação política, social e econômica. Seria como um médico errando no diagnóstico!

.....  
10 Talmon, *Mission*, p. 337.

# Evolução do Marxismo e Involução da Democracia

.....  
**LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA**

**A**s mudanças políticas recentes nos EUA, na Europa e na América Latina têm colocado em cheque os sistemas representativos e as relações exteriores, forçando algumas revisões para o século 21. Quais fatores influenciarão o diálogo político nesse início de século? Ressalto dois fatores importantes que afetarão a base da nossa discussão política: a evolução do marxismo e a involução da democracia.

## **Evolução do marxismo: cultural e global**

**A**pós a queda do Muro de Berlim, em 1989, julgava-se que o marxismo e a esquerda radical estavam terminados. Do ponto de vista político europeu isso ocorreu. A esquerda revolucionária se retraiu politicamente em todos países do ocidente. Nos países do Leste Europeu, que protagonizou ditaduras comunistas ferozes, a deterioração foi mais dramática. Alguns países do Leste Europeu chegaram a banir a ideologia marxista e agremiações comunistas no início dos anos 1990, como foi o caso da Ucrânia, Bielorrússia, Romênia, Látvia, Lituânia e Moldávia. Na Europa ocidental, os partidos comunistas não foram banidos, mas a legitimidade de

.....  
LUIZ PHILIPPE DE ORLEANS E BRAGANÇA é empreendedor, ativista político e deputado federal pelo PSL/SP.

seu pleito pelo poder político caiu por terra e nunca mais voltou. Desde a queda do Muro de Berlim, o marxismo na Europa se limitou à cultura e à educação, sendo que nessas áreas as democracias liberais não criavam restrições ou objeções.

Somente hoje, no entanto, no início do século 21, notamos como a cultura e a educação foram uma plataforma ampla e poderosa para a política. O “marxismo cultural” originário da Escola de Frankfurt nasceu como uma crítica a todos os pilares da civilização ocidental: religião, indivíduo, família, propriedade, constituição, nação-estado, etc. O marxismo cultural é utilizado desde o pós-Segunda Guerra Mundial como braço auxiliar do marxismo político, mas somente com a queda do Muro de Berlim é que ele se torna a ferramenta central.

No marxismo cultural, crianças e jovens são o alvo e os que mais sofrem seus efeitos de maneira mais direta e intensa. Nasce com o intuito de mudar a sociedade pela raiz, propagando uma versão alternativa de valores e narrativas históricas, sociais, políticas e econômicas. Todos os partidos da esquerda se beneficiam do marxismo cultural. Os partidos de esquerda, que promovem o socialismo via incremento gradativo da burocracia, notadamente os propagadores da social-democracia, é que têm sido os maiores benefi-

ciários, exatamente por serem pragmáticos e não revolucionários.

No período seguinte à queda do Muro de Berlim, foi a burocracia, e não a revolução, que se tornou o único caminho viável para implementar o socialismo. Na retórica social-democrata a função da burocracia é atacar as “injustiças sociais” criadas pelas narrativas do marxismo cultural. Dentro da lógica social-democrata, a regulamentação de todos aspectos da vida do ser humano é a maneira certa para reduzir essas diferenças sociais. O método socializante dos sociais-democratas tem sido tributar “excessos”, regulamentar comportamentos e controlar escolhas. Esse processo reforça o controle central.

Mas, essa lógica não se limitou ao controle de um país e de uma sociedade. A lógica do marxismo cultural tem um paralelo que se aplica na esfera internacional.

Na esfera internacional não há poderes efetivos capazes de aplicar leis em todos países. Nunca houve e esperamos que isso nunca se materialize. No entanto, é necessário compreender a existência de forças internas e externas dos países que trabalham para tal objetivo. Segue.

A diversidade de interesses das nações-estados do mundo, cerca de 200 países relevantes, é mais ampla do que a diversidade contida em um só país. Nações têm interesses díspares, pois vivem momentos evolutivos singulares. Muitas dessas diferenças são visíveis. Dessas desigualdades surge toda sorte de teorias para “pacificar” e “homogeneizar” as nações.

Uma dessas teorias foi a “teoria de dependência”, que influenciou países emergentes e do terceiro mundo a adotarem políticas restritivas aos interesses dos países desenvolvidos. O intuito desse conjunto de ideias era mais para limitar a expansão do

capitalismo do que para criar mercados internos competitivos nos países emergentes.

Várias outras teorias e pautas globais surgiram e se agregaram a esta desde então. Nos dias de hoje, muitos de nós nos depa-ramos com algumas desses pautas globais diariamente na mídia, por exemplo: aquecimento global, migração, direitos humanos, pobreza, etc. Pois bem, o que não percebemos é que a solução proposta pelos globalistas para erradicar esses “problemas globais” é similar à solução para erradicar as diferenças sociais de um país propostas pelos sociais-democratas: tributação, burocracia e regulamentação e, é claro, a fortificação de um poder global central capaz de implementar tudo isso.

Quando observamos o contexto global através da lógica marxista da “luta entre classes”, verificamos um universo paralelo fértil para a existência de sua cara-metade global: “luta entre nações”. E sim, vale notar que vários intelectuais marxistas agem no contexto global desde a criação da ONU, no final de 1945.

Similar à forma como o marxismo cultural funciona indiretamente na política, através da mudança cultural e do conteúdo acadêmico, o “marxismo global” das agremiações supranacionais age indiretamente pela influência política. Ou seja, a maioria dessas entidades supranacionais não possui vínculos explícitos com partidos políticos, mas preferem usar ONGs (organizações não governamentais) para criar legislação, sugerir e financiar sua aprovação em parlamentos de diversos países. Não é coincidência que por afinidade ideológica os partidos sociais-democratas são os mais alinhados às demandas dos globalistas nos países do ocidente.

As leis sugeridas por esses partidos afetam mudanças que alinham cada vez mais os

países sob um só comando e influência. Em alguns casos essas mudanças abrem o país para a interferência mais direta em questão de políticas públicas de toda espécie. Isso é o que chamam de globalismo ou, pela coerência desse texto, “marxismo global”.

Em resumo, verificamos no início do século 21 como o marxismo político revolucionário deixará de existir como partido e método político efetivo, dando lugar a duas outras ramificações que ganharão cada vez mais força: o marxismo cultural e o marxismo global. Estes agirão indiretamente na política e mais diretamente na sociedade.

Quanto mais os cidadãos se preocupam com políticas nacionais de desigualdade social e com questões globais, maior será o poder central no país e a interferência externa.

### **A involução da democracia: era da democracia de massa**

O segundo fator que cria a base para a dinâmica política no século 21 será o fenômeno da democracia de massa. São sistemas nos quais a população majoritariamente reage como uma horda amorfa aos estímulos de seus líderes políticos. Esse fenômeno é caracterizado pelo distanciamento entre eleitor e eleito, dependência em serviços públicos e baixa participação da comunidade local na resolução de problemas que afetam a comunidade.

Nesse modelo, o eleitor é desmotivado a agir como agente político para a resolução de problemas locais. Sua atenção fica voltada para problemas distantes, nacionais ou até mesmo globais, os quais ele é totalmente incapaz de resolver. O eleitor passa a formar parte de uma massa, ou horda, e fica dependente de representantes eleitos.

O eleito, por sua vez, faz campanha dire-

cionada para essa massa de eleitores inertes. O eleito desenvolve campanhas eleitorais cada vez mais dirigidas por marqueteiros profissionais, utiliza a estrutura da grande mídia e grandes partidos organizados com inúmeros cabos eleitorais e recursos para trabalharem a imagem de seus candidatos.

Na democracia de massa prevalece o discurso de pautas sociais, pautas de classe ou problemas globais, como por exemplo: fim da fome e da pobreza, combate ao aquecimento global, estabelecimento da igualdade de gênero, paz mundial, etc. Todas as suas pautas são genéricas, ideológicas, com o efeito de eliminar a percepção de fronteira de uma comunidade ou nação-estado. Implícita na dialética dessas pautas está a quebra da percepção regional e a imputação da incapacidade de ação da comunidade local ou nação em resolvê-las.

No minuto em que o eleitor passa a crer que pautas de natureza ideológica e de âmbito supracomunitário são mais importantes que pautas que afetam a melhoria de qualidade de vida de sua comunidade local, ele tenderá a eleger candidatos que se propõem a atacar esses “grandes problemas”. Nesse momento, seu poder político fica diminuído, e o poder do político, o representante eleito, aumenta.

Esse mecanismo gera ainda mais centralização de poder e, por isso, passou a ser a característica política nos países com sistemas políticos centralizados. Considerando que o sistema central fará sempre de tudo para se manter como força governante relevante, o mesmo é incapaz de ver o benefício de ter sua força diminuída. Via de regra, se o poder central não mitigar a vida política das comunidades locais, o centro político adquire rivais políticos locais. Mitigando as forças políticas locais o centro adquire dependentes.

Outro aspecto da democracia de massa é o presidencialismo. Poder executivo concentrado em uma só pessoa é mais forte e tende a criar centralização ao longo do tempo. A maioria dos países presidencialistas têm centralizado sistematicamente a tomada de decisões. A função do presidente concentra, por natureza, o lado de representante do Estado e de governador do povo, e por experiência, salvo raras exceções, presidentes se comportam mais como governadores e menos como protetor das instituições.

Na América Latina, presidentes à frente de um poder centralizado têm gerado democracias de massa. Esse é o modelo padrão do qual surgiram as ditaduras no Brasil e nos demais países da região.

Qual seria a alternativa? A real democracia, aquela construída nos municípios, nas comunidades e nos distritos. É o modelo distrital de exercer participação política, que sempre deu legitimidade aos poderes públicos e permitiu à sociedade civil participar mais diretamente. A proximidade entre eleito e eleitor, a transparência, a cobrança e a responsabilidade compartilhada são as chaves para a constante validação e legitimação dos representantes. Somente com o modelo descentralizado, distritalizado, de representatividade política, é que se pode pensar em estabelecer um dia a real democracia. Qualquer outro arranjo leva ao domínio da democracia de massa.

### **A realidade progressista:**

#### **Brasil de 1995 a 2018**

**A** Era Progressista no Brasil nasce com Fernando Henrique Cardoso em 1995 e termina com o fim do governo Temer em dezembro de 2018. O modelo progressista brasileiro seguiu o tom e a batuta dos pro-

gressistas ocidentais. O que caracteriza o viés político do progressista? A defesa do marxismo cultural e do marxismo global (globalismo como descrito acima) e a adoção de uma política social-democrata de patrimonialização gradual dos meios de produção, regulamentação de comportamentos e centralização de políticas sociais.

As eleições de 2018 marcarão o fim da hegemonia progressista na representatividade política. Uma nova voz política foi reintroduzida no poder executivo e no Congresso Nacional: a dos conservadores e liberais. Extinta do diálogo político desde o Brasil Império, a sociedade e os políticos se acostumaram a evitar se denominar publicamente como conservadores ou liberais. Não mais, pois nas eleições de 2018 vários políticos foram eleitos exatamente por se posicionarem em uma dessas duas matrizes de pensamento econômico e político.

A partir de 2019, o diálogo político terá que considerar esses aspectos que se tornaram majoritário nas redes sociais e na sociedade civil. Apesar da representatividade política desses segmentos, num primeiro momento, não estar bem organizada, a profundidade e amplitude da onda conservadora e liberal vão forçar instituições públicas, mídia, jornalistas, filósofos, professores, partidos e políticos da oposição a aprenderem a dialogar com esse novo segmento.

### **O debate e o embate no século 21**

**V**emos, portanto, que o debate esquerda vs. direita no Brasil, no século 21, será diferente. No lado da esquerda, veremos os partidos adeptos ao marxismo cultural, ao marxismo global sobrepostos num contexto de democracia de massa que sempre alimentou ambos.

A direita que surge carrega consigo os novos discursos dos conservadores e liberais, que são opostos integralmente à realidade progressista existente. Ambos prezam uma economia de mercado como força motriz do desenvolvimento, pouca intervenção de Estado em aspectos sociais e um governo local, não global, descentralizado, e próximo à realidade das famílias e das comunidades. Não há nada na organização política do Brasil de hoje em linha com essa propositura.

O embate é garantido. Eventualmente, a esquerda e a direita acharão o caminho do bom senso, menos ideológico, e reduzirão o debate a duas questões práticas fundamentais:

- 1- Qual o dever do Estado e qual o dever da sociedade? A esquerda favorecerá o Estado, enquanto a direita julgará em favor da sociedade.
- 2- Caso seja do dever do Estado, qual é a competência (federal, estadual ou municipal) responsável? A esquerda favorecerá o governo federal e a direita os governos municipais.

Seria esperar demais que o debate atinja essa objetividade nesse primeiro momento. A esquerda ainda predomina nas escolas, na mídia, nos partidos políticos, nas autarquias de Estado, no funcionalismo público e até na mentalidade de muitos que se julgam conservadores ou liberais, e, por isso, irá resistir irracionalmente. No entanto, o movimento que elegeu Jair Bolsonaro e vários deputados, senadores, governadores em todo Brasil é real e surge para afetar mudança em todos os aspectos políticos, sociais e econômicos do Brasil.

Para os incomodados com essa nova realidade e para os esperançosos com esse novo movimento cabe a seguinte reflexão: o jogo político é feito de fluxo e refluxo. Considerando que a esquerda progressista é dona da realidade atual, é de se esperar que a entrada dessa nova visão conservadora e liberal se dê por ondas graduais de introdução de políticas de direita.

Essa reflexão frustra quem é de esquerda, pois eles terão que inevitavelmente aprender a conviver com uma realidade crescente de direita, e frustra também quem é de direita, pois terão que ter paciência e perseverança a cada ciclo eleitoral para garantir a criação de uma nova realidade.

# Desafios Internos e Externos Para o Novo Governo

.....

**RUBENS BARBOSA**

O governo que se iniciou em 1ª de janeiro enfrentará desafios internos e externos e não terá muito tempo para tomar medidas que permitam ao Brasil voltar a crescer, aumentar a geração de emprego e reduzir as desigualdades regionais e individuais. Não terá muito tempo igualmente para, na política externa, reinserir o Brasil nos fluxos dinâmicos da economia e do comércio exterior e para fortalecer a voz do Brasil no cenário internacional.

Os desafios internos são representados por uma economia debilitada, recém-saída de uma recessão que trouxe desalento e mais de 14 milhões de desempregados e pelo novo capítulo na vida política brasileira que se inicia com a alternância de poder com um governo assumidamente de direita. A realização das eleições de forma transparente e sem contestação é mais um exemplo da consolidação das instituições e da manutenção da ordem democrática que se

espera que sejam aprofundadas pelas ações responsáveis e respeitadas de convivência entre o governo e a oposição nos próximos meses e anos.

Em termos macroeconômicos, o déficit fiscal em crescimento imporá medidas de contenção e redução dos gastos públicos. O custo do Estado – alta carga tributária, custo do financiamento, logística deficiente e burocracia – acarretou forte perda de produtividade da economia e da empresa nacional, tornando inadiável uma agenda de competitividade, com reformas estruturais e medidas para reduzir o tamanho do Estado. O futuro governo vai ter de reagir rapidamente na formulação e execução de políticas econômica e comercial em consequência da agenda econômica externa.

Na frente interna, assim, a primeira prioridade seria tomar medidas para criar condições para a volta do crescimento e da geração de emprego. É urgente aumentar a produtividade, sanear as finanças públicas e estimular o investimento privado por meio de um ambiente de negócios que propicie a eficiência, o empreendedorismo e o crescimento. Para isso, serão necessárias medidas para restabelecer a confiança dos empresários nacionais e estrangeiros, dar segurança jurídica aos investimentos, criar as condi-

.....  
RUBENS BARBOSA é membro do conselho de empresas e trabalha como consultor de negócios. Entre outros cargos, ele é presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), presidente do Instituto de Relações Internacionais e Comércio Exterior – Irice, presidente da Associação Brasileira da Indústria de Trigo, e editor responsável da Revista Interesse Nacional. Foi embaixador do Brasil em Washington e Londres.

ções para que o Brasil volte a crescer de 4% a 5% ao ano de forma sustentável e garantir igualdade de oportunidades para todos.

O Estado brasileiro tem de ser refundado. Apesar do seu gigantismo, o Estado não conseguiu prover educação e saúde de qualidade e segurança pública aos brasileiros. O Estado sofre com a ação dos interesses corporativos e privados. Como foi prometido na campanha eleitoral, espera-se que o futuro governo possa garantir que o interesse público prevaleça acima de tudo e de todos. O combate à corrupção e a redução da violência deveria estar no topo da agenda.

Entre as medidas mais urgentes que deveriam ser tomadas, surge como inadiável a eliminação do déficit primário do setor público. Algum tipo de compromisso com uma meta para voltar a obter um superávit primário até o final do governo. Seria conveniente restaurar o tripé macroeconômico: superávit primário, taxas de juros fixadas pelo Banco Central para manter a inflação dentro de metas pré-fixadas e taxa de câmbio flutuante. Com o governo quebrado, não haverá alternativa senão reduzir desonerações e subsídios cruzados, créditos subsidiados, isenções fiscais e proteção tarifária.

Nos primeiros dias de governo, o presidente Jair Bolsonaro deveria submeter ao Congresso projetos de reforma da previdência social, tributária, política e da reforma do Estado. Medidas concretas deveriam ser anunciadas para criar condições para a execução de um amplo programa de privatizações, concessões e PPPs e para extinguir estatais sem receitas ou que não possam ser vendidas. O ambiente de negócios poderia ser significativamente melhorado com uma série de medidas visando à simplificação e à desburocratização de processos para os cidadãos e as empresas, além de fortalecer as

agências reguladoras e livrá-las de interferências políticas. O tempo para o gradualismo já se esgotou. O ajuste fiscal terá de ser imediato, do contrário a dívida pública bruta chegará a 100% do PIB (88% em 2018).

## **Receita para o crescimento da economia**

**P**ara que a economia cresça, o governo terá de atuar simultaneamente para reduzir o tamanho do Estado, estimular a liberdade econômica e deixar que o sistema de preços funcione. Os empresários seriam responsáveis pelos investimentos e geração de empregos. Por outro lado, eles estariam sujeitos à livre concorrência, o que significa eliminar barreiras à entrada aos negócios, garantir a igualdade de condições de acesso aos mercados e ao crédito, implementar controles eficazes contra monopólios e cartéis e que a Justiça assegure o cumprimento rigoroso dos contratos e da lei. Criar um marco regulatório com regras confiáveis para que o setor privado brasileiro e o investidor estrangeiro invistam e modernizem a infraestrutura seria uma segunda prioridade. A terceira medida seria promover uma ampla reforma bancária e do mercado de capitais para estimular a concorrência, reduzir depósitos compulsórios, eliminar créditos direcionados e poupança compulsória, permitindo que os bancos privados e o mercado de capitais voltem a ser responsáveis pela expansão do crédito. Finalmente, e não menos importante, aprovar reformas estruturais que aumentem a produtividade total dos fatores. As principais reformas incluiriam a abertura da economia ao comércio internacional e a promoção de uma reforma tributária que reduza os custos do nosso complexo sistema de impostos e crie o imposto sobre valor agregado (IVA).

Por outro lado, o presidente eleito Jair Bolsonaro se deparará com o mais imprevisível e complexo cenário internacional desde 1945: multilateralismo (ONU e OMC) e globalização sob ataque com ameaça concreta de uma guerra protecionista, colocando em perigo a ordem liberal.

O cenário internacional experimentou mudanças de natureza tectônica, aceleradas pela crise financeira e econômica de 2008, que abalaram os fundamentos da globalização e do mercado. São exemplos dessas mudanças a gradual transferência do eixo econômico e político do Atlântico para o Pacífico com a volta ao centro do cenário internacional da Ásia sob a liderança da China, novo motor do reordenamento produtivo global; as cadeias globais de valor, a economia do conhecimento com rápidas transformações tecnológicas e a multipolaridade dos centros de poder econômico e político, tendo como elemento principal o surgimento dos países emergentes como, em especial, a China, a Rússia, a Índia e o Brasil.

A desaceleração da economia global e do comércio internacional, com a perspectiva de recessão nos EUA a partir de 2019, bem assim com o crescimento do protecionismo, cada vez mais sofisticado, inclusive por meio de barreiras técnicas, e a competição com produtos chineses são fatores complementares que afetam todas as economias. O esvaziamento e a paralisia da Organização Mundial de Comércio, devido ao fracasso das negociações multilaterais da Rodada de Doha, e agora com os ataques de Trump e com a agenda de reforma da instituição, agravam a crise do multilateralismo. Os problemas com a aprovação de juízes para o Órgão de Apelação tornaram o funcionamento da instituição ainda mais complexos. Os acordos de facilitação de

comércio, de segurança alimentar, acordo de serviços deveriam ser estimulados e ampliados. Um dos grandes desafios da OMC será a forma como serão tratadas dezenas de acordos de livre comércio e as inúmeras regras que estão sendo nele incorporadas. As novas regras, em muitos casos, vão além das existentes hoje na OMC e o que é mais grave, estão sendo definidas à margem da própria OMC.

Nesse contexto de grandes movimentos de transformação no comércio internacional, o Brasil esteve por mais de uma década com uma equivocada estratégia de negociação comercial. Colocando todas as suas fichas nas negociações multilaterais da OMC, o Brasil deixou de lado os acordos bilaterais. O Brasil esteve na contramão das tendências globais e isolado no grande jogo entre os países desenvolvidos na Ásia e no hemisfério Norte.

### **Brasil precisa se abrir mais**

**N**a frente externa, espera-se que o governo procure tomar medidas para que o Brasil, uma das dez maiores economias do mundo, recupere um lugar adequado no cenário internacional. Nossa participação ativa nas relações exteriores é vital para ajudar a manter a paz, a democracia e o entendimento na América do Sul. É também um elemento fundamental para o nosso esforço de abertura econômica, reinserção global do Brasil e de fortalecimento dos laços de cooperação internacional nos assuntos de segurança, meio ambiente e comércio exterior. O Brasil precisa se abrir mais para o mundo, com previsibilidade para os empresários no setor privado, com o objetivo de gerar ganhos de produtividade, competitividade e aumento da concorrência e como

parte da estratégia de maior protagonismo do país no cenário político global.

O desafio é promover uma crescente integração do Brasil no comércio internacional, tanto no âmbito comercial quanto no de serviços. Temos tido sucesso em atrair investimentos estrangeiros diretos, mas podemos atrair muito mais ainda, dadas as dimensões do Brasil e as oportunidades aqui existentes. Os efeitos na evolução da economia global e do comércio internacional impactarão as políticas domésticas de contenção do deficit público e da realização das reformas modernizadoras, que integram a agenda de competitividade (reforma tributária, trabalhista, da previdência, reforma para reduzir o papel do Estado, simplificar a vida das empresas e facilitar o comércio), voltadas para o crescimento e o emprego.

Espera-se que o novo governo responda a esses desafios e busque restaurar e ampliar a voz do Brasil no cenário internacional e reinserir o país nos fluxos dinâmicos da economia e do comércio exterior.

Políticas equivocadas nos últimos 15 anos colocaram o Brasil em uma situação de isolamento nas negociações comerciais, de atraso na inovação e tecnologia, de perda de poder e influência, de perda de espaço no comércio internacional e de manufaturas, além de ter crescido abaixo da média mundial e dos países em desenvolvimento.

Com uma política de Estado e com visão de futuro, a política externa terá de buscar rever a situação atual e encontrar um lugar adequado no mundo, tendo em mente a defesa dos objetivos de longo prazo do desenvolvimento nacional.

Será um grave erro do governo retirar competências do Itamaraty na negociação comercial e na promoção comercial com a saída da Apex. A chancelaria deveria man-

ter o papel central na formulação e na execução de nossa política externa e atuar com autonomia na coordenação das políticas nacionais em todas as áreas de negociação internacional e regional, devendo levar em conta as reais necessidades da economia, da segurança, da defesa, do meio ambiente e dos direitos humanos.

As prioridades deveriam ser definidas à luz do atual interesse nacional e das transformações do cenário internacional no século XXI, sem apriorismos ideológicos. Parece evidente que os principais interesses estratégicos do Brasil se encontram na Ásia, em especial com a China, nos EUA e na Europa. A integração regional deveria merecer uma atenção especial, já que interessa ao Brasil ampliar a liberalização comercial, aprofundar os acordos vigentes e a integração física. Em relação ao Mercosul, caberia acelerar a recuperação de seus objetivos iniciais e avançar nas negociações com terceiros países. O relacionamento com a Venezuela deveria merecer atenção especial pelo impacto sobre nossos interesses (tráfico de armas e drogas, refugiados, dívida), assim como deveriam ser ampliadas as medidas de coordenação com nossos vizinhos para proteção das fronteiras a fim de combater o tráfico de armas e de drogas.

### **Ampliar ação diplomática nos temas globais**

Nas organizações internacionais, o Brasil terá de ampliar e dinamizar sua ação diplomática nos temas globais, como sustentabilidade, energia, tráfico de armas e de drogas, combate à corrupção, bem como nos novos temas, como terrorismo, guerra cibernética, controle da internet e nas questões de paz e segurança, (a ampliação do

Conselho de Segurança, operações de paz, não proliferação). O Brasil tem de continuar a defender valores que prezamos internamente, como a democracia e os direitos humanos, em especial na América do Sul. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) deveriam servir como referências no relacionamento externo brasileiro. Condutas de governança de alcance global, tais como o combate à corrupção, transparência no trato da coisa pública e adoção de medidas de *compliance* no setor público deveriam ser adotadas e estimuladas de parte do Brasil nas relações com países e com organismos internacionais. O tema ambiental e do desenvolvimento sustentável deveria merecer um lugar de destaque como um dos principais ativos externos do Brasil.

Apesar de declarações em contrário feitas na campanha, os interesses maiores da continuidade da política externa aconselhariam que temas sensíveis, como a mudança da embaixada para Jerusalém e a relação com Taiwan, a saída do acordo de Paris sobre mudança de clima, do Mercosul e do Brics não prosperassem, pelas implicações políticas e mesmo econômicas e comerciais.

A campanha de descrédito do Brasil no exterior, que começou com as versões do golpe com o impedimento da Dilma e continuou com a perseguição de Lula, com a liminar do comitê de direitos humanos da ONU, com a fraude da eleição sem o ex-presidente, será alimentada pela radicalização pós-eleição; se não for respondida e desmontada no exterior, poderá afetar a credibilidade e a confiança no país.

Assim como na área econômica, o novo governo se defrontará no setor externo com a necessidade de tomar decisões imediatas. A agenda de temas pendentes não poderá esperar por muito tempo: adesão à OCDE,

acordo de salvaguarda tecnológica com os EUA para viabilizar o Centro de Lançamento de Alcântara, as medidas protecionistas dos EUA, da UE, da China e da Rússia, as negociações dos acordos comerciais, a crise na Venezuela e a relação com o Brasil, os problemas com os refugiados e as medidas para fortalecer o controle de nossas fronteiras, além da definição do que queremos do Brics, que se reunirá em nível presidencial no Brasil. Uma das mais urgentes providências será reagir à decisão do órgão de apelação da OMC sobre o pedido da UE e do Japão para mudanças da política de incentivos do setor automotriz e de informática.

O debate econômico sobre a abertura da economia ganhará espaço no início do governo. Será importante que as medidas a serem tomadas garantam previsibilidade para os agentes econômicos privados. Para tanto, a negociação de novos acordos comerciais deveria ter um papel de grande relevância, assim como a agenda de competitividade para a redução do custo Brasil (reforma tributária, da previdência, do Estado, do custo do financiamento, da logística e da facilitação de comércio e da desburocratização), ao lado de uma reforma tarifária que elimine as distorções e as escaladas tarifárias. Nesse contexto, a política em relação ao Mercosul terá de ser repensada e uma Conferência Diplomática, prevista no Protocolo de Ouro Preto de 1994, mas que, nos últimos 25 anos, nunca chegou a ser convocada, deveria ser proposta pelo Brasil, a fim de definir os rumos do grupo sub-regional nessas negociações comerciais e reforçar os objetivos de liberalização do comércio e a abertura de mercados.

O comércio exterior e a busca de investimentos são urgentes prioridades da política externa. Não se pode adiar uma nova estra-

tégia de negociações comerciais bilaterais (acordos na região e fora dela), regionais (Mercosul) e globais (Organização Mundial de Comércio) para pôr fim ao isolamento do Brasil, com ênfase na abertura de novos mercados e na integração do Brasil às cadeias produtivas globais com vistas ao crescimento econômico, ao aumento dos fluxos do comércio exterior e do investimento externo visando à geração de emprego. Deverão ser finalizada a negociação do Mercosul com a União Europeia e estimulados os entendimentos com Canadá, Singapura, Coreia e EFTA e com o novo grupo de países africanos. As atividades de promoção comercial e de captação de investimentos em inovação e tecnologia deveriam ser ampliadas por meio da Apex, que deveria permanecer integrada ao Itamaraty.

### **Adesão ao acordo de cooperação transpacífica**

Como uma iniciativa ousada, mas importante para ampliar as exportações nacionais, o novo governo poderia explorar a possibilidade de o Brasil aderir ao acordo de Cooperação Transpacífica, integrada pelo Japão, os países da Aliança do Pacífico (México, Chile e Peru) e sete asiáticos (Austrália, Brunei, Darussalam, Singapura, Malásia, Nova Zelândia e Vietnã). Com um PIB de US\$13,5 trilhões e 14% da população mundial, o TPP vai além de um acordo de livre comércio tradicional, limitado à redução ou à eliminação de tarifas e ao exame das barreiras tarifárias e não tarifárias (subsídios, antidumping), controladas nas fronteiras. O TPP e os outros entendimentos, como o acordo entre os EUA e a União Europeia, inauguram uma forma de interdependência econômico-comercial regio-

nal mais profunda. Esses acordos ampliarão as cadeias produtivas globais, em que o foco, ao contrário dos acordos negociados até aqui, são as regras existentes dentro do território de cada país-membro, relacionadas com o comércio (competição, investimento, propriedade intelectual, serviços, normas trabalhistas, meio ambiente) e que passarão a ser harmonizadas.

De última geração, esse acordo será modelo a partir de agora para os próximos acordos comerciais que incluirão, além da desgravação tarifária, regras que vão além dos entendimentos multilaterais da OMC e incidem sobre políticas internas dos países. Estudos preparados pela FGV-Fiesp mostram que a quase totalidade delas é compatível com o regime jurídico nacional, com a exceção de alguns aspectos das regras de investimento e de propriedade intelectual, que teriam de se ajustar ao nosso ordenamento jurídico.

Quanto ao Brasil, ainda é cedo para antecipar as consequências da entrada em vigor do TPP, mas é certo que haverá desdobramentos afetando negativamente os interesses comerciais brasileiros: poderá haver desvio de comércio com a substituição de produtos agrícolas brasileiros por norte-americanos e australianos, mais competitivos e preferenciais no âmbito da parceria. Por outro lado, as novas regras impactarão futuras negociações do Brasil, a começar com a União Europeia, se forem levadas adiante no próximo ano.

Em face da nova realidade do comércio internacional, com inovações trazidas pelos acordos preferenciais de nova geração, bem como dos avanços da integração regional em outros continentes, é imperativo que o Brasil aprofunde as mudanças havidas em sua estratégia em relação aos acordos pre-

ferenciais. Mais ainda, avalie o impacto que os modelos preferenciais dos EUA e da UE, ao serem adotados pelos demais parceiros internacionais, causarão ao comércio externo do Brasil.

Uma das características da nova geopolítica global é o reforço do regionalismo. Nesse contexto, além da integração comercial, o Brasil deverá dar prioridade à integração física na América do Sul e acelerar as obras de infraestrutura para abrir corredores às nossas exportações para o mercado asiático. O processo de integração regional, em especial o Mercosul, e o relacionamento bilateral com os países sul-americanos foram aspectos da política externa em que a retórica oficial foi mais efetiva do que os avanços concretos. O Brasil tem de enfrentar o desafio de assumir a liderança em nossa região e repensar o processo de integração e o Mercosul.

O continente americano passa por significativas transformações políticas e econômicas que terão consequências na geopolítica regional. O governo de esquerda do México e as incertezas nas relações com o vizinho EUA, o governo de direita no Brasil e seus efeitos sobre o entorno geográfico, o novo governo de Cuba, a deterioração das instáveis Venezuela e Nicarágua, as dificuldades econômicas na Argentina, a persistente baixa prioridade da região para a política externa dos EUA, são alguns dos principais elementos de uma gradual transformação das relações políticas, econômicas e comerciais entre os países das Américas e com o resto do mundo. Na América do Sul, a partir da década de 1990, oito dos dez países elegeram governos de centro-esquerda e de esquerda. Em 2019, oito dos dez países serão governados por presidentes de direita ou centro-direita. Ao mesmo tempo, em função do vazio criado pela bai-

xa influência política e reduzida presença comercial dos EUA, além da falta de uma visão estratégica e de ações proativas por parte do Brasil, cresceu a presença da China e da Rússia. Agora, até a Turquia amplia também sua atuação a partir da Venezuela.

Declarações do presidente de que as relações com os EUA ganharão prioridade, de Eduardo Bolsonaro de que o Brasil está pronto a trabalhar com os EUA em todas as frentes, não por alinhamento automático, mas por convicção de que há grande convergência entre os objetivos e a visão de mundo das duas nações abrem caminho para uma relação claramente afirmativa. O ministro Ernesto Araújo diz que “o céu é o limite na relação bilateral e que temos de pensar grande para dar um salto qualitativo na aproximação com Washington, o que permitirá fazermos coisas que seriam impensáveis”, que se espera sejam mutuamente benéficas.

### **Eleição de Bolsonaro reforçará parceria com os EUA**

Como desdobramento dessa nova realidade, não será surpresa se os EUA responderem positivamente aos acenos de aproximação de Brasília. Alto funcionário da Administração Trump declarou que “há um esforço consciente do governo americano, vindo do topo da hierarquia, para uma aproximação com o Brasil. A percepção é de que a eleição de Bolsonaro traz alguém disposto a ser parceiro”. A região não representa qualquer ameaça à segurança nacional dos EUA. As questões de imigração, do tráfico de drogas e a trinca da tirania trumpiana (Venezuela, Nicarágua e Cuba) não chegam a tirar o sono dos formuladores da política externa e de defesa em Washington. Segurança, prosperidade e democracia são

objetivos norte-americanos na região. Nos últimos dez anos, os EUA foram excluídos das novas instituições que têm por atribuição acompanhar as relações entre os países da região, como a Unasul e a Celac, com todas as implicações políticas e diplomáticas que isso está acarretando. Washington pode perguntar como o Brasil e os EUA poderiam trabalhar juntos para tentar resolver algumas questões de interesse geral no relacionamento entre os países da região.

Tendo sido embaixador nos EUA por quase cinco anos, seguindo orientação dos governos FHC e no primeiro mandato de Lula, procurei desenvolver ações que resultassem em maior aproximação entre os dois países. Em termos de comércio, de investimentos e mesmo no cenário internacional, o Brasil só teria a ganhar com uma relação mais próxima da única superpotência global. A condição para tanto será definir muito claramente nossos objetivos e nossa agenda nos entendimentos bilaterais. As assimetrias em todos os setores entre o Brasil e os EUA tornam difícil aceitar que os objetivos globais e a visão de mundo das duas nações sejam comuns, especialmente com as políticas norte-americanas em relação à China, à Síria e ao conflito Israel-Palestina, por exemplo. As prioridades regionais, sim, são coincidentes.

A nova geopolítica na região oferece uma oportunidade única – que não existiu para os governos anteriores – de o Brasil, a partir da definição de seus interesses, acima de países, grupos, partidos e ideologias, desenvolver uma relação sem alinhamentos automáticos com os EUA. Interessa ao Brasil o encaminhamento de uma solução negociada para o restabelecimento da democracia e da estabilidade econômica que traga de volta o crescimento e a pacificação

política na Venezuela. Interessa ao Brasil a ampliação do mercado regional que, em 2019, deve constituir-se em uma área de livre comércio. A ação do Brasil para a consolidação da democracia, de defesa e de segurança poderia ser complementada com o melhor aproveitamento dos recursos financeiros do Novo Banco de Desenvolvimento do Brics para projetos de integração física na América do Sul, o que propiciaria o aumento do intercâmbio comercial entre todos os países da região.

### **Brasil precisa de um modelo de acordos comerciais**

O Brasil deve fazer política de sua circunstância geográfica. Com uma estratégia externa, anunciada como “mais assertiva e com objetivos claramente definidos”, a cooperação franca e direta entre Washington e Brasília poderá ampliar as oportunidades bilaterais de comércio e de investimentos e projetar o Brasil como o verdadeiro motor da região. Com isso, a voz do país no cenário internacional ficará reforçada e poderá abrir a possibilidade de maior presença brasileira nos foros multilaterais, inclusive na reforma do ONU, quando o assunto voltar a ser tratado seriamente.

É evidente a necessidade de o Brasil adotar um modelo de acordos de preferências comerciais que traga um quadro regulatório mais avançado, que ultrapasse a simples redução de tarifas e que permita a eliminação das barreiras não tarifárias. Entretanto, cabe questionar que regras e modelos deve o Brasil adotar.

O trabalho da diplomacia é, em especial, o de identificar onde estão os interesses nacionais e buscar apressar sua realização.

Para a execução dessa ampla agenda

de reformas para a modernização interna e para a projeção externa do Brasil, o governo terá de contar com o apoio e o interesse de nossos parceiros externos, em especial por meio da finalização do acordo de comércio com o Mercosul, e o interesse de empresas na participação de um amplo programa de logística que vai favorecer o fluxo – importação e exportação – de comércio.

Políticas corretas para o momento em

que vivemos facilitarão a volta rápida da confiança e do crescimento com estabilidade política e econômica. O Brasil, respaldado pelo fortalecimento da economia, voltará a ser um polo de atração de investimentos e voltará a dar sua contribuição nos principais fóruns internacionais em favor do livre comércio, da democracia, da segurança, dos direitos humanos e do meio ambiente.

# Condições, Salvo Engano, Para Uma Frente Democrática<sup>1</sup>

.....  
**ANDRÉ SINGER**  
**FERNANDO RUGITSKY**

**A**s dificuldades para formar uma frente democrática no Brasil merecem reflexão. O tema circula entre nós desde os protestos de 2015 e 2016, quando ficou claro que a articulação pela derrubada de Dilma Rousseff tinha ganhado as ruas e que o seu sucesso implicaria problemas para o regime implantado sob a égide da Constituição de 1988. As massivas manifestações pró-impeachment faziam prever um desfecho perigoso para a maré montante do antilulismo. Embebidos nas descobertas da Operação Lava Jato e na extensa repercussão midiática da cruzada anticorrupção empreendida pelo “Partido da Justiça”<sup>2</sup>, os protestos misturavam o “Fora Dilma” ao “Lula Preso”, mostrando que, além do inconformismo com a vitória petista em 2014, havia, também, um an-

seio pela criminalização de todo o campo popular. De acordo com os cientistas políticos Steven Levitsky e Daniel Ziblatt, uma das provas dos nove de um processo de degradação da democracia “é a negação da legitimidade dos oponentes”. “Políticos autoritários descrevem seus rivais como criminosos, subversivos, impatrióticos ou como uma ameaça à segurança nacional ou ao modo de vida existente”, escreveram os norte-americanos.<sup>3</sup> Quando a liberdade de um dos lados da disputa é ameaçada, a democracia está em perigo.

No livro *O lulismo em crise*, procurou-se sustentar a ideia de que a congênere brasileira da Operação Mãos Limpas, que varreu a Itália nos anos 1990, deveria ser encarada como simultaneamente facciosa e republicana.<sup>4</sup> Não haveria espaço aqui para reproduzir os argumentos que levaram à conclusão de que, embora as descobertas de desvios bilionários revelassem um sistema de financiamento eleitoral em vigor desde 1945, do qual participaram os principais partidos dos últimos 70 anos,

.....  
1 Agradecemos a Roberto Schwarz, autor de “Pressupostos, salvo engano, de ‘Dialética da Malandragem’”, pela inspiração do título.

2 “Partido da Justiça” é uma metáfora para referir-se aos setores do judiciário, do Ministério Público e da Polícia Federal que se engajaram de maneira politizada no combate à corrupção.

.....  
ANDRÉ SINGER é professor do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP)

FERNANDO RUGITSKY é professor do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo (USP)

.....  
3 Steven Levitsky e Daniel Ziblatt. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Zahar, 2018, p. 67.

4 André Singer. *O lulismo em crise: um quebra-cabeça do governo Dilma*. São Paulo, Companhia das Letras, 2018, Capítulo 7.

as investigações sediadas em Curitiba focaram, sobretudo, no Partido dos Trabalhadores (PT) e no ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em consequência, o fio verde-amarelo que ligava os acontecimentos do mensalão, de 2005, aos do petrolão, de 2014, passando pelas manifestações de junho de 2013, remetia ao caráter parcial e seletivo das ações anticorrupção. Por consequência, em todos os estágios da *via crucis* lulista, que desembocou em avenidas coalhadas de camisetas da seleção canarinho, pedindo a criminalização do partido que governara o Brasil desde 2003, pairava a sombra da interrupção do processo democrático.

À primeira vista, foi justamente o tema da corrupção que impediu as tentativas de unidade democrática desde 2015 até a vitória de Jair Bolsonaro em outubro de 2018. O fato é que a tecnologia de formação de frentes mostrou-se insuficiente e, por mais apelos que fossem feitos, ela não se realizou. No lugar de debates em torno de pontos mais ou menos comuns, que constituiriam um programa mínimo, surgiu a exigência da “autocrítica”, uma espécie de senha para autorizar conversas de alto nível, que nunca ocorreram. Mesmo dentro da esquerda, no processo que acabou por desaguar no *impeachment* de 2016, criaram-se não uma, mas duas frentes: a Brasil Popular e a Povo sem Medo. A despeito de, em diversas ocasiões, trabalharem juntas, a mera existência de duas organizações pretensamente unitárias mostrava a dificuldade de unificação no âmbito da própria esquerda, quem diria, na relação com setores liberais.

Adicionalmente, o segundo mandato de Dilma foi errático. Primeiro, ela escolheu um ministro da Fazenda, Joaquim Levy, talhado para executar o programa do ad-

versário no segundo turno de 2014 (Aécio Neves, do PSDB). Depois, no meio de 2015, resolveu limitar a política de austeridade do próprio Levy. Resultado: a mandatária perdeu o apoio da esquerda e da direita, tornando quase impossível a unidade na defesa do governo. A desunião dos progressistas se expressou nas eleições municipais de 2016, em que candidaturas progressistas se enfrentaram em diversas capitais (chapas únicas poderiam ter feito diferença no Rio de Janeiro, em São Paulo e, sobretudo, em Porto Alegre), com reflexos danosos para o campo popular, apesar das advertências em contrário.<sup>5</sup>

Entretanto, diante do sucesso da extrema-direita na eleição de 2018, a necessidade de pensar os meios de resistir à maré autoritária dobrou. Daí a urgência de refletir a respeito da frente democrática. O argumento deste artigo é que os últimos quatro anos trouxeram à tona dois obstáculos à constituição da mesma. O primeiro relaciona-se à dinâmica das organizações partidárias, o que dificulta até mesmo a unidade entre setores da esquerda com maior convergência programática. O segundo refere-se a divergências profundas sobre o lugar do Estado na promoção do crescimento econômico, que inviabilizam a ação conjunta de setores “democráticos” vinculados a diferentes posições do espectro político.

No que concerne ao obstáculo inicial, é necessário levar em consideração os interesses particulares de cada máquina partidária, os quais falam alto nas relevantes conjunturas eleitorais. Não se trata apenas do anseio por ver os respectivos filiados ocuparem os

.....  
5 Ver André Singer. “Por uma frente ampla, democrática e republicana” In Ivana Jenkins et alii (Orgs.). *Por que gritamos golpe?* São Paulo, Boitempo, 2016.

cargos em disputa, mas de entender que a própria participação nos pleitos é vantajosa em termos de visibilidade, arregimentação e levantamento de recursos. Consequentemente, submeter as postulações de cada sigla aos desígnios de uma entidade maior impõe concessões extraordinárias. A iniciativa do #Queroprévias, excelente coletivo que vem agitando há alguns anos a necessidade de primárias comuns a diferentes agrupamentos progressistas, tem esbarrado em tais empecilhos, que seriam ainda maiores se a mesma demanda fosse estendida a agrupamentos de centro.

Talvez o Brasil não consiga reproduzir os exemplos do Uruguai (Frente Ampla) e do Chile (Concertação), porque aqui as eleições presidenciais representam um jogo de tudo ou nada. O PSDB tornou-se um partido relevante apenas depois de Fernando Henrique Cardoso ter vencido os pleitos presidenciais de 1994 e 1998. O PT, por seu turno, cresceu por meio das três candidaturas derrotadas de Lula (1989, 1994 e 1998) e se consolidou depois das quatro vitórias consecutivas (2002, 2006, 2010 e 2014) para a Presidência da República. A experiência “parlamentarista” do PMDB, que entre 1998 e 2014 sobreviveu sem candidaturas presidenciais, talvez represente a exceção, apenas eficaz em uma organização voltada para o interior e intensamente regionalizada.

A necessidade de somar esforços para barrar a ascensão da extrema-direita, nos dois turnos de 2018, viu-se completamente desatendida. À esquerda, o PT-PCdoB, o PDT e o PSOL, de um lado, preferiram ter candidatos puro sangue no turno inicial. A ideia de ouvir as bases em uma “primária comum” jamais passou seriamente pela cabeça de nenhum dirigente partidário. A

Rede, o PSB<sup>6</sup> e o PSDB, igualmente, caminharam separados, revelando-se surdos aos apelos de união do centro quando ficou claro que, sem ela, Bolsonaro iria para o segundo.<sup>7</sup> No segundo turno, Guilherme Boulos (PSOL) e Marina Silva (Rede), apoiaram Fernando Haddad (PT), mas apenas Boulos engajou-se de fato na campanha. O caso de Ciro Gomes (PDT) foi o mais emblemático das dificuldades da formação da frente partidária. Enquanto o seu partido declarou “apoio crítico” a Haddad no segundo turno, o candidato que ficou em terceiro lugar evitou manifestar-se abertamente, inclusive saindo do Brasil, e apenas gravou um vídeo na véspera do segundo turno, em que, contudo, não declarou o voto. O PSDB e o MDB mantiveram-se neutros.

Dificuldade semelhante manifestou-se no debate sobre os programas econômicos, o segundo obstáculo mencionado à obtenção de uma frente democrática. No período eleitoral, não foram poucos os que atribuíram a responsabilidade à candidatura Haddad, por insistir em uma política econômica considerada irresponsável e por se recusar a assumir o compromisso com a austeridade, tida como incontornável pelos porta-vozes do “mercado”. Nas discussões sobre a política econômica, muitas vezes a insistência na necessidade de uma autocrítica do PT ressurgia como pressão para que o partido se comprometesse a não adotar políticas alheias à austeridade.

O que foi interpretado por muitos como

6 Por razões a serem pesquisadas, o PSB, depois de lançar o ex-ministro do STF Joaquim Barbosa, preferiu a neutralidade após este se retirar da disputa.

7 Marina Dias. “FHC se reuniu com Alckmin antes de carta em que pede união de centro”, 21/02/2018. Em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/fhc-se-reuniu-com-alckmin-antes-de-carta-em-que-pede-uniao-do-centro.shtml>, consultado 2/12/2018.

intransigência do PT refletia, na realidade, a consciência de que uma frente democrática amarrada pela defesa da austeridade seria inviável. Não apenas porque não conseguiria a adesão dos setores organizados da classe trabalhadora e dos movimentos sociais, cuja mobilização nos últimos anos foi forjada justamente na resistência à austeridade. Mas também porque, como veremos adiante, a insistência na austeridade, cedo ou tarde, coloca a própria democracia em cheque.

Ambos os obstáculos sugerem as alternativas disponíveis à resistência democrática. Se os partidos não demonstram capacidade de se unir, a frente terá que se formar, de início, na base da sociedade. Se as divergências em torno da austeridade não podem ser superadas, uma frente democrática terá que assumir uma das posições em disputa.

## Frente social

Dada a experiência infrutífera de quase quatro anos, talvez a única maneira de os partidos serem compelidos a integrar uma frente seja por meio do deslocamento dos eleitores. Caso percebam o risco de perder sufrágios, é possível que as burocracias partidárias se sintam compelidas a aderir a uma frente social. Mas, para que isso ocorra, tal frente precisaria pré-existir, de tal modo que o efeito negativo sobre as siglas que não a integrassem tivesse potência. Mas, será que, no plano da sociedade, a união encontraria maior facilidade? Um caso concreto ajuda a pensar. Dez dias antes do segundo turno de 2018, iniciativas espontâneas de centenas ou milhares de grupos bem distintos entre si ajudaram a que a diferença entre Bolsonaro e Haddad fosse reduzida de 20 para 10 pontos percentuais, mostrando que a superação das diferenças entre cidadãos é viável. Os

“cafés com bolo” abriram horizontes para uma oposição à onda autoritária.<sup>8</sup> Em certo sentido, tais iniciativas dispersas revelam um impulso democratizante dentro da sociedade que, em junho de 2013, conviveu lado a lado com o movimento autoritário.

A vantagem da unidade construída no chão social é o caráter vivo, horizontal e de base da iniciativa. Numa sociedade altamente estratificada e cortada por diversas modalidades de controle, romper as amarras do cotidiano e partir para convencer o vizinho faz enorme diferença. Toda vez que energias coletivas congeladas conseguem furar a carapaça da individualização e se fazer presentes, é sinal de que o novo pode emergir. A novidade, no caso, seria a expansão e a associação dos setores democráticos, não apenas nos sindicatos e universidades, mas entre cidadãos dos centros e das periferias, de juízes e procuradores e associações de bairros, de médicos e engenheiros a coletivos culturais, de advogados e jornalistas a movimentos sociais.

Para arrastar os políticos e obrigá-los a se unirem, entretanto, seria necessário que a frente social se generalizasse e encontrasse modos de organização nacional. Ocorre que a função de generalizador e organizador das agitações moleculares historicamente foi dos partidos. Marx e Engels desvendaram a charada ao escrever: “Os comunistas só se diferenciam dos demais partidos proletários pelo fato de, nas diferentes lutas nacionais dos proletários, (...) ressaltarem e fazerem valer *os interesses comuns da totalidade do proletariado*” (grifo nosso).<sup>9</sup>

.....  
8 Cerca de dez dias antes da votação final, espalharam-se pequenas bancas colocadas na frente das casas, em que se convidava a população a tomar um café, comer um pedaço de bolo e conversar sobre a democracia.

9 Karl Marx e Friedrich Engels. *Manifesto do Partido Comunista*, São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p. 59.

Basta trocar “comunistas” por qualquer outra denominação (trabalhistas, socialistas, democratas etc.) para entender que o papel das agremiações partidárias é o de generalizar e organizar.

O PT cumpriu, em seu tempo, tais funções: era chamado de “partido dos movimentos”. As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) foram, por sua vez, a rede horizontal que tornou viável a construção do PT. Mas, a guinada neoliberal da Igreja Católica e a conversão do PT ao lulismo, a partir de 2002, alteraram completamente o cenário. Na situação contemporânea, a velha construção de base religiosa foi desfeita e o partido se transformou no principal agente do campo popular, embora não mais expresse as “novas sociabilidades”.

Talvez na atual crise da democracia, os movimentos tenham que cumprir a tarefa por si mesmos. Até aqui tiveram dificuldade em fazê-lo. O Fórum Social Mundial, por exemplo, uma experiência riquíssima no início do milênio, precisaria ter ingressado nas lutas concretas dos países para ter cumprido tal papel. Compreensivelmente, entendeu não ser esta a sua parte, que caberia aos partidos, pois implicaria abrir mão do caráter horizontal da iniciativa. A participação direta nos conflitos de poder envolve sempre a necessidade de centralização, o que destrói antigas relações horizontais de solidariedade, forjadas quando as redes tinham apenas destinação discursiva. Acresce que a construção de organismos nacionais, sobretudo em um país continental como o Brasil, envolve custos não disponíveis para células democráticas dispersas. Um contraexemplo a ser analisado é o do *Podemos* espanhol, organismo político que nasceu da movimentação horizontal em torno da crise econômica.

Apesar dos percalços, a chance de uma regressão autoritária rápida, a partir da assunção de Bolsonaro, coloca em pauta a construção de um abrangente movimento democrático no Brasil. A memória do acontecido após o golpe de 1964, em particular, quando a resistência à ditadura alcançou o auge da campanha das diretas (1984), estimula o desejo de reencontrar a unidade daquela época. Se ocorrer o bloqueio da liberdade de expressão, de reunião e de organização, que sempre foi o modo de interromper o lento processo de integração social brasileiro, quicá a bandeira unificadora da volta à democracia abrigue todas as aspirações de distribuição de renda, construção de um Estado de bem-estar social e resgate dos historicamente excluídos, às quais hoje se somam as reivindicações de gênero, de raça e de orientação sexual.

A experiência histórica mostrou que no bojo do movimento democrático contra o regime militar forjou-se uma nova sociabilidade, a qual foi decisiva para as conquistas da década de 1980. A Constituição de 1988 reflete o alcance da democratização “de baixo para cima”. Tal frente possivelmente teria a potencialidade de abrigar e refletir, sob a divisa da democracia, os anseios de integração que significariam a superação da herança colonial que ainda onera o presente. Mas, como veremos a seguir, além de superar os obstáculos políticos acima mencionados, tal frente teria que discutir, também, a questão da austeridade.

### **Austeridade**

No plano partidário, como mencionado, uma frente democrática ver-se-ia diante da dificuldade de que seus potenciais integrantes defendem posições econômicas antagônicas. Há, de um lado, aqueles que

se opõem tanto às medidas autoritárias defendidas por Bolsonaro quanto às políticas econômicas ultraliberais defendidas por seu representante para o tema, Paulo Guedes. De outro lado, há aqueles que recusam o autoritarismo, mas defendem uma estratégia econômica similar à proposta por ele. Para além do âmbito partidário, no entanto, o que tal divergência implica?

É preciso admitir que a recusa às políticas econômicas associadas ao PT parece não se restringir apenas às agremiações partidárias, mas ter se difundido para uma parcela significativa da sociedade. O contraste entre a forma como temas econômicos foram debatidos em eleições anteriores e na ocorrida em 2018 aponta nessa direção. Alckmin, em 2006, apressou-se para vestir a jaqueta com os símbolos de várias empresas estatais, quando suas propostas de privatização ameaçaram retirar-lhe votos. Bolsonaro em 2018 apenas desautorizou Paulo Guedes quando este propôs aumentar impostos (isto é, recriar a CPMF), implicitamente chancelando as propostas liberais (privatizações inclusive). A interpretação segundo a qual a crise econômica dos últimos anos foi provocada pelas políticas irresponsáveis do PT difundiu-se amplamente, quem sabe diminuindo resistências ao discurso neoliberal.

No entanto, desde o ponto de vista que adotamos, a aceitação mais ampla das propostas liberais está muito próxima de ultrapassar a data de validade. A reiteração da aposta na austeridade, que parece ser o rumo escolhido pelo governo Bolsonaro, não deverá ter capacidade de recuperar o crescimento econômico e reduzir o desemprego. Daí ser implausível que se consiga, por muito tempo, atribuir às políticas econômicas lulistas a persistência do de-

semprego elevado, da diminuição da renda das famílias e do resultante sofrimento social. Nos próximos anos, a continuidade tanto das políticas de austeridade quanto das condições econômicas adversas para a grande maioria tende a ampliar a adesão, na sociedade, a uma frente que, simultaneamente, defenda a democracia e recuse a austeridade. No espaço do presente artigo não é possível entrar em detalhes sobre os determinantes da crise econômica, mas é necessário voltar aos eventos dos últimos anos, a fim de avaliar os possíveis resultados de uma insistência na austeridade. Os dados econômicos deixam pouca margem a dúvidas, implicando, de modo geral, o argumento de que as políticas de austeridade em vigor desde 2015 não lograram recolocar a economia brasileira em uma trajetória de crescimento e frustraram sistematicamente as expectativas.

Os defensores mais ardorosos das medidas de corte argumentavam que um ajuste fiscal rigoroso, que sinalizasse o compromisso de manter o endividamento público em um percurso sustentável, recuperaria a confiança das empresas e das famílias, estimulando-as a gastar. Tais gastos, por sua vez, aumentariam a produção e, conseqüentemente, a renda nacional, mais do que compensando o impacto negativo sobre a atividade provocado pela diminuição de dispêndios governamentais. No jargão dos economistas, a expectativa recebeu o nome de “contração fiscal expansionista” e era associada ao trabalho de Alberto Alesina, professor de economia na Universidade de Harvard.<sup>10</sup> A experiência brasileira entre

.....  
10 Ver, entre outros, Alberto Alesina e Silvia Ardagna. “Large changes in fiscal policy: taxes versus spending” In Jeffrey Brown (org.). *Tax Policy and the Economy*. Chicago: University of Chicago Press, 2010, pp. 35-68.

2015 e 2018, bem como outras experiências ao redor do mundo, contribuiu para que tal formulação teórica caísse em descrédito, mesmo entre economistas conservadores.<sup>11</sup>

A nomeação de Levy para o Ministério da Fazenda, no final de 2014, foi uma aposta na austeridade. O investimento público, em 2015, foi reduzido em mais de 30%, ao mesmo tempo em que mudanças legislativas tornaram o acesso ao seguro-desemprego e às pensões por morte mais restrito. Em janeiro de 2015, com a virada para a austeridade já indicada, as “expectativas de mercado” divulgadas pelo Banco Central para a taxa de crescimento do PIB, naquele ano, era de 0,5%. Na realidade, o PIB despencou 3,6%.

Seria possível argumentar que a crise política afetou as expectativas dos agentes naquele ano, impedindo que a política econômica elevasse a confiança e produzisse efeitos positivos. De fato, o índice de confiança do empresário industrial, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), que vinha caindo desde o início de 2014, se estabiliza em 2015, mas não se recupera. O choque de confiança viria apenas com o afastamento de Dilma Rousseff, em abril de 2016, sobretudo a consolidação da aposta na austeridade, que culminaria na aprovação do congelamento real dos gastos públicos por 20 anos, a chamada PEC do Teto, proposta pelo *dream team* liderado por Henrique Meirelles, traria confiabilidade. Nos seis meses subsequentes, o índice de confiança subiu vertiginosamente, atin-

.....  
11 Para uma narrativa sobre o auge e o declínio da formulação de Alesina, ver Paul Krugman. “The austerity delusion”, *The Guardian*, 29 de abril de 2015. Uma refutação empírica cuidadosa da hipótese da “contração fiscal expansionista” pode ser encontrada em FMI. “Will it hurt? Macroeconomic effects of fiscal consolidation” In FMI. *World Economic Outlook: Recovery, Risk, and Rebalancing*. Washington DC: FMI, 2010, pp. 93-124.

gindo em setembro de 2016 um nível que não se observava desde meados de 2013. Tal evolução não logrou, contudo, produzir os efeitos na atividade econômica previstos por Alesina. Em 2016, o PIB caiu mais uma vez, agora 3,3%. Para a maior parte da sociedade, os dois anos de queda ficaram marcados pela elevação abrupta da taxa de desemprego, que subiu de 7 para 13% (entre janeiro de 2015 e janeiro de 2017).

O ano de 2017 não contou uma história diferente. Após 36 meses de insistência na austeridade, a atividade econômica mal começa a recuperar-se da queda anterior, crescendo apenas 1%, enquanto o desemprego seguiu estável, entre 12% e 13%. Vale notar, ainda, que uma safra agrícola extraordinariamente alta e uma concessão “keynesiana” da política econômica (a liberação do saque das contas inativas do FGTS) parecem explicar mais o crescimento observado do que a austeridade. Em 2018, novamente, a situação não se alterou: de acordo com os dados disponíveis quanto este artigo é encerrado (dezembro de 2018), o crescimento do PIB não deve atingir nem 1,5% e o desemprego custará a cair.

A aposta na austeridade não apenas não gerou crescimento, como também não melhorou a própria situação das contas públicas. Ao cortar os gastos, o governo reduziu a própria atividade econômica, corroendo a base da arrecadação tributária. Como resultado, as receitas caíram mais rapidamente que os gastos, piorando a situação fiscal. Como o cachorro que corre atrás do próprio rabo, o governo aprofundou o corte, dificultando ainda mais a recuperação das contas públicas. Um exemplo claro do que tem sido chamado de austericídio.

A trajetória do resultado primário do governo, segundo estimativa do Ipea, é clara: o

deficit de 0,6% observado em 2014 ampliou-se para 1,9% em 2015 e para 2,5% em 2016. Só a tímida recuperação, observada em 2017 e em 2018, pelo efeito na arrecadação, levou a uma melhora. Mas, ainda assim, o deficit primário de 1,7%, observado em 2017, é mais de um ponto percentual maior do que aquele vigente antes da aposta na austeridade. Nos 12 meses acumulados até setembro de 2018, o deficit primário havia se reduzido apenas moderadamente, para 1,3%.

### **Novo governo deverá dobrar aposta na austeridade**

À luz desse histórico, é espantoso que continue a se insistir na saída via ajuste das contas públicas, na contramão do que vem sendo discutido sobre política fiscal ao redor do mundo. Em meados de 2016, economistas do Fundo Monetário Internacional (FMI) admitiram a necessidade de reavaliar criticamente as políticas neoliberais. No caso da política fiscal, eles mencionam os trabalhos de Alesina e afirmam: “Os custos de curto prazo (da consolidação fiscal) em termos de produto e bem-estar menores e desemprego mais elevado foram subestimados”.<sup>12</sup> Recentemente, Paul Krugman foi ainda mais claro, argumentando que a crise brasileira é, ao menos em parte, explicada pela opção equivocada de política econômica que remonta a 2015. E conclui com incredulidade: “Incrivelmente, parece que eles [os integrantes do governo brasileiro] compraram a doutrina da austeridade expansionista.”<sup>13</sup>

12 Jonathan Ostry, Prakash Loungani e David Furceri. “Neoliberalism oversold”. *Finance and Development*, 2016, p. 40 (tradução nossa).

13 Paul Krugman. “What the hell happened to Brazil? (Wonkish)”. *The New York Times*, 9 de novembro de 2018 (tradução nossa).

A despeito das incertezas envolvendo o governo Bolsonaro, a liberdade que o presidente tem dado a Paulo Guedes, na condição de superministro, para compor a equipe da área econômica sugere que se pretende dobrar a aposta na austeridade. O perfil liberal dos indicados somado às propostas realizadas na campanha (de acelerar o ritmo do ajuste fiscal, retirar direitos trabalhistas e privatizar empresas estatais) indicam o mencionado rumo com clareza. Seria surpreendente se, desta vez, o resultado fosse diferente daquele observado nos últimos anos.

Seria possível argumentar que as condições políticas mudaram e, para nós, a acumulação de capital tem determinantes não apenas econômicos, mas também políticos. Em momentos de grande instabilidade política, por exemplo, decisões de investimento são adiadas. Não há como negar que tal efeito explica, ao menos em parte, a trajetória econômica dos últimos anos, marcados pela turbulência em torno do impeachment e pelas instabilidades do governo Michel Temer, especialmente a partir do escândalo em torno de Joesley Batista (2017). Legitimado pela vitória eleitoral, seria possível antecipar que o governo Bolsonaro teria mais sucesso em estabilizar a política e, assim, estimular a economia. Estabilização política não parece ser uma das vocações ou das intenções de Jair Bolsonaro, no entanto. A inspiração em Donald Trump e em Steve Bannon sugere uma adesão à estratégia de alimentar, em vez de superar, a polarização da campanha eleitoral.

Ademais, mesmo que a turbulência política arrefeça, é difícil encontrar motivos para uma aceleração econômica significativa. Do ponto de vista das empresas, a capacidade ociosa segue acima da média

histórica. Alguma reposição de maquinário depreciado, após anos de baixo investimento, pode ser antecipada e parece explicar parte da recuperação do investimento observada este ano. Mas, com baixas expectativas de ocupar a capacidade ociosa e aumentar significativamente suas vendas, não há razão para as empresas expandirem substancialmente a capacidade produtiva, estimulando a economia a partir do investimento. No que concerne às famílias, seria ingênuo antecipar uma retomada significativa do consumo em um contexto de elevado desemprego, queda da formalização e renda salarial estagnada. A queda dos juros parece ter dado alguma folga, permitindo renegociação de dívidas anteriores, mas isso dificilmente compensa a precariedade do mercado de trabalho.

Tampouco parece plausível que a economia brasileira seja puxada pela economia mundial. Índícios de que em 2019 possa ocorrer uma desaceleração significativa da economia global vêm se acumulando, seja por conta de reversões cíclicas de algumas economias (em especial, a dos Estados Unidos), seja em decorrência dos efeitos da escalada da guerra comercial deflagrada por Trump. Em outubro, o FMI revisou para baixo suas projeções para o crescimento do PIB mundial em 2018 e 2019 e, recentemente, anunciou que novas revisões para menor são esperadas. O momento preciso das desacelerações globais é muito difícil de se prever, mas é razoável supor que uma economia mundial envolta em tantas incertezas dificilmente puxará a economia brasileira, de modo a compensar a demanda doméstica retraída.

Não se pretende argumentar que a economia brasileira permanecerá inevitavelmente estagnada enquanto a política eco-

nômica for orientada para a austeridade. Previsões econômicas em momentos de tantas transformações econômicas e políticas são particularmente difíceis. Episódios breves de crescimento, desencadeados por eventos inesperados, não podem ser descartados. Mas, as evidências sugerem que, na vigência da austeridade, o crescimento econômico não apenas será episódico e instável, como também contribuirá pouco para o longo percurso da integração social. Em outras palavras, ainda que os primeiros anos do governo Bolsonaro possam ser marcados por algum crescimento econômico, tal expansão não tende a ser suficientemente forte e duradoura para afetar as condições de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores. Inclusive porque as reformas (tanto as já implementadas quanto as propostas), ao retirarem direitos trabalhistas e desvincularem os gastos públicos, tendem a dificultar que os frutos de qualquer expansão que eventualmente ocorra sejam distribuídos mais amplamente. Como nos anos 1990, os interesses da classe dominante serão atendidos não pela acelerada acumulação de capital, mas pela generalização da acumulação por espoliação.<sup>14</sup>

Se a nossa análise estiver correta, cedo ou tarde as expectativas mobilizadas pela candidatura Bolsonaro de melhora das condições de vida serão frustradas. Como no caso do presidente Mauricio Macri, na Argentina, o otimismo inicial dos “mercados” terá sido injustificado, embora muito lucrativo nas especulações de curto prazo. No momento azado, a mencionada frente democrática teria condições de pressionar as agremiações partidárias

.....  
14 David Harvey. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2005, capítulo 4.

a unificar a resistência, desde que aponte não apenas para a defesa da democracia, mas também para uma política econômica antiausteridade.

## Conclusão

Desde o início da crise, em 2015, fala-se, com razão, da necessidade de erguer uma frente democrática no Brasil, uma vez que não se podia subestimar o perigo que pairava sobre a democracia no país. Com o passar do tempo, a ameaça autoritária se agravou. Em 2018, por fim, um político que nega legitimidade a seus opositores, uma das provas dos nove do enfraquecimento do regime, segundo Levitsky e Ziblatt, chegou à presidência da República.

Vimos, no entanto, como os partidos políticos, envolvidos na luta eleitoral, têm se mostrado incapazes de construir a necessária unidade democrática. Ao mesmo tempo, no plano da sociedade, diferenças foram deixadas de lado em favor do objetivo maior de defender a democracia. Exemplo maior emergiu com a espontânea ação contra a candidatura Bolsonaro na reta final do segundo turno de 2018. Imagina-se, assim, que, talvez, uma auto-organização social possa obrigar os partidos a se unificarem, caso percebam que perderão votos se não o fizerem. A unificação de movimentos existentes nos mais diferentes setores poderia constituir uma coalizão à qual as siglas tivessem que aderir. O problema é saber qual programa tal frente deveria defender.

Desde o nosso ponto de vista, o fato de a austeridade impedir o crescimento e a geração de empregos remete a uma tensão mais geral, que veio à tona com a crise internacional iniciada em 2008, entre as políticas neoliberais e os regimes democrá-

ticos. Com diferentes particularidades em cada país, o neoliberalismo tem enfrentado crescentes problemas de legitimidade (infelizmente acossado pela extrema-direita), ao trazer consigo desemprego alto e persistente, relações trabalhistas precarizadas, desigualdade ascendente e serviços públicos deteriorados. Em muitos casos, face a oposições aguerridas, as políticas de austeridade precisaram do auxílio de expedientes autoritários para serem implementadas. Alimenta-se, assim, por duas vias a crise democrática contemporânea: tanto ao impor condições materiais precárias a grandes contingentes populacionais, quanto ao fragilizar os próprios regimes democráticos.

Mundo afora, a extrema-direita tem provado que esse contexto é um solo fértil para o seu crescimento. As forças democráticas que não assumirem a superação do neoliberalismo como programa, ainda que possam conseguir vitórias pontuais, não terão capacidade de fazer frente ao desafio imposto por esse novo conservadorismo radical e seguirão cultivando o terreno da crise democrática, ao não oferecer às maiorias um horizonte de superação da crise social e do desemprego. As iniciativas políticas que até agora propuseram-se a, simultaneamente, defender a democracia e recusar a austeridade ainda não tiveram vitórias expressivas, mas parecem apontar o caminho a ser trilhado.

O caso brasileiro parece apresentar uma particularidade, uma vez que a extrema-direita ascendeu eleitoralmente com um discurso neoliberal extremado. Isso lhe confere uma fragilidade maior, ao deixar para a resistência democrática o discurso de crítica à austeridade. É uma chance que não deve ser desperdiçada. Se insistirem nas políticas liberais, os setores democráticos brasileiros

correm o risco de justificar as medidas autoritárias do governo Bolsonaro e de estimular um projeto que agrava a fragilização da democracia brasileira. A ideia de que é necessário realizar concessões ao “mercado” para evitar o mal maior da escalada autoritária é ilusória por subestimar a imbricação entre austeridade e crise democrática.

A extrema-direita neoliberal brasileira, em contraste com o populismo de direita

que está em alta no mundo, abre um espaço para a resistência democrática aliar defesa da democracia com recusa do neoliberalismo. Uma conjunção, aliás, que parece ser a condição para formação da ampla frente social, construída desde baixo, que as condições políticas expostas acima exigem. Um espaço que não se preenche sozinho, no entanto, e, que ao não ser construído, pode ser atropelado pelo avanço do autoritarismo.

# O Brasil depois da eleição de 2018

.....

**RENATO JANINE RIBEIRO**

Fui convidado a falar do futuro da esquerda depois desta última eleição, mas estou convicto de que não se pode falar dela sem falar do Brasil. Os destinos dos partidos democráticos estão de tal forma entrelaçados com o futuro de nosso País que separá-los é ocioso. Vou dar um tom um tanto otimista a esta análise, considerando uma tese que sustento em meu livro *A boa política*<sup>1</sup>: que o mundo caminha desde a proto-Renascença para um respeito maior do Direito, inicialmente, e, a partir do século XVIII, dos direitos, no caso, civis, políticos, trabalhistas, sociais e ambientais. Nesta trajetória, há avanços e longas estases ou mesmo recuos, mas o avanço sempre foi retomado.

Mais que isso: lembro-me de uma frase de Paul Singer, economista de esquerda, numa reunião em 2003 – “Hoje todos os economistas, de direita ou de esquerda, querem a redução da miséria e da pobreza. O que os distingue são os meios”. Penso que essa frase é o que distingue direita e esquerda *democráticas*. Na verdade, a vitória quase esmagadora

.....  
1 São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

.....  
RENATO JANINE RIBEIRO é professor titular de Ética e Filosofia Política na Universidade de S. Paulo (USP). Professor visitante na Universidade Federal de S. Paulo (Unifesp). Foi ministro da Educação no governo de Dilma Rousseff (2015).

da extrema-direita nas eleições brasileiras de 2018, levando a presidência da República e os principais estados, torna muito difícil separar o destino, pelo menos nos próximos anos, da esquerda e da direita democráticas e o do Brasil. Ficamos mutuamente implicados. Pautas diferentes (nos meios, sobretudo – lembro Singer) e mesmo os ódios nos dividiram, mas será muito difícil avançar sem uma recomposição do quadro político, o que não significa necessariamente uma reestruturação dos partidos. Talvez seja mais necessário do que partidos: talvez seja preciso uma pauta que tenha a sociedade, mais que os estamentos políticos, como sujeito condutor.

\*\*\*

Depois do afastamento da presidente Dilma Rousseff, em 2016, passamos de duas para três forças políticas principais em nosso país. Durante 20 anos, nosso espaço político foi comandado por PSDB e PT, que enquadravam os partidos menores e garantiam que nenhum aventureiro ou extremista chegasse ao poder. Isso, além de assegurar uma certa governabilidade, uma vez que os governos de um e outro partido conseguiram no Congresso os três quintos necessários para aprovar emendas constitucionais, que no sistema brasileiro são essenciais para o Executivo

Federal governar (nem sempre aprovaram tudo, mas aprovaram a maior parte do que quiseram). Esse equilíbrio entre centro-esquerda e centro-direita foi vital para o Brasil. Ele evoca o período de consolidação da III República Francesa, quando, após a derrota para a Prússia e a guerra civil de 1870, o regime republicano acabou se firmando, no centro do espectro político.

### **2018: surge uma extrema-direita perigosa**

Contudo, desde 2016, as duas forças se tornaram três. O *impeachment* foi um divisor de águas, uma espécie de deicídio à Dostoievski (“se Deus – no caso, as regras constitucionais – não existe, tudo é permitido”). Partidos de centro-esquerda se conservaram, mas um tanto divididos, como se viu no racha entre PT e Ciro Gomes, nas eleições de 2018. Partidos de centro-direita, antes comandados pelo PSDB, deslizaram para a direita, viram diminuir a relevância de seus nomes mais comprometidos com os direitos humanos e se racharam em várias candidaturas. E – principal mudança – surgiu uma extrema-direita poderosa, com mais da metade dos votos válidos no segundo turno, em sua maior parte fruto da decepção com os partidos de centro-direita, no qual muitos votavam.

A vitória de Bolsonaro representa, em termos maquiavelianos, um triunfo da *virtù* somente comparável ao de Collor em 1989. Nos dois casos, tratou-se de *outsiders*, com suas vitórias significando uma derrota significativa dos partidos existentes e, aparentemente, consolidados. Ambos insistiram em termos como a força da vontade (Collor) ou a vontade da força (Bolsonaro). A própria composição das equipes ministeriais marcou, nos dois casos, um triunfo do

voluntarismo sobre a competência. É difícil prever o que poderá sair de positivo desse governo, embora os empresários e mesmo os partidos de direita tenham esperança em algum sucesso seu no plano econômico.

É neste quadro que se pode discutir o que será o futuro dos grupos mais à esquerda nos próximos anos. De esquerda propriamente dita, temos hoje apenas o PSOL como uma agremiação presente, que não chega a ser forte, mas é pelo menos muito ativa. Em vários pontos, desde sua fundação a partir de uma ruptura com o PT então recém-eleito para a presidência, o PSOL parece querer retomar a trajetória do partido-mãe, especialmente preferindo defender os valores progressistas a compor-se com grupos retrógrados ou corruptos. Os fins não justificam de forma alguma os meios, entende o PSOL. Com isso não estou dizendo que os demais partidos sejam desonestos – apenas, que o jogo político brasileiro, conduzido por qualquer partido que seja, até mesmo nos regimes ditatoriais, sempre passou por acordos pouco republicanos para garantir a governabilidade. Nisso, o PSOL é exceção.

Mas, a força importante do lado progressista não é a esquerda, é a centro-esquerda. (O nome “esquerda” não me parece apropriado nem para o entorno de Ciro Gomes, que chegou a namorar com o chamado “Centrão” – que eu chamei de “direita sem ideologia” – nem para o próprio Partido dos Trabalhadores, que se moderou nos seus anos de governo).

Temos aqui um paradoxo. A direita, que se autointitula centro, embora seja mais conservadora do que os partidos clássicos da direita europeia, como a CDU de Angela Merkel, despencou em termos de votos, enquanto os partidos de centro-esquerda conseguiram 45% dos sufrágios válidos no se-

gundo turno. Portanto, esse lado do espectro político conserva uma popularidade significativa. Contudo, e esse é o grande problema, essa votação lhes deu poucos cargos no poder. Das dez unidades federadas com o PIB mais elevado, apenas Bahia e Pernambuco (respectivamente, sexto e décimo no PIB) elegeram candidatos de centro-esquerda. Se considerarmos o PIB per capita, a situação é ainda pior, porque Pernambuco ficará em 17º lugar e a Bahia, em 20º.

Em termos de comparação, a extrema-direita elegeu o presidente da República e, independentemente do nome do partido, mas considerando suas declarações e programas, entre os dez maiores PIBs, elegeu também os governadores de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, Distrito Federal e Goiás. Embora alguns desses eleitos pertençam ao PSDB, partido que foi do centro-direita, esses nomes fizeram sua campanha com valores próximos aos do candidato Bolsonaro, de modo que assistimos a um enorme esvaziamento não só dos partidos de centro-esquerda, com dois governadores, como da direita tradicional, democrática. À direita, o que resta é optar pelo apoio ao governo eleito, o que ela fará se sua principal pauta for econômica, ou então definir novos projetos democráticos, se valorizar a educação.

Mas, se os partidos de centro-esquerda tiveram votação nitidamente superior aos da direita, sua situação não é muito melhor no quadro político geral. Sim, o Nordeste inteiro escolheu governadores nesta família política, mas apenas ele, o que pode resultar num isolamento de uma região tradicionalmente pobre (embora se tenha desenvolvido bastante estes anos). Sim, o PT é o partido mais votado para a Câmara, mas o ímã do poder fará

a agremiação de Bolsonaro, o antes quase inexistente PSL, superá-lo em pouco tempo pelo mecanismo de adesões. Pior, os partidos de centro-esquerda ficaram isolados. Tem a mídia contra eles, os grandes partidos de direita, que apoiaram o *impeachment*, o empresariado. Sua travessia do deserto é pior do que na década de 1990, quando também mal tinha cargos executivos eleitos de alguma importância, mas não era alvo de tanto ódio quanto se tornou estes anos.

Para o Brasil, essa é uma situação delicada, para não dizer coisa pior. Não é ruim apenas para a esquerda ou centro-esquerda, mas para a representatividade das forças políticas. Quando 45% dos votantes não têm força politicamente em quase nenhuma nas instituições eleitas, isso torna difícil a tradução em termos políticos de seu descontentamento ou de seus anseios. Num regime democrático, é essencial que haja vias institucionais para a expressão das principais vontades. Se levarmos em conta, ademais, que essas vontades ocuparam a presidência da República durante 13 anos, sua exclusão da cena de decisões se torna traumática. Tal condição, somada à disposição dos eleitos a utilizar a força para o enfrentamento de conflitos, pode criar situações de confronto difíceis de administrar.

\*\*\*

Já do ângulo de centro-esquerda, neste momento, as questões principais dizem respeito ao futuro do PT e do movimento cirista, as duas forças mais votadas em 2018. O mais grave é possivelmente o ambiente de rancor que se criou entre um lado e outro. Para Ciro Gomes, a recusa do PT a apoiá-lo deu vitória a Bolsonaro. É difícil perdoar isso. Já para o PT, o fato de Ciro viajar para o exterior durante o segundo turno, em vez de entrar em

sua campanha, ajudou a extrema-direita a ganhar a eleição. É difícil relevar isso.

Some-se a isso que nenhum dos lados está disposto a uma reavaliação de suas estratégias. Não me refiro à constante cobrança, pela direita, de uma autocrítica do PT. Se a própria direita não faz sua autocrítica (e foi por subordinar-se à extrema-direita, no anseio de obter o *impeachment*, que o PSDB praticamente se liquidou – ao contrário do PT, que perdeu o poder, mas continuou popular). Quem não reconhece seus próprios erros não tem legitimidade para cobrar autocrítica dos outros. Mas, a prioridade para a esquerda e a centro-esquerda me parece ser a necessidade de pensar um novo projeto progressista para o País. Penso que isso é mais importante do que a discussão de nomes próprios.

O Brasil está hoje com recursos econômicos escassos. Uma política social como a petista, que melhorava a vida dos mais pobres sem necessitar, graças a uma economia favorável, tirar dos ricos hoje é bem difícil. O que propor? O que discutir como projeto político?

Tenho insistido em que o Brasil precisa de três vetores principais de ação do governo. É necessário retomar o crescimento econômico, lema de Aécio Neves na eleição de 2014 e tema constante dos setores mais conservadores. Mas, não é porque a direita insiste mais neste ponto que ele não deveria ser prioridade do lado progressista.

É preciso, também, que essa retomada se dê dentro do mais amplo respeito ao meio ambiente, não só para que nossos produtos obtenham a certificação que lhes dará acesso aos mercados mais ricos do mundo desenvolvido, mas também para evitar que no futuro tenhamos que pagar, caríssimo, o descaso com a natureza. Deveríamos ter aprendido com uma experiência histórica

desastrosa o quanto custa essa economia porca, que consiste em deixar, por exemplo, dejetos se acumularem numa barragem malcuidada como a de Mariana (MG), para depois sua destruição acarretar a extinção da vida ao longo de 660 km do Rio Doce. Esse foi um tema no qual muito insistiu Marina Silva, provindo do ambientalismo, mas ao qual nem o governo Temer, de direita, deu importância, nem parece que vá dá-la o governo Bolsonaro, pelo menos levando em conta suas declarações insistentes contra o acordo de Paris. (A rigor, o governo Dilma também não lhe conferiu destaque especial).

Terceiro ponto necessário, a marca registrada do PT: a inclusão social. Não é apenas injusto que o Brasil permaneça, após cinco séculos de existência, com níveis tão preocupantes de pobreza e tão negativos na educação e na saúde. É ruim para a economia. Hoje, qualquer analista sério do Banco Mundial ou de *The Economist* apontará o quanto esse panorama ruim prejudica o desenvolvimento econômico.

O que quero dizer com isso: em que pesem os momentos difíceis, em que, em nome de factoides, como o da escola supostamente sem partido, um presidente eleito descarta o consenso construído ao longo de anos por educadores do PT ao PSDB e ao DEM no diagnóstico e nas medidas recomendadas para a educação, em que pese o retrocesso civilizacional a que assistimos hoje aqui e em outros países, o fato é que o capitalismo avançado e a democracia consolidada chegaram a acordos sobre a convergência entre medidas socialmente benéficas e economicamente positivas. A oposição histórica entre a pauta da economia e a das políticas sociais pode ser superada. Exemplo feliz disso é a questão da licença-paternidade. Sua adoção, na Constituinte de 1987-88, causou

zombaria daqueles que consideravam ridículo um homem deixar de trabalhar, ainda que fosse por poucos dias, ao lhe nascer um filho. Hoje, na Escandinávia, licenças bem mais longas de maternidade e paternidade têm sido apontadas como reduzindo problemas de criminalidade e de saúde, física e mental, bem como aumentando a qualidade da educação e a produtividade econômica. Penso que esse é um dos caminhos a trilhar no debate entre os setores progressistas.

### **Pautas do futuro são as da inteligência**

**T**ambém há que assumir as pautas do desenvolvimento econômico, em especial aquele que requer grande investimento da inteligência, isto é, o que diz respeito à ciência e à tecnologia. Evidentemente, o que será distintivo da esquerda nesta pauta serão exigências quanto a níveis e qualidade de emprego. A discussão da previdência social não pode continuar, mediocrementemente, limitada à do seu financiamento. Precisamos incluir na pauta o que se fará no tempo crescente pós-trabalho, que inicialmente não passava de zero a cinco anos de vida após a aposentadoria, mas foi aumentando e provavelmente chegará a várias décadas. Antes de perguntar *quem pagará isso*, precisamos discutir *o que será isso?* Cada vez mais vai ficando nítido que este tempo deve ser dedicado à cultura e à atividade física – que, além de fornecerem novos sentidos para a vida, também geram novas oportunidades econômicas. A tese do *ócio criativo*, que na voz de Domenico De Masi tanto público atraiu na década de 1990, tem hoje condições de realmente ser implantada para um número cada vez maior de pessoas.

Na verdade, as grandes pautas do futuro são as da inteligência. Foram a ciência e a tecnologia que expandiram a expectativa de

vida, permitindo assim um aumento da parcela da vida dedicada ao *lazer*; são elas que nos capacitam a viver esse lazer sob uma forma *criativa*; deve-se a elas a possibilidade de uma nova harmonia com a natureza; não por acaso, num tempo em que muitos brasileiros veem com pessimismo o retrocesso civilizacional fortalecido nas urnas, é à educação – assim como à pesquisa – que se dedicam cada vez mais jovens, que querem uma utopia viável, uma sociedade justa, com igualdade de oportunidades e respeito intenso à diferença e à diversidade. Quando a evocação do fascismo e do nazismo fica forte, dado o retrocesso nos valores que começa com o Brexit e a eleição de Trump, quando no Brasil pela primeira vez na história se elege um presidente cujo plano de governo apresenta a educação não como promessa, mas como ameaça, não como algo em que ter esperança, mas como algo de quem ele tem medo, torna-se importante lembrar que, nos tempos em que o fascismo se aprestava a triunfar, não havia nada dessa atividade otimista, promissora de um mundo melhor, que hoje enxergamos entre os jovens, entre os educadores, os sanitaristas, os defensores da inclusão social, empenhados em promover uma sociedade melhor. É nisso que a esquerda deve, mesmo sem ter o monopólio destas pautas, apostar. Deve lutar por um consenso dos setores democráticos, incluindo quem não é de esquerda, mas deve também assinalar que a característica essencial da esquerda é a boa distribuição das bênçãos do desenvolvimento. E, embora seja essencial organizar ligas e partidos, entendo que pensar este mundo cada vez mais novo em que estamos exige rever projetos, métodos, militâncias. Quanto mais cedo pensarmos as oportunidades à nossa frente, mais rápido superaremos os dramas do presente.

# O Que Fazer? (Balanço e Perspectivas da Esquerda Brasileira)

.....  
LINCOLN SECCO

**H**á semelhanças que não são meras coincidências. Em outubro de 2016, o candidato republicano Donald Trump ameaçou prender sua rival democrata Hillary Clinton caso fosse eleito. Em outubro de 2018, Wilson Witzel disse que daria voz de prisão a Eduardo Paes, o seu concorrente ao governo do Rio de Janeiro. E, pouco depois, Jair Bolsonaro prometeu que prenderia seu adversário Fernando Haddad e que este iria “apodrecer na cadeia”.

Os gestos pareciam espontâneos, mas seguiam um roteiro de marketing cujo objetivo era colocar o adversário na esfera do crime, enquanto o autor da ofensa aparecia como defensor da lei e da ordem<sup>1</sup>. Aquele tipo de campanha eleitoral marcava o fim de uma era. Um movimento de baixo para

cima conseguiu acuar todos os partidos tradicionais como parte do “sistema”, incluindo o PSDB, acusado de ter a mesma origem socialista que o PT.

Não era a primeira vez na história brasileira que um candidato exótico com um discurso ameaçador chegava ao Palácio do Planalto. Sua mensagem evocava algum *outsider* do passado, como Jânio Quadros ou Fernando Collor de Mello. Mas, o primeiro chegou lá depois de uma fulminante carreira como prefeito e governador de São Paulo e ainda foi apoiado pela União Democrática Nacional (UDN), um dos pilares do mundo político da época. Collor praticamente alugou um partido, porém tinha sido governador de Alagoas e era filho de uma larga tradição pelo lado paterno e materno de sua ascendência familiar<sup>2</sup>.

Collor, apesar do experimentalismo na economia sob uma neófito como Zélia Cardoso de Melo, que saía das aulas na USP para um cargo de superministra, tentou atrair o PSDB e montar uma coalizão ampla, ainda que sem sucesso. Cercou-se

.....  
<sup>1</sup> Goldstein, Ariel. *Bolsonaro y la regresión democrática en Brasil*. Buenos Aires, mimeo, 2018, p.57.

.....  
LINCOLN SECCO nasceu na cidade de São Paulo em 1969. Ingressou na Universidade de São Paulo em 1987, onde estudou Letras e História e fez toda a sua carreira acadêmica. É autor, dentre outros, de “A Batalha dos Livros” e “História do PT” (Editora Ateliê), obra com várias edições e traduzida na França. É professor livre docente de História Contemporânea na USP.

.....  
<sup>2</sup> O pai, Arnon de Mello, tinha sido senador por Alagoas. O avô Lindolpho Collor foi Ministro do Trabalho do governo provisório resultante da Revolução de 1930, embora depois passasse à oposição a Getúlio Vargas.

de intelectuais como Celso Lafer, Sergio Paulo Rouanet e José Goldenberg; nomeou figuras de reconhecimento suprapartidário como Adib Jatene; políticos de forte enraizamento no sistema político como Jorge Bornhausen; além de militares e um sindicalista.

Na oposição, o PT emergiu como uma alternativa estruturada e permanente. O Partido da Frente Liberal (PFL) naufragou e o PMDB, então o maior partido no Congresso, nos governos estaduais e em preferência partidária, sofreu uma derrota acachapante. No entanto, o sistema se reconfigurou com o ingresso do PSDB na primeira divisão da política oficial.

Depois de o governo Fernando Henrique Cardoso ter liderado a implementação do Plano Real, a chegada de Lula ao poder em 2002 também trouxe alguma imprevisibilidade aos mercados. Mas, antes mesmo de eleito ele assinou a Carta ao Povo Brasileiro, elogiada pelo professor Delfim Netto. E o seu primeiro governo não foi nenhuma ruptura com o anterior.

Os conflitos nunca se apaziguaram no Brasil, particularmente no campo. Entretanto, a memória da resistência à ditadura, a aceitação do pacto constitucional de 1988, a convivência com sindicatos e movimentos sociais e a afirmação de valores democráticos eram traços comuns aos três grandes partidos brasileiros.

De modo semelhante a 1989, a ascensão de outro candidato pretensamente antissistema, quase 30 anos depois, derrubou já no primeiro turno partidos estabelecidos, como o PSDB e o PMDB. Geraldo Alckmin e Henrique Meirelles lembraram o desempenho pífio de Ulisses Guimarães e Aureliano Chaves em 1989. O terceiro lugar de Ciro Gomes parecia reproduzir,

*mutatis mutandis*, a experiência do mesmo PDT com Leonel Brizola naquela primeira eleição da Nova República. Mas, as semelhanças acabam aqui.

É verdade que Bolsonaro está longe de ser um elemento externo ao sistema. Foi político profissional desde 1988, teve um mandato como vereador no Rio de Janeiro e sete como deputado federal. Foi, antes, oficial do Exército. Contudo, ele nunca foi um político influente. Jamais deixou o baixo clero de Brasília e, mesmo como militar, teve carreira curta e marcada por críticas e punições. Formado em 1977, chegou a tenente e tornou-se capitão na reserva em pouco mais de dez anos de atuação (ou 16, contados os anos de aspirante). Esteve, assim, longe de pertencer às elites do poder, civil ou militar.

Além disso, as eleições de 1989 corovavam um processo de fortalecimento da militância social, das greves, da luta pela constituinte e de crescimento eleitoral do PT. Depois da administração Carter nos Estados Unidos e sua defesa dos direitos humanos, os valores democráticos se afirmavam em toda a América Latina, as ditaduras estavam derrotadas e os militares negociavam uma saída mais ou menos honrosa a depender do país. O Brasil havia acabado de vivenciar o maior movimento de massas de sua história. As “Diretas Já” tinham um objetivo claro e os gigantescos comícios foram dirigidos por partidos e líderes reconhecidos, ao contrário de junho de 2013.

Em 2018, a situação era diferente. O ativismo social mais surpreendente não era da esquerda, mas da direita; o PT havia sido defenestrado do poder depois de anos de desgaste por envolvimento de alguns de seus líderes em escândalos de corrupção e pela recessão econômica do segundo

governo Dilma; os Estados Unidos eram liderados por Donald Trump, um político fora dos padrões de seu próprio país e nada afeito à defesa direitos humanos; e, por fim, os movimentos de massas que antecederam as eleições foram as ambíguas jornadas de junho de 2013 e os protestos pelo *impeachment* da presidente Dilma Rousseff em 2016. Eles não contaram com lideranças partidárias influentes.

Mesmo desconsiderando os excessos típicos da disputa eleitoral, a esquerda jamais enfrentara um candidato que ameaçava exterminá-la. Nem concorrera numa campanha sem debate público, baseada principalmente nas redes sociais e em aplicativos de mensagens telefônicas<sup>3</sup>. Muito menos confrontara um oponente que dispunha de um ativismo em grande parte voluntário. Dito de outra forma: o PT se acostumara a monopolizar as ruas e agora enfrentava pessoas com a camisa da seleção brasileira de futebol que defendiam convictamente os seus pontos de vista conservadores.

## Que Fazer?

Não era fácil a dirigentes e intelectuais acomodados a um ambiente político de relativa estabilidade entender o que se passava. Desde a implantação da chamada Nova República, jamais um movimento de massas autoconfiante se opusera à esquerda. Ele parecia dotado de tudo aquilo que se recomendaria a qualquer agremiação revolucionária: um “partido de quadros”, com capilaridade nas suas bases sociais, estruturado em torno de uma liderança e com uma ideologia estabelecida.

Apesar da aparência, os seguidores de

.....  
3 Embora não seja desprezível a exposição gratuita que teve das redes de TV em função do atentado que sofreu. Além disso.

Bolsonaro não constituíram um grupo organizado, e sim “exaltado”, na expressão do filósofo Paulo Arantes<sup>4</sup>. O partido foi menos importante que a associação horizontal nas redes sociais. A ideologia não apresentou uma base teórica e, verbalizada por *youtubers* sem reconhecimento intelectual, hauriu sua força justamente no anti-intelectualismo. Movimentou, assim, o sentimento do homem médio, informado por ideias conspirativas, dogmas religiosos e preceitos morais.

Não obstante, a vitória de Bolsonaro não foi um raio em céu azul, sem passado e sem história. Quando o mecanismo da política oficial começou a girar em falso, em 2013, a legitimidade das instituições derramou-se nas ruas, nas redes sociais e pelos esgotos do *whatsapp*. Tratava-se do desmoronamento de todo um conjunto de práticas e acordos que sustentaram um padrão de disputa.

Mas, agora, não se tratava do habitual conflito entre tucanos e petistas. Não era habitual que um ex-presidente se visse na obrigação de ensinar numa rede social que não havia votado no vencedor, mas que “divergir é direito nas democracias”. O professor Fernando Henrique Cardoso deu a sua “lição” exatamente no feriado da República.

Visivelmente, formara-se um “exército” com predisposição não só a combater a esquerda nas ruas, mas a substituir a direita democrática como um dos polos do circuito fechado da política oficial. O curto circuito foi provocado pelos novos movimentos sociais da direita militante. Os próprios militares se aproximaram da candidatura Bolsonaro, a tal ponto que pareciam tutelar o processo eleitoral, segundo a leitura que a Comissão

.....  
4 <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/13/abriu-se-a-porteira-da-absoluta-ingovernabilidade-no-brasil-diz-paulo-arantes/>

Executiva Nacional do PT<sup>5</sup> fez das declarações do general Villas Boas. Nesse caminho argumentativo, depois da militância e do comando militar, faltava apenas a condução política oferecida pela campanha eleitoral de Bolsonaro para se completar a tríade de uma estratégia completa.

De um ângulo radical, o filósofo Paulo Arantes captou o momento ao dizer que a eleição de Bolsonaro não significou a ascensão de um regime fascista. Nem os seus eleitores queriam que suas promessas mais repugnantes se realizassem. O que impressionou é que eles estavam tomados por tal descrença contra os partidos e instituições que isso não os afetava “nessa vontade de ser indiferentes a um horror que é anunciado”<sup>6</sup>.

## Balanço e Perspectivas

Inicialmente, uma parte da esquerda continuou raciocinando como se tivesse sofrido uma simples derrota eleitoral. Contudo, diferentemente de 1989, quando Lula perdeu a eleição, mas seu partido estava numa tendência de acúmulo de forças sociais, agora houve uma derrota política.

Bolsonaro apresentou-se como admirador da ditadura, mas desde que abraçou o liberalismo econômico mais radical, ficou claro que ele se referia a uma ala específica daquele período: a chamada “linha dura” dos oficiais de médio escalão responsáveis por torturas e desaparecimentos. Ao abandonar o estatismo e o nacionalismo econômico ele se tornou o antiGeisel<sup>7</sup>, contra-

pondo-se ironicamente a um general que o considerou no passado um “mau militar”<sup>8</sup>.

O fato é que nenhum governo desde 1930 desmantelou completamente a Era Vargas. A ditadura militar até promoveu o avanço estatal sobre a economia durante o governo do general Geisel. Collor fracassou em seu intento privatizante. Fernando Henrique Cardoso reposicionou a iniciativa privada em grandes setores de infraestrutura, mas o Estado manteve instrumentos regulatórios, influência indireta e a propriedade de outras empresas estratégicas. E não modificou a estrutura sindical.

Uma agenda oposicionista, portanto, implicaria uma atitude definida sobre a reforma da previdência, a privatização da Petrobras e dos bancos públicos e as leis trabalhistas. Pontos de atrito mesmo entre PT e PDT, por exemplo.

Os primeiros balanços na esquerda começaram já durante o segundo turno do pleito eleitoral. Depois da derrota apareceram as tentativas de traçar um futuro plausível de atuação no quadriênio do novo governo e, por fim, gotejaram tímidos acenos por uma frente oposicionista.

Embora a esquerda, *lato sensu*, possa abarcar um número maior de agremiações, seguramente é o PT o único partido que desde 1989 monopolizou a representação do chamado “campo popular” da política brasileira.

O partido assumiu duas estratégias distintas que se combinaram no final da campanha. A primeira foi a de Lula. A direção do PT insistiu em desafiar os limites da lei e fazer uma pré-campanha aberta pela sua candidatura. Paradoxalmente, foi vital para isso que Lula aceitasse ser preso porque se

5 <http://www.pt.org.br/nota-do-pt-repudio-a-tutela-militar-sobre-a-democracia/>

6 <https://www.brasildefato.com.br/2018/11/13/abriu-se-a-porteira-da-absoluta-ingovernabilidade-no-brasil-diz-paulo-arantes/>

7 A expressão é de Celso Rocha Barros na Folha de S. Paulo, 22 de outubro de 2018.

8 <https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/um-conselho-para-bolsonaro-esqueca-geisel/>

tornou um fator eleitoral e, depois da derrota, permaneceu como um fator político.

A estratégia tinha três pressupostos. Primeiro: sem aquela campanha, Lula tenderia a ser esquecido na prisão e seria impossível mobilizar os militantes. O segundo, corolário do primeiro, era de natureza eleitoral: desde a prisão Lula subiu entre 10 e 15 pontos nas pesquisas, atingiu 39% e o seu partido obteve 29% da preferência partidária, segundo o Ibope. O terceiro era o calcanhar de Aquiles dessa estratégia: defender a consigna “Eleição sem Lula é Fraude” exigiria depois explicar ao eleitor que, após a substituição do candidato, ele deveria sufragar o PT numa eleição supostamente ilegítima.

O PT é um partido eleitoral e jamais passou pela cabeça de seus dirigentes boicotar a disputa presidencial. Assim, cumpriu o roteiro previsto: trocar o candidato, mas manter sua imagem atrelada à herança lulista, vista como imprescindível para conquistar as bases mais fiéis no interior do Nordeste.

A outra estratégia foi a “Democrática”. Uma vez no segundo turno o PT, foi forçado a apelar a eleitores não petistas. Buscou líderes da direita não extremista. Tal busca foi infrutífera. Embora, no final do segundo turno, houvesse uma avalanche de apoio social muito além do espectro petista, especialmente no mundo da cultura, das artes, da mídia convencional e da juventude das camadas médias urbanas, poucos líderes políticos respaldaram Fernando Haddad. Entre os candidatos, nem Ciro Gomes o fez de modo explícito. Restaram os apoios do democrata cristão José Maria Eymael, de Marina Silva (Rede) e Guilherme Boulos (PSOL).

Na cúpula da campanha do PT se estabeleceu um debate interno: o partido deveria se voltar à ampliação das alianças e à

moderação do discurso ou à radicalização social? Alguns avaliavam que o adversário tinha sua estratégia montada há alguns anos sobre a exploração de temas morais, em que a esquerda não teria chances de combatê-lo. Por isso propugnavam um programa com forte apelo popular.

Dois estratégias opostas não podem conviver por muito tempo. E para solucionar a contradição é preciso encontrar a forma em que seus polos podem se movimentar, um à frente do outro.

Ressaltar a democracia para setores médios antipetistas exigiria que o partido fizesse um giro em seu programa econômico. Teria que reconhecer com mais ênfase o problema fiscal, o constante aumento dos gastos públicos acima do crescimento do PIB, dos salários acima da produtividade e opor-se aos interesses de corporações estatais.

Havia quem cobrasse a autocrítica do partido sobre sua forma de governabilidade pela corrupção de aliados e até quem exigisse a indicação prévia de um nome do mercado para o Ministério da Fazenda.

Confrontar o discurso social e até antissistêmico em que Bolsonaro liderava, significava defender uma política de matriz keynesiana ou desenvolvimentista, recusar o chamado giro liberal do segundo governo Dilma e acenar com um Estado indutor da retomada de investimentos.

O PT tinha, de fato, posições que conflitavam com a visão habitual dos grandes meios de comunicação, especialmente por causa de sua defesa da Venezuela e de Cuba. Mas, teve um adversário que lhe facilitou a rotação discursiva, pois sem as credenciais democráticas que o seu tradicional antagonista, o PSDB, possuía. Isso apareceu tanto nas alocações de Jair Bolsonaro, quanto em casos reais de agressão durante a campa-

nha<sup>9</sup>. Por isso, a jornalista Miriam Leitão escreveu que “Bolsonaro sempre teve o discurso autoritário. O PT nasceu, cresceu na democracia e sempre jogou o jogo democrático; e governou respeitando as instituições democráticas”<sup>10</sup>.

Havia tanto uma estratégia que visava defender valores democráticos quanto outra que tinha por escopo uma finalidade política: reconstruir as bases populares. Essa duplicidade está nos documentos, nas falas e nas atitudes que a esquerda produziu ao longo do ano de 2018.

### Frente Democrática ou Popular?

As duas estratégias conduziram ao debate sobre a natureza de uma frente a ser constituída. Curiosamente, a esquerda já tinha duas: a Frente Brasil Popular, nucleada pelo PT e partidos aliados. E a Frente Povo sem Medo, basicamente centrada no Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, o MTST. Ambas tiveram por expressão eleitoral, respectivamente, as candidaturas Haddad e Boulos.

Com a *débâcle* dos democratas de direita e de centro, a esquerda acreditou que tinha que lidar com dois caminhos contrapostos: o da defesa de instituições em que podia encontrar terreno comum com políticos conservadores; e o de uma pauta econômica “desenvolvimentista” que a separava

9 Entre 30 de setembro e 11 de outubro houve 70 ataques, entre agressões e ameaças físicas. Em 50 casos, as ações são atribuídas a apoiadores do candidato Jair Bolsonaro (PSL). Contra eles seis, e 15 indefinidas. Mas, este número não incluía as pichações racistas e de suásticas em escolas e universidades. <https://exame.abril.com.br/brasil/os-impactos-da-polarizacao-politica-na-saude-mental-de-brasileiros/>. Houve destruição de livros, cantos homofóbicos, ataques a pessoas com camisas do PT e do MST e a morte do mestre capoeirista baiano Moa do Katende. Vide *Folha de S. Paulo*, 9/10/2018.

10 O Globo, 13 de outubro de 2018.

deles<sup>11</sup>. A incapacidade de soldar um bloco político no segundo turno deixava claro que o PT tinha uma longa marcha pela frente.

As duas linhas opostas não podiam conviver, tampouco se afastar. Mais que meras táticas<sup>12</sup>, elas desenhavam estratégias de longo prazo, já que foram resultantes de uma derrota ampla da esquerda em três batalhas decisivas: as jornadas de junho de 2013, o impeachment em 2016 e as eleições em 2018. O intelectual petista Breno Altman disse claramente ao defender uma frente popular: não se trata de “suposto bloco tático de centro-esquerda, mas de um pacto estratégico”<sup>13</sup>.

Mesmo no início do ano, era perceptível para os dirigentes que, ainda na hipótese de uma vitória eleitoral, a esquerda não estaria em condições de reposicionar-se como força hegemônica na sociedade brasileira. O PT publicou uma resolução intitulada “Por uma frente de resistência pela democracia e pelos direitos do povo”, na qual convocava os seus diretórios regionais e municipais a se integrarem com os movimentos sociais e as duas frentes supracitadas e qualificava o novo presidente da República como “um aventureiro fascista”. Isso se deu a 31 de outubro.

A nota lançada de chofre não fazia ne-

11 A reação de Sergio Fausto contra um programa assim é representativa de um espectro da política brasileira que ainda “busca o *juste milieu*: seria preciso enterrar de vez o nacional desenvolvimentismo, sem dó nem piedade”. *Valor Econômico*, 12 de novembro de 2018. Note-se que ele falava acerca da reorganização de um “centro radical”, liberal, mas com preocupação social.

12 Os termos “tática” e “estratégia”, de origem militar, penetraram o jargão da esquerda socialista através da leitura de Clausewitz. Depois, foram vulgarizados pelos partidos eleitorais de várias correntes. Para definições, vide: Clausewitz, C. Von. *De la Guerre*. Paris: Éditions de Minuit, 1955; Golbery. *Conjuntura política Nacional*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1981, pp. 148-9.

13 <https://blogs.operamundi.uol.com.br/brenoaltman/2017/08/18/frente-ampla-ou-frente-popular/>

num balanço político das eleições. Ora, PT, PDT, PSB, PSOL e PCdoB somaram 160 cadeiras no congresso e se tornaram o núcleo da oposição parlamentar. Alguns dirigentes consideraram a possibilidade de atrair as 63 cadeiras somadas do MDB e PSDB em torno dos temas constitucionais sensíveis à democracia. Para o deputado federal José Guimarães, secretário de Assuntos Institucionais do PT, a nova frente poderia abrigar não apenas aliados históricos do PT, mas também setores do PSDB e até mesmo do MDB.

Guimarães tocou ainda num ponto sensível. Como combinar uma “ampla frente” de oposição a Bolsonaro no Congresso com uma liderança petista que foi recusada pelo PDT? A resposta do petista foi: “protagonismo não significa hegemonismo”. Numa dança hermenêutica continuou: “Não podemos dar nem guinada à esquerda nem à direita”<sup>14</sup>.

Enquanto a liderança do PT curti a derrota, os irmãos Gomes anunciavam um bloco na Câmara dos Deputados com PDT, PSB e PCdoB. Os comunistas tiveram a vice Manuela D’Ávila na chapa do PT e foram aliados dos petistas em todas as eleições desde 1989. O senador eleito Cid Gomes defendeu mais tarde que não seria “nem oposição sistemática nem situação automática”. Faria oposição programática que se traduziria, apesar disso, na criação de um bloco de 17 senadores de várias legendas<sup>15</sup>.

Gilberto Carvalho, ex-assessor e conselheiro do presidente Lula, já tinha declarado que “nós não temos culpa de ser o partido do tamanho que nós temos (sic). Não

temos culpa de ter construído uma história que, mesmo nessa voragem toda, nós tivemos esses votos. Nós temos um número grande de deputados, governadores, não é pela beleza dos nossos olhos ou por querer sermos hegemônistas, é porque temos uma proposta e, com isso, nós comparecemos à mesa e nos colocamos à disposição. Nós não queremos mandar em nada, mas também não vamos esconder essa força. Eles podem ficar tranquilos, nós temos autocrítica suficiente para não querer fazer a hegemonia, o hegemonismo”<sup>16</sup>.

Já na expressão de Valter Pomar, reconhecido intelectual da esquerda do partido e secretário executivo do Foro de São Paulo, “quem não constrói hegemonia, é hegemônico”. Para ele, há diferentes estratégias na oposição e, “por isto, não se deve tentar colocar toda a oposição numa camisa de força, num leito de Procusto. É melhor trabalhar com uma política de alianças e de frentes diversificadas, que incluam uma frente popular, em que se encontram as forças que vertebraram a luta contra o golpe e contra a extrema-direita” e um movimento amplo em defesa das liberdades democráticas<sup>17</sup>.

Em visita ao Congresso Nacional, Fernando Haddad disse que para além da agenda “popular” há “uma frente que pode galvanizar um apoio ainda maior, que é dos direitos civis, porque há pessoas que não têm tanto apreço pelos direitos sociais, como SUS e Previdência Pública, mas têm sensibilidade para pauta ambiental e escola pública laica”<sup>18</sup>.

.....  
16 <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46087156>

17 <https://valterpomar.blogspot.com>, 7 de novembro de 2018.

18 <https://www.poder360.com.br/partidos-politicos/haddad-estuda-entrar-com-acao-contra-whatsapp-nos-estados-unidos/>

.....  
14 <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/584237-apos-alianca-eleitoral-pedob-ja-articula-formacao-de-bloco-sem-o-pt-na-camara>

15 O Estado de S. Paulo, 19 de novembro de 2018.

A extrema direita apresentou-se contra o *modus operandi* tradicional da política. Um novo *software* que se desconfia não ser suportado pelo hardware das instituições republicanas. Deveria a esquerda esperar algum *bug*, ou seja, um impasse institucional? A opção parece muito mais a de se preparar para uma maratona, na expressão de Pomar, do que tentar desde logo um *sprint*.

## As Bases

As eleições presidenciais de 2014 e 2018 mostraram que o PT se sustentou eleitoralmente na pobreza rural. Os trabalhadores urbanos não mais se reconheceram nele. E mesmo nas cidades do ABC paulista, onde ele já foi governo.

Num comício nos arcos da Lapa, Rio de Janeiro, o *rapper* Mano Brown afirmou que o PT deixara de falar a linguagem do povo<sup>19</sup>. Apesar do tom crítico, a fala foi incorporada por diferentes correntes petistas e interpretada como a necessidade de “volta às bases”. Mas, há um lugar para voltar? A notícia de que a CUT poderia vender sua sede nacional no Brás, em São Paulo, para uma igreja evangélica, foi mais um sinal das transformações da classe trabalhadora.

As mudanças no chão de fábrica, a robotização, terciarização da população economicamente ativa, terceirização de funções, queda na sindicalização, degradação de áreas urbanas e “gentrificação” de outras, esvaziamento das ruas, dos comícios, violência e desamparo, trabalho rotativo e precário, pentecostalismo e descenso da teologia da libertação, ascensão pelo mercado de consumo sem correspondente vida comunitária e organização política, redes

sociais, uso de telefones móveis... Poder-se-ia passar horas acrescentando elementos que concorreriam para o debate que a esquerda faz, aliás mundialmente, sobre as razões de sua perda de apoio social na classe trabalhadora urbana.

Em comparação com o 2º turno de 2014, os votos do PT caíram 7,7 milhões. Destes, a maior perda foi de 4,8 milhões no Sudeste. No 2º turno havia 24,1 milhões de votos em disputa. Destes, Bolsonaro ficou com 8,4 milhões (35% dos votos disputados) e Haddad com 15,6 milhões ou 65% dos votos em disputa.

O crescimento de Fernando Haddad na última semana de campanha não foi fruto apenas de uma reorientação da propaganda de televisão e da mensagem do candidato. Resultou de um levante espontâneo de uma militância democrática que foi às ruas.

Embora o uso de *fake news* e o apoio de empresas via caixa dois para o candidato Jair Bolsonaro tenham sido denunciados ao Tribunal Superior Eleitoral, intérpretes de posições muito diversas concordaram que não foi o uso de novas “armas” o que determinou o desfecho da disputa.

É verdade que as redes sociais incrementaram a “velocidade de marcha” dos militantes e a explosão de ondas de opinião pública. Os deslocamentos de votos foram assustadoramente rápidos no Rio de Janeiro, onde o juiz Witzel pulou de um posto insignificante nas pesquisas para o primeiro lugar em poucos dias.

Essa nova situação colocou as enquetes e outros instrumentos tradicionais, como o uso de televisão, em segundo plano nas lutas eleitorais?

O diagnóstico partiu de intérpretes de posições políticas e institucionais diversas. Quando as pessoas dizem que a TV não

.....  
19 Folha de S. Paulo, 23 de outubro de 2018.

teve importância, é o contrário, segundo Marcos Nobre<sup>20</sup>. Embora o PSL não tivesse tempo na TV, o atentado contra Bolsonaro deu a ele uma exposição desmedida.

Tatiana Roque e Fernanda Bruno chamaram a atenção para a destituição dos lugares de mediação da imprensa, dos políticos e dos intelectuais<sup>21</sup>, mas pode ser que as igrejas evangélicas tenham cumprido o papel de um verdadeiro partido popular nas franjas inorgânicas das grandes e médias cidades que deram a vitória a Bolsonaro.

“Nem tudo foi *fake news*”, sentenciou o cientista político Jairo Nicolau<sup>22</sup>. Ele acrescentou que os vídeos difundidos com eficácia pela campanha do PSL eram reforçados pela ação de pastores e lideranças empresariais previamente comprometidas. O ex-ministro José Dirceu foi taxativo<sup>23</sup>: as *fake news* tiveram seu papel porque a esquerda não estava mais organizada na base da sociedade como as igrejas evangélicas estavam. Paulo Arantes, na entrevista já citada, considerou as *fake news* irrelevantes para explicar como um grupo folclórico sem nenhum programa conseguiu interpretar e liderar um movimento de massas rumo ao poder.

Por uma ironia da história, o avanço tecnológico parece descartar os produtos da Revolução Tecnológica anterior e resgatar técnicas de luta ainda mais antigas, como o uso da “infantaria” dos partidos, sindicatos e movimentos sociais, doravante coordenadas com o uso intensivo dos robôs e da nova “artilharia” na internet. Possivelmente, a ocupação permanente de territórios, a construção de laços comunitários, ativida-

20 [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/14/politica/1542228843\\_630245.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/14/politica/1542228843_630245.html)

21 *Folha de S. Paulo*, 18 de novembro de 2018.

22 Revista Piauí, n. 146, novembro de 2018.

23 <https://www.youtube.com/watch?v=nuiZKIA6n9k>

des de formação política e ativismo local terão que se juntar à utilização das novas ferramentas de comunicação. A esquerda tinha trocado as ruas por programas caros de marketing na TV e que a conduziram aos atalhos do financiamento ilegal. Agora precisa voltar às ruas e otimizar o uso das novas tecnologias.

Na sua reinvenção da política, a extrema direita não só se apropriou do meio digital em troca do analógico e da propaganda dispersa pela focalizada, mas também recuperou velhas táticas da esquerda, como o proselitismo, as passeatas, reuniões presenciais e identificação visual. Para grupos com menor poder econômico, o verdadeiro algoritmo consiste no conhecimento individual, na conversa *tête-à-tête*, no almoço de domingo, na socialização familiar, da igreja, da festa, do esporte etc. É no chão da fábrica, da escola, das torcidas, das associações de bairro, sindicatos, dos movimentos locais, das igrejas e universidades, no solo histórico das comunidades que se dá a disputa por hegemonia.

## Hegemonia

Aqueles que à esquerda do PT denunciavam os limites de seus governos, agora vislumbram as barreiras que o partido impunha à direita.

A vitória da extrema-direita ocorreu num contexto de interrupção do seu crescimento no segundo turno, como vimos, o que, somado aos primeiros conflitos com a mídia e o congresso antes mesmo da posse, pode recolocar o PT como polo antagonístico reconhecido na sociedade civil. Mas, ao seu lado, há outras forças. Desde uma reconfiguração do centro até outras formações na esquerda.

A disputa interna entre o segundo e o

terceiro colocados, PT e PDT, tornou-se inevitável. O PT é grande demais para não ser hegemônico na esquerda. Embora o candidato do PDT tenha obtido cerca de 12 milhões de votos no primeiro turno, ele não dispõe de uma rede nacional de movimentos e sindicatos.

O fim da contribuição sindical obrigatória atingiu o patrimônio e funcionamento dos sindicatos e o novo governo prometeu atacar todo ativismo social. Mesmo assim, essas redes de articulação política permanecem vitais para a reorganização de qualquer pretensão da esquerda e até mesmo para a manutenção dos conflitos sociais nos marcos democráticos.

Retomar os núcleos de base foi uma das promessas da presidente do partido, Gleisi Hoffman<sup>24</sup>. Em 2018, o PT estava estruturado em aproximadamente 90% dos municípios do país. Nenhum partido na esquerda tem essa capilaridade social e geográfica. Por outro lado, Fernando Haddad venceu em 11 estados, sendo nove no Nordeste, região em que o PT elegeu seus únicos quatro governadores (o PCdoB venceu no Maranhão e o PSB em Pernambuco). Embora o partido não tenha se tornado regional, é evidente que perdeu força nacional.

As pautas LGBTQ, feministas, raciais e de direitos humanos tendem a retornar ao leito da “luta de classes”. O centro da estratégia popular passa a ser a formação de um bloco de oposição social ao governo e uma alternativa eleitoral para as disputas municipais de 2020. Uma única oposição, no entanto, é improvável porque a pluralidade na esquerda é incontornável.

Nessa diversidade, o PT continuará sendo a força hegemônica se definir qual das

24 Entrevista a Juca Kfourri na TVT no dia 6 de novembro de 2018.

estratégias será a subordinante e qual a subordinada. Se optar pelo discurso popular, manterá a campanha pela liberdade de Lula em primeiro plano, mas terá que combiná-la à liderança de Haddad ou de outro. Se priorizar a defesa da democracia, terá que integrar de maneira subalterna uma frente mais ampla.

A contradição não impede que o partido faça as duas coisas, porque sem apoio popular prévio não haverá defesa real das liberdades democráticas. E, na visão de muitos dirigentes, com a campanha “Lula Livre”, o PT não apenas mantém grande parte do seu eleitorado, mas a própria unidade interna do partido. Ou nas palavras de Ricardo Musse: o PT sem Lula seria uma “força sólida, mas muito minoritária”<sup>25</sup>. Cabe lembrar que Lula pode simbolizar a democracia para círculos pequenos da esquerda, mas representa uma pauta social para a maioria de seus apoiadores. Ainda que ele tenha uma trajetória de conciliador, ele se tornou o polo oposto ao bolsonarismo: a negatividade.

Todo o sucesso da reinvenção da política pela extrema-direita reside numa contradição: ela precisou polarizar para vencer, mas não pode reconciliar para governar. Algo que os partidos estabelecidos no executivo e no congresso conseguiram até 2013, porque acordaram as regras tanto explícitas quanto ocultas do jogo e sustentaram um programa mínimo de gestão macroeconômica. O exemplo da Turquia, *mutatis mutandis*, pode ser evocado. Um poder autoritário sobre uma sociedade profundamente dividida<sup>26</sup>. Por isso, o próprio

25 [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/27/politica/1540648262\\_975469.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/27/politica/1540648262_975469.html)

26 Zürcher, E.J. *Turkey: a Modern History*. London: Tauris, 2017, p.X.

discurso governista reforçará o PT como seu polo antitético.

Além disso, o partido continuará cobrado a fazer autocrítica. A estratégia democrática de aproximação com setores médios exigiria acertar contas com o problema da corrupção. Mas, na citada entrevista de Gilberto Carvalho, ele declarou: “Nós não fizemos antes e vencemos eleição de 2006, 2010 e 2014. Essa exigência externa que se coloca pra nós, e que as pessoas dizem que não gostam e não votam no PT por causa disso, isso é bobagem. Não nos iludimos por ela, porque em geral isso é estribo para uma rejeição que é classista, que é de outra natureza”.

## Conclusão

Para retomar os termos da entrevista citada de Paulo Arantes, “abriu-se a porteira da absoluta ingovernabilidade no Brasil (...). Não há mais nenhum tipo de acordo de concertação social entre as várias categorias sociais, empresários, bancos, agrogócio (...). Não há mais acordo possível (...). Tanto é que ocorreu o *impeachment*, que era absolutamente desnecessário”. É na busca desse impossível acordo que a esquerda prossegue para ser uma alternativa a um governo que talvez não entregue sequer uma parte do que prometeu aos seus eleitores. A aposta, não só da esquerda, mas também de um “centro radical” e de liberais moderados é que a arquitetura de uma democracia racionada, em que forças moderadas se sucedem no poder e se resumem a diferentes formas de gestão de conflitos sociais, com maior ênfase na igualdade e no aumento da renda do trabalho, ou na eficiência produtiva e ganhos do capital, sempre se reconstitui. Basta um período sustentado de crescimento econômico.

Mas, a questão que permanece é: se o próprio terreno da administração das coisas desmanchou, como pode a esquerda voltar ao poder sem emular a força militante que a extrema-direita construiu nas ruas desde 2013? E sem um programa para o caos instituído? Sem ter alternativa à insegurança das pessoas comuns? Sem resolver o drama de uma economia que expulsa a classe trabalhadora para serviços precários ou o para o desemprego estrutural?

Os vencedores de hoje ofertaram uma rota e um timoneiro. Por pior que ele seja, é preferível do que ficar à deriva. Foi assim que pensou parcela dos seus eleitores.

Antes de tudo, é preciso reconhecer que o grupo vencedor soube dirigir um amplo movimento massivo de contestação social; difundiu uma promessa antisistêmica; promoveu alianças com igrejas de base popular; incorporou as demandas de outros setores corporativos; manteve uma intransigência “doutrinária” mesmo às expensas do isolamento, da marginalização e do ridículo; e, tolerado, mas não apoiado pelas elites, escolheu temas populares, desafiou partidos históricos, líderes reconhecidos, teorias consagradas e instituições sólidas. Combateu o sistema em nome da ordem.

Pode-se discutir a validade moral dos métodos, o conteúdo do programa, a qualidade dos quadros dirigentes, a consistência da liderança e sua disposição para enfrentar o contraditório e suportar as conjunturas adversas; pode-se dizer que foi a fortuna que lhe favoreceu; que não havia oportunidade histórica para uma alternativa no centro ou na esquerda; citar as idas e vindas nas declarações públicas e as possibilidades concretas de fracasso. Mas, o fato é que, ainda assim, ele venceu. O

patético e limitado para uns, foi o honesto e forte para outros.

É preciso aceitar a *verità effettuale della cosa* da qual falava Maquiavel. E ver nela mesma também possibilidades realistas de mudança.

Traçar cenários diante de tanta incerteza é muito difícil. Até um acontecimento inesperado pode mudar tudo. Mas, independentemente disso, caberá à esquerda construir políticas que apontem para rumos seguros em meio à tormenta. Reagrupar-se em torno de questões capazes de produzir amplos consensos. Gerar regularidades em meio ao diversionismo do novo governo.

Como já vimos acima, parte dos dirigentes está surpreendentemente conven-

cida dessa necessidade e realisticamente atada à diversidade de interesses que atravessam os partidos. Não haverá unidade, mas pode haver união em torno de lutas concretas.

O tempo curto e agitado do dia a dia é a mais enganosa das durações, como escrevia o historiador Fernand Braudel. Vistas pelo historiador com distanciamento, as manifestações de pânico ou excitação da superfície dos acontecimentos são efêmeras e se desfazem na espuma dos dias. Ao político não é fácil diferenciar tendências permanentes e oscilações casuais. Mas, se estiver conectado à infraestrutura da sociedade civil, reconhecerá o trabalho silencioso da velha toupeira.

# O Brasil da Transição Civilizada (2003) à Eleição Polarizada (2018). O Papel das Instituições nos Avanços e Retrocessos

.....  
**SERGIO ABREU E LIMA FLORENCIO**

*“É mais fácil ensinar um engenheiro a ser socialista do que um socialista a ser engenheiro”*

Seymour Lipset  
*(Agrarian Socialism)*<sup>1</sup>

## Introdução

O Brasil foi a economia com a segunda maior taxa de crescimento do PIB, no período 1900-1987. Mas, a partir do início da década de 1980 até 2016, a expansão econômica se situou entre as mais baixas do mundo. Também na

política o padrão de avanço virtuoso e recuo vicioso é visível. Uma transição presidencial reconhecidamente civilizada no início do milênio criou as condições necessárias à passagem de uma era de estabilização e reformismo econômico (FHC) para um período de aprofundamento e ampliação de políticas sociais (Lula). Entretanto, uma vez mais, o fantasma do retrocesso econômico e do impasse político se materializou e aquela transição civilizada de 2002 envolveu, em 2015 e 2016, para a maior recessão dos últimos 100 anos, no impeachment e na eleição polarizada de 2018.

Abundantes e recorrentes são os exemplos históricos dessa oscilação ciclótica de um país que, ao aproximar-se de uma trajetória mais sólida de desenvolvimento, regride a um padrão de políticas econômicas insustentáveis e a um modelo político de extrema polarização. Se tomamos apenas o início e o fim de períodos longos, uma visão impressionista vai-se formando: o país avança, mas insiste em voltar atrás. É a síndrome do retrovisor.

Comparar – sob a ótica das instituições – essa trajetória de uma década e meia, bem como os dois anos que marcam o início e

.....  
<sup>1</sup> Exemplo de resistência ao aparelhamento político, em 1944, na experiência de socialismo agrário na província de Saskatchewan, no Canadá. Defensor de um serviço social isento criticava diretriz partidária destinada a substituir competência profissional (engenheiro) por fidelidade partidária (socialista). S.M.Lipset, *Agrarian Socialism*. Citado por Guerreiro Ramos em *Administração e Estratégia do Desenvolvimento. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro. 1966. P.260.*

.....  
SERGIO ABREU E LIMA FLORENCIO é diplomata de carreira. Embaixador em Quito, Genebra (ONU) e Cidade do México. Foi pesquisador e diretor de Economia e Política Internacional do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). Mestre em Economia pela Ottawa University. Foi professor adjunto de Latin American Studies da Simon Fraser University (Vancouver). Atualmente, é professor do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores.

o fim desse período – 2003 e 2018 – pode lançar alguma luz sobre os sombrios enigmas de hoje.

## O corporativismo e a deformação de instituições inclusivas em extrativas<sup>2</sup>

Corporativismo tem sua origem nas corporações de ofício da Idade Média, que se destinavam a regulamentar as atividades dos artesãos por meio de restrições à entrada de novos profissionais e de assistência e proteção a seus membros.

No Brasil, como assinala Roberto da Matta, o termo tem uma conotação negativa, pois sendo “sinalizador de proteção”, reserva de mercado e privilégio, é um enredo incompatível com o esforço de viver, tendo a igualdade, o mérito e a eficiência como valores”. Nesse sentido, corporativismo nos remete ao conhecido “Você sabe com quem está falando?”

Historicamente, a Justiça do Trabalho – criada pela Constituição de 1934 – e a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), de 1943, que incorpora dispositivos anteriores, constituem a base do corporativismo sindical brasileiro. Esse resistiu, como assinala Mailson da Nóbrega, às inúmeras transformações sociais e econômicas ao longo de mais de 80 anos e hoje sobrevive como “o resquício mais conspícuo da era Vargas”.

O corporativismo da era Vargas resulta do surto industrial que surge com a crise de 1929 e traz no seu bojo a ascensão do operariado urbano como força social. Intima-

.....  
<sup>2</sup> *Instituições inclusivas* asseguram direitos de propriedade e oportunidades econômicas não só para a elite, mas para um amplo espectro multissetorial da sociedade. *Instituições extrativas* defendem apenas grupos de interesse localizados, com exclusão de benefícios para o conjunto da sociedade e, assim, não criam incentivos necessários para poupar, investir e inovar. (*Why Nations Fail*. Daron Acemoglu & James A. Robinson).

mente associado ao trabalhismo varguista, o corporativismo era também um reflexo nos trópicos do fascismo italiano, cuja *Carta del Lavoro* inspirou a nossa CLT.

Como versão local do corporativismo italiano, o trabalhismo de Vargas rejeitava o conflito social e insistia na cooperação entre trabalhadores e patrões, supervisionado pelo Estado. Assim, próximo ao fascismo, o autoritarismo do Estado Novo tinha como um de seus ideólogos Oliveira Viana que, em seu livro *Problemas de política objetiva*, investia contra a democracia representativa. “Hoje, o *centro* de gravidade da vida política não é mais o Parlamento, e sim o Gabinete.”

Apesar dessas afinidades ideológicas, como bem lembra José Murilo de Carvalho, “não se tratava de fascismo ou nazismo, que recorriam a grandes mobilizações de massa. O Estado Novo não queria saber de povo nas ruas... Era um regime mais próximo do salazarismo português, que misturava repressão com paternalismo.” Uma dimensão relevante da Revolução de 30, associada à industrialização e à urbanização foi certa inflexão naquilo que ele próprio chamou de “o pecado original da República” – a ausência do povo. O propósito político da Justiça do Trabalho e da CLT era tanto promover a proteção aos trabalhadores como cercear a organização coletiva autônoma dos trabalhadores.

Essa última característica moldou o papel dos sindicatos brasileiros. Considerados órgãos do Estado pela própria Constituição de 1934, essas entidades, ao serem oficializadas, assumiam o monopólio da representação da classe (a chamada unidade sindical) e, assim, deixavam de ser veículos de luta do operariado para se transformar em instrumentos políticos do Estado. Os sindicatos – apoiados pelo imposto sindical (1941), pago por todos os trabalhadores do país, sindicalizados ou

não – tinham como dirigentes os “pelegos”, ligados ao Ministério do Trabalho e, portanto, destituídos de qualquer autonomia.

Esse marco regulatório refletia, por um lado, a vocação autoritária do trabalhismo que moldou o corporativismo dos anos 30 e 40, mas, ao mesmo tempo, representava visível avanço nas conquistas sociais de uma classe operária urbana até então à margem do processo político. Mestre em equilibrar antagonismos, Vargas ampliou direitos e garantias da classe trabalhadora, tais como: carteira de trabalho, previdência social, férias anuais, jornada de oito horas de trabalho e Juntas de Conciliação e Julgamento para arbitrar conflitos trabalhistas.

Além desses avanços concretos na política trabalhista, o serviço público foi objeto de racionalização, com o recrutamento de pessoal com base em concursos, criação de planos de carreiras, iniciativas essas a cargo do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp), criado em 1938 como órgão dotado de importantes funções e ligado diretamente à Presidência da República.

Em contraste com a política clientelista da Primeira República, Vargas representou um caso raro de um regime ditatorial que adotou critérios weberianos para institucionalizar a gestão da máquina estatal. Com muita propriedade, Boris Fausto lembra que “o Estado Novo procurou reformular a administração pública, transformando-a em um agente de modernização. Buscou-se criar uma elite burocrática, desvinculada da política partidária e que se identificasse com os princípios do regime. Devotada apenas aos interesses nacionais, essa elite deveria introduzir critérios de eficiência, economia e racionalidade.”

Se o saldo desse trabalhismo da era Vargas foi evidentemente positivo para a socie-

dade, sua sobrevivência, por mais de oito décadas, alienada das grandes transformações no país e no mundo, constituiu o grande equívoco do corporativismo no Brasil.

Esse equívoco gerou inúmeras distorções, apontadas por Mailson da Nóbrega, sendo duas delas particularmente representativas de nossa grave deformação corporativa: (i) o exagerado número de sindicatos autorizados a funcionar no país (cerca de 16 mil), em contraste com 775 no Canadá, 168 no Reino Unido, 164 na Dinamarca, 138 na Nova Zelândia e 59 na Suécia; e (ii) nossa condição de campeão mundial de causas trabalhistas (4 milhões, em comparação com 3 mil no Japão), em grande medida resultantes de uma Justiça do Trabalho que, criada para mediar conflito entre o capital e o trabalho, transformou-se na sua maior fonte.

Essa deformação corporativista responde em grande medida pelo desvirtuamento de muitas de nossas instituições que, gestadas nos anos 1930 e 1940 com vocação “inclusiva”, foram adquirindo o perfil de instituições “extrativas”, na conceituação de Acemoglu e Robinson.

O presente texto interpreta essa deformação de nossas instituições como a fonte geradora de muitos dos graves problemas do Brasil de hoje. Assim, cabe indagar onde se situariam as origens do desvirtuamento de nossas instituições e quais seriam suas causas mais profundas.

## O Brasil de hoje e o papel das instituições

**N**a perspectiva de Raymundo Faoro, o comportamento do estamento burocrático é responsável, em grande medida, pelo patrimonialismo e, nesse sentido, explica muito de nossa história. Diferentemente do determinismo marxista entre estrutura

econômica e superestrutura política, Faoro atribui ampla autonomia ao Estado e daí, ao estamento burocrático, embora esse também seja, em alguma medida, expressão dos “donos do poder”. Algumas das ideias de Faoro são retomadas por Guerreiro Ramos, que, entretanto, direciona a análise para o papel da burocracia e das instituições em geral na promoção do desenvolvimento. Analisa mais a fundo a relação entre o estilo do sistema político e o tipo de burocracia.

Nesse contexto, para Guerreiro, a poliarquia prevalecente em países da Europa Ocidental e nos EUA, tende a estimular burocracias modernizantes, conforme o modelo weberiano de administração racional-legal. Dentro dessa mesma linha, na poliarquia limitada (Brasil), embora a burocracia não exiba aquele padrão, demonstra perfil modernizador, mas apenas em períodos restritos. Isso ocorre porque o grupo no poder o exerce em moldes monopolísticos e, assim, se apoia ora em um, ora em outro grupo de pressão. Essa ciclotimia explica tanto o recurso às “derrubadas”, por meio de golpes de Estado e intervenções militares (Brasil pós-Revolução de 1930 até 1985), como a recorrente eliminação da alternância no poder pelo voto (populismo recente na América Latina e no Brasil).

Assim, o jurista (Faoro) e o sociólogo (Guerreiro) valorizam o papel das instituições. O primeiro com um olhar cético voltado para o estamento burocrático como veículo do patrimonialismo. O segundo com um foco no desenvolvimento e voltado para o papel construtivo de burocracias modernizantes.

Essas duas visões convergem, em grande medida, para o modelo institucionalista – inspirado em Douglas North – presente, com uma perspectiva mais ampla, no livro *Why Nations Fail*, de Daron Acemoglu e James

Robinson. Esse modelo institucionalista pode lançar luzes para compreender o Brasil de hoje. A diferença entre países resulta da diferença entre suas instituições – essa é a mensagem central do livro.

Os autores traçam um paralelo entre a trajetória dos países hispano-americanos e dos Estados Unidos que não têm como diferenciação os fatores convencionais: geografia (clima ou solo); economia (recursos naturais); política (monarquia versus república); religião (protestantes versus católicos); cultura (ética do trabalho versus ética do fidalgo).

O fator diferenciador fundamental reside no perfil das instituições. A consequência natural foi a emergência de instituições *inclusivas* nos Estados Unidos, em contraste com instituições *extrativas* na América Latina. Nas primeiras vigoravam contratos que definiam os papéis da *Virginia Company* e dos colonos. A segunda se ancorava na instituição da *encomienda* – o indígena era obrigado a pagar impostos e trabalho ao *encomendero*, que em troca tinha o dever de converter os nativos ao cristianismo.

A distinção fundamental entre os dois modelos não residia na economia, pois a Coroa espanhola se tornou a mais rica e afluenta da Europa, mas no perfil das instituições. Os exemplos cobrem nações de todos os continentes – Argentina, México, Barbados, Zimbábue, Coreia do Norte, em contraste com Estados Unidos, Grã-Bretanha, Botswana e Coreia do Sul.

Episódios ilustrativos incluem também personalidades emblemáticas de seus países – o contraste entre a riqueza de Bill Gates e de Carlos Slim. O primeiro, criador de sistemas informáticos e de uma das empresas mais avançadas tecnologicamente do mundo. O segundo fez sua for-

tuna graças a conexões políticas, à especulação na Bolsa de Valores mexicana e com a aquisição da Telmex. A régua que diferencia instituições inclusivas e extrativas é ilustrada com um exemplo bem didático: o hiato entre as instituições na Coreia do Norte e na Coreia do Sul – países que até no final da Guerra da Coreia, em 1953, exibiam homogeneidade em termos de geografia, etnia, economia e cultura.

Ao contrário do que pode parecer, *Why Nations Fail* não prega um sermão ultraliberal. Instituições públicas inclusivas e um aparelho estatal coerente com esse perfil institucional são fundamentais para construir um desenvolvimento sustentável e afastar o fracasso de uma nação. Não há receita de Estado mínimo.

O argumento central do presente artigo é que na década de 1930, o Brasil construiu um conjunto de instituições que moldaram muito da trajetória do país. Enquanto naquela década eram *instituições inclusivas*, nas décadas subsequentes –, mas sobretudo a partir dos anos 1980 e, com ênfase nos últimos 15 anos – foram mudando de perfil e se deformaram em *instituições extrativas*.

Muitas das razões para essa deformação estão solidamente presentes em nosso país – gigantismo do Estado, privilégios corporativos, capitalismo de compadrio, privatização do público, superproteção tarifária e fiscal a empresas, deformação da justiça trabalhista, excessiva constitucionalização temática, inflação de direitos sem amparo econômico para assegurá-los, irresponsabilidade fiscal.

As instituições que emergiram da Revolução de 30, do Estado Novo e do segundo período Vargas (1951-1954), constituíram os alicerces do moderno Estado brasileiro. Tendo como referência o modelo binário de Acemoglu e Robinson – instituições in-

clusivas versus instituições extrativas – o presente texto parte da premissa de que os alicerces então assentados por Vargas eram do tipo inclusivo.

Na esfera política, a Revolução de 30 foi produto da convergência de duas dissidências. No âmbito das oligarquias – o esgotamento da política de governadores, com a aliança entre Minas e Rio Grande do Sul. No seio do Exército – a emergência do tenentismo como força político-militar, em contraposição à hegemonia dos generais. Com essa base de sustentação – evidentemente frágil como ficou visível com a Revolução Constitucionalista de 32 –, Vargas construiu uma complexa engenharia política que combinou cooptação do tenentismo moderado com o apoio de setores da oligarquia.

A criação de instituições foi crucial nessa engenharia política, como se tornou evidente com a “estabilidade autoritária” da era Vargas, que culminou na brutal ditadura do Estado Novo.

### **Vargas rompeu com a engrenagem política oligárquica**

**A** pesar desse quadro de autoritarismo político e violações de direitos humanos, o período Vargas inaugurou instituições que abriram caminho para a ruptura com a engrenagem política oligárquica e uma maior distribuição de poder para as classes médias, representadas pela industrialização na economia e pelo tenentismo na política. Na classificação de Acemoglu e Robinson, Vargas terá criado instituições inclusivas.

Mas, um salto de cerca de seis décadas e meia, do final do segundo período de Getúlio até os dias de hoje, revela que, embora fortalecidas e dotadas de muito mais ampla participação popular, as instituições-síntese

da democracia – Legislativo, Executivo e Judiciário – estão sob teste de estresse em consequência de profunda e generalizada perda de legitimidade junto à população. A classe política desacreditada gera um clima de indignação popular, de divisionismo social e de polarização política. Coincidente com o atual período pré-eleitoral, a consequência concreta parece ser a emergência de escolhas políticas pautadas por extremos situados à esquerda e à direita do espectro ideológico. O embate entre os dois lados ganha agressividade.

Se estivéssemos vivendo cinco décadas ou mais atrás, teríamos mais um episódio de regresso dos militares ao poder. Regresso ostensivo, como no regime militar de 64, ou latente, como nos diversos episódios que pontuam nossa história política: Estado Novo de 1937; destituição forçada de Vargas em 1945; segundo período de Vargas, nos anos anteriores ao suicídio do presidente em 1954; golpe legalista de Lott para assegurar a posse de JK; embate entre militares contra e a favor de João Goulart assumir a presidência em 1963; e veto à posse do vice-presidente Pedro Aleixo, por ocasião do afastamento de Costa e Silva, em 1979.

No passado, ameaças mais graves de revolta, rebelião, separatismo ou iminência de revolução tinham como resposta a intervenção de diferentes instituições. No Império, o poder moderador de D. Pedro II desempenhou esse papel autoritário de sufocar levantes populares. Na Primeira República, os conchavos oligárquicos asseguraram uma duradoura estabilidade política conservadora e civil, com exceção de alguns períodos de Estado de Sítio (Arthur Bernardes). No Brasil pós-Revolução de 30, os militares desempenharam esse papel de garantes da ordem.

Os estudiosos do envolvimento dos militares na política brasileira – Alfred Stepan, José Murilo de Carvalho, entre muitos outros – tendem a ressaltar que, historicamente, a atuação política da corporação se deu em resposta a pressões da sociedade – sobretudo classes médias. A resultante dessas pressões pode ser simbolizada na síndrome golpismo versus legalismo. Assim, em alguns momentos de nossa história, as Forças Armadas atuaram como agentes de ruptura institucional (Revolução de 30 e Regime Militar de 64), em outros, como forças legalistas (ultimato para queda de Getúlio em 45, “golpe preventivo” do Marechal Lott em 10 de novembro de 1955, em favor da legalidade e da posse de JK, garantia da posse de Goulart em 1961, embora em um regime parlamentarista).

O Brasil de hoje reflete o legado de grandes inflexões na trajetória recente do país. Fim do regime militar; Constituição de 1988; êxito do reformismo econômico induzido pelo Plano Real e início de políticas sociais não assistenciais protagonizadas por FHC; conquistas relevantes associadas à ampliação de políticas sociais e ao *boom* das *commodities* responsável pelo elevado crescimento do PIB induzido por Lula no primeiro mandato; descontrole fiscal, nova matriz macroeconômica com resultados frustrantes, gestão caótica de empresas estatais (sobretudo Petrobras e Eletrobras), retrocesso comprometedor em matéria regulatória (politização das agências reguladoras), uso nefasto e irregular do BNDES como instrumento de política industrial em favor de campeões nacionais, política externa distanciada do interesse nacional tanto no *front* comercial (ausência de acordos de livre comércio), no plano regional (excessiva aproximação com Chávez, Morales e Rafael Correa), corrupção sistêmi-

ca e caos econômico potencial promovido pelo segundo mandato de Lula e pelo governo Dilma; estelionato eleitoral, descrédito político, oposição do PT à política de ajustamento promovida por Joaquim Levy no segundo mandato de Dilma; *impeachment* e posse de Temer, expectativas de reversão da estagnação econômica no bojo da aprovação de reformas – Teto de Gastos e Reforma Trabalhista –, da inflexão positiva na gestão das estatais – recuperação da Petrobras, avanços na privatização da Eletrobrás, anúncios de avanços na fusão Embraer-Boeing (em resposta à associação Bombardier-Airbus) no início do mandato Temer; frustração política e econômica após a divulgação de acusações sérias de envolvimento com corrupção (JBS) por parte do presidente Temer, estagnação das reformas (Previdência Social); clima pré-eleitoral marcado por desempenho modesto de candidatos de centro (Alekmmim, Marina, Amoedo e Álvaro Dias) e hegemonia de candidatos nos extremos do espectro político (Bolsonaro – PSL e Haddad – PT); eleição de Bolsonaro.

## Considerações finais

**A**o longo de pouco mais de sete décadas (1945-2018), muitas instituições brasileiras deixaram de ser *inclusivas* e se transformaram em *extrativas*, na concepção de Daron Acemoglu e James Robinson.

A crítica presente neste artigo tomou também como referência teórica a categoria de estamento burocrático desenvolvida em *Os Donos do Poder*, por Raymundo Faoro, bem como a análise do papel da burocracia e das instituições, presente no livro de Guerreiro Ramos, *Administração e Estratégia do Desenvolvimento*.

Embora nossas instituições tenham tido um perfil inclusivo quando de sua criação – Ministério do Trabalho, Justiça Trabalhista, sindicatos, institutos de previdência social e empresas estatais – ou de sua consolidação como força política – Forças Armadas – muitas delas se transformaram em extrativas. Por que e como isso aconteceu? Boa parte da resposta reside no desvirtuamento das nossas instituições, sobretudo nos últimos 15 anos. Foram mudando de perfil e se transformaram em *instituições extrativas*.

Muitas das razões para essa deformação são vícios inerentes ao patrimonialismo estudado por Raymundo Faoro, ao papel apenas raramente modernizante apontado por Guerreiro Ramos, à incapacidade de instituições extrativas aproveitarem momentos históricos especiais para marcarem um ponto de inflexão e se transformarem em instituições inclusivas.

Uma listagem – mesmo que apenas ilustrativa – desses nossos vícios é longa: profunda desigualdade social; sistema educacional com enormes deficiências e vícios estruturais; gigantismo do Estado; privilégios corporativos; capitalismo de compadrio; privatização do público; superproteção empresarial sob a forma de política tarifária, fiscal ou monetária; deformação da justiça trabalhista; excessiva constitucionalização temática; inflação de direitos sem amparo econômico para assegurá-los; presidencialismo de coalizão transformado em cooptação; aparelhamento do Estado; corrupção em estatais e órgãos públicos; e aguda irresponsabilidade fiscal.

Esse desvirtuamento de nossas instituições está associado também ao chamado *efeito voracidade*, estudado por Philip Lane e Aaron Tornell, que resulta de duas características encontradas com frequência e in-

teragindo em alguns países em desenvolvimento: (i) poucas instituições sólidas; e (ii) múltiplos e poderosos grupos de interesse na sociedade civil.

Dado o efeito voracidade, o Estado redistribui, mais que proporcionalmente para determinados grupos, a maior parte da riqueza nacional e os benefícios resultantes de choques econômicos, como o *boom* de *commodities*.

O citado artigo substitui o ator econômico central da visão neoclássica – a empresa – por múltiplos e poderosos grupos de pressão que funcionam com base em um novo conceito – o efeito voracidade. Este é responsável por aumentos mais que proporcionais na redistribuição de benefícios fiscais que reduzem a taxa de crescimento. A saída desse ciclo vicioso se abre com a diluição da concentração de poder dos grupos de interesse mais influentes, o que conduz ao aumento na taxa de crescimento do PIB e a respostas menos pró-cíclicas a choques externos.

Quais as principais conclusões sobre o papel das instituições brasileiras no processo político e econômico durante os últimos 15 anos, com base nos referenciais utilizados ao longo deste texto – Raymundo Faoro, Guerreiro Ramos, Acemoglu, Robinson e Lane e Tornell?

As instituições contribuíram para profundas transformações no país – de perfil inclusivo e extrativo – a partir da década de 1930. Durante a segunda metade da década de 1990 e os primeiros anos 2000, com o saneamento da economia e a modernização do Estado, ganharam força as instituições inclusivas. Entretanto, a partir de 2008 e, mais claramente na década de 2010, com o governo Dilma, o extrativismo prevalece em nossas instituições. O corolário dessa involução é que, hoje, o país volta a viver

uma conjuntura política, econômica e social que, embora guardando semelhanças com seu início (2002), se apresenta visivelmente mais sombria.

Naquele ano eleitoral de 2002, o “risco Lula” ameaçava os fundamentos de uma economia saneada pelo Plano Real, mas abalada por forte desvalorização cambial e pelo *overshooting* da taxa de juros. Em 2018, de novo temos o efeito eleitoral desestabilizador sobre uma economia que superou a recessão de mais de 7% do PIB, mas retoma com muita lentidão o crescimento e não avança na reforma mais relevante (Previdência) para estancar o descontrole fiscal exponencial.

Além desse paralelo econômico entre 2002 e 2018, o quadro político produz instabilidade e indefinição comparáveis ao contexto do início do milênio. Mas, agregam uma taxa de indignação com a classe política talvez inédita em nossa história. A falta de legitimidade do atual governo, a participação direta do atual presidente em escândalos investigados na Lava Jato e o envolvimento das principais figuras dos grandes partidos políticos em processos de corrupção explicam o desencanto e a indignação de uma população que não se sente representada pelo Congresso.

Ao longo dessa década e meia o país avançou muito, recuou demasiado e surge hoje mais dividido, mais desigual, mais polarizado. Os exemplos em ambas as direções são claros. Os avanços virtuosos são inegáveis: transição política FHC-Lula altamente civilizada; preservação do modelo econômico de FHC ao longo do primeiro mandato de Lula; elevado crescimento médio anual do PIB de 4,5% no período 2004-2008; retirada de 30 a 40 milhões de pessoas da linha de pobreza; surgimento de uma nova classe

média constituída por mais de metade da população total (51%); e ampla projeção internacional do país dotado de uma das maiores economias emergentes (8º PIB do mundo) e um promissor membro do agrupamento Brics.

Isso foi verdadeiro em parte dos últimos 15 anos. Mas, as virtudes se foram dissipando a partir da metade final do segundo mandato de Lula e sofreram robusta inflexão para baixo no período Dilma. O tripé macroeconômico foi abandonado, o equilíbrio fiscal cedeu lugar ao descontrole das contas públicas, uma nova matriz macroeconômica introduziu uma política industrial em defesa de supostos campeões nacionais, o BNDES foi instrumentalizado para encobrir deficits e beneficiar um capitalismo de compadrio, a gestão das estatais foi vítima do congelamentos de preços da gasolina (Petrobras), das enormes distorções produzidas por redução arbitrária das tarifas de energia elétrica (sistema Eletrobras) e a política monetária sofreu com o voluntarismo da queda artificial da taxa básica de juros, que logo voltou ao nível inicial.

No plano da política externa, foi gritante o contraste entre Dilma e seus antecessores FHC e Lula. Fernando Henrique conquistou a credibilidade externa do país. Lula – apesar dos muitos equívocos do segundo mandato, sobretudo na América do Sul – soube surfar no *boom das commodities* e projetou o país internacionalmente. Dilma não fez nem uma coisa nem outra. Sua política externa teve as marcas da apatia, da paralisia, das opções irrefletidas e dos caminhos equivocados.

Assim, apesar dos avanços econômicos promovidos por Lula no primeiro mandato e no início do segundo – em grande medida derivados da estabilização inaugurada com

o Plano Real e das demais reformas implantadas por FHC –, o Brasil dos anos Dilma foi um marcante retrocesso de política econômica, embora não espelhados nos índices por trêfegos malabarismos fiscais e monetários, conhecidos como pedaladas.

O resultado dessa trajetória com começo virtuoso, mas final vicioso, é, hoje, um país politicamente fragmentado, uma economia ameaçada de reincidir na recessão de mais de 7% dos anos 2015 e 2016, e um cenário potencialmente descontrolado para as contas públicas, com a explosão dos deficits da previdência e os exagerados reajustes do funcionalismo público, lamentavelmente exemplificados pela recente aprovação de reajuste salarial de mais de 16% para o Judiciário.

Os personagens de ontem e os de hoje se assemelham. Um olhar sobre o Brasil de 2002 e de 2018 permite visualizar muitas semelhanças, não só de personagens (Lula/Haddad, Serra/Aleckmim), mas também de situações – o enigma Lula no início dos anos 1990, a esfinge Bolsonaro nos dias de hoje. A instabilidade política gerada em 2002 pelo “efeito Lula” provocou a fuga de capitais, a ameaça de volta da inflação, o *overshooting* do dólar à marca recorde de 4 reais.

Cerca de 15 anos mais tarde, o país vive um quadro de fragmentação dos partidos políticos, de rejeição popular à classe política, de louvável – não obstante também desestabilizadora – cruzada ética contra a corrupção (Mensalão, Petrolão, Lava Jato).

Esses movimentos se dão num contexto de visível guinada conservadora que abre caminho para a recuperação e o crescimento na economia, mas levanta suspeitas de potencial retrocesso na política.

A geografia distanciou o Brasil do teatro bélico da II Guerra Mundial, dos confrontos armados da Guerra Fria, dos atentados deri-

vados dos fundamentalismos religiosos. Entretanto, não é mais capaz, nos dias de hoje, de blindar o país dos ventos que generalizam a crise de representatividade política, a emergência de democracias iliberais e os rumos de uma desconhecida desglobalização.

É diante desse mundo lá fora que se insere, aqui dentro, um preocupante cenário. Com o resultado eleitoral ficou para trás a inquietante regressão a um quadro de instabilidade, muito mais ameaçadora do que no passado. Instabilidade provocada não mais pela novidade Lula de 2002, mas pelo perigo da reedição, em 2019, de um PT sem a bandeira ética do passado, sem o *boom* das *commodities*, mas com o ressentimento do *impeachment* e da polarização eleitoral. Se essas ameaças foram desfeitas, uma nova inquietação surge, com o perfil de um modelo político que, ao se distanciar do presidencialismo de coalizão, não se aproximou ainda de um claro substituto.

Apesar dessas inquietações, dois fenômenos mantêm acesa a chama da esperança.

O país sobreviveu ao *impeachment* de

Dilma, à maior recessão econômica em 100 anos, à louvável mas desestabilizadora cruzada ética da Lava Jato, ao julgamento pelo Congresso de dois graves processos de condenação de Temer e à prisão de Lula – o líder político com inquestionável supremacia eleitoral. Essa tempestade perfeita ocorreu em um quadro de normalidade institucional, liberdade de imprensa e vigência do Estado de Direito. A solidez institucional foi o pilar dessa sobrevivência democrática. Isso não é pouco.

A ameaçadora subida do primeiro partido de esquerda ao poder uma década e meia atrás teve como desfecho a transição civilizada de FHC a Lula. Hoje, a indignação popular e a divisão sem paralelo da sociedade conduziram ao grave surto de polarização política. Entretanto, essa não fechou as portas para o respeito à vontade popular e, quem sabe, a emergência de um clima de recuperação e prosperidade econômica essencial à paz social e à democracia.

*Brasília, 3 de dezembro de 2018.*